REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO BRASIL (LEI Nº 14.911/2004)

1 FORMAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS: A MINERAÇÃO NO SÉCULO XVIII, A AGROPECUÁRIA NOS SÉCULOS XIX E XX, A ESTRADA DE FERRO E A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA GOIANA, AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS COM A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA E BRASÍLIA, INDUSTRIALIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO.

Prezado candidato, alguns pontos citados neste item serão abordados durante a leitura desta apostila.

A Extração Aurífera

O elemento que legitimava as ações de controle político e econômico da metrópole sobre a colônia era o Pacto Colonial, este tornava a segunda uma extensão da primeira e por isso nela vigoravam todos os mandos e desmandos do soberano, inclusive havia grande esforço da metrópole no sentido de reprimir a dedicação a outras atividades que não fossem a extração aurífera, tais como agricultura e pecuária, que inicialmente existiam estritamente para a subsistência. A explicação para tal intransigência era simples: aumentar a arrecadação pela elevação da extração.

O ouro era retirado das datas que eram concedidas com privilégios a quem as encontrassem. De acordo com Salles, ao descobridor cabia os "melhores cabedais o direito de socavar vários locais, e escolher com segurança a mina mais lucrativa, assim como situar outras jazidas sem que outro trabalho lhe fosse reservado, senão o de reconhecer o achado, legalizá-lo e receber o respectivo tributo, era vantajosa política para a administração portuguesa. Ao particular, todas as responsabilidades seduzindo-o com vantagens indiscriminadas, porém temporárias". (SALLES, 1992, p.131)

À metrópole Portuguesa em contrapartida cabia apenas o bônus de receber os tributos respaldados pelo pacto colonial e direcionar uma parte para manutenção dos luxos da coroa e do clero e outra, uma boa parte desse numerário, era canalizada para a Inglaterra com quem a metrópole mantinha alguns tratados comerciais que serviam apenas para canalizar o ouro para o sistema financeiro inglês.

"Os Quintos Reais, os Tributos de Ofícios e um por cento sobre os contratos pertenciam ao Real Erário e eram remetidos diretamente a Lisboa, enquanto sob a jurisdição de São Paulo, o excedente das rendas da Capitania eram enviados à sede do governo e muitas vezes redistribuídos para cobrirem as despesas de outras localidades carentes". (SALLES, 1992, p.140)

O um dos fatores que contribuiu para o sucesso da empresa mineradora foi sem nenhuma sombra de dúvidas o trabalho compulsório dos escravos africanos, expostos a condições de degradação, tais como: grande período de exposição ao sol, manutenção do corpo por longas horas mergulhado parcialmente em água e em posições inadequadas. Além disso, ainda eram submetidos a violências diversas, que os mutilavam fisicamente e psicologicamente de forma irremediável. Sob essas condições em média os africanos escravos tinham uma sobrevida de oito anos. Os indígenas também foram submetidos a tais condições, porém não se adaptaram.

O segundo elemento catalisador do processo foi a descoberta de novos achados. Esses direcionavam o fluxo da população, descobria-se uma nova mina e, pronto, surgia uma nova vila, geralmente às margens de um rio.

"O mineiro extraía o ouro e podia usá-lo como moeda no território das minas, pois, proibida a moeda de ouro, o ouro em pó era a única moeda em circulação. No momento em que decidisse retirar o seu ouro para outras capitanias é que lhe urgia a obrigação de fundi-lo e pagar o quinto". (PALACÍN, 1994, p. 44).

Nessa economia onde a descoberta e extração de ouro para o enriquecimento era o sentido dominante na consciência das pessoas, o comerciante lucrou enormemente porque havia uma infinidade de necessidades dos habitantes, que deveriam ser sanadas. A escassez da oferta ocasionava valorização dos produtos de primeira necessidade e assim grande parte do ouro que era extraído das lavras acabava chegando às mãos do comerciante, que era quem na maioria das vezes o direcionava para as casas de fundição. Inicialmente, todo ouro para ser quintado deveria ser encaminhado para a capitania de São Paulo, posteriormente de acordo com Palacin (1975, p. 20) foram criadas "duas Casas de Fundição na Capitania de Goiás: uma em Vila Boa, atendendo à produção do sul e outra em S. Félix para atender o norte."

A Produção de Ouro Em Goiás

A partir do ano de 1725 o território goiano inicia sua produção aurífera. Os primeiros anos são repletos de achados. Vários arraiais vão se formando onde ocorrem os novos descobertas, o ouro extraído das datas era fundido na Capitania de São Paulo, para "lá, pois, deviam ir os mineiros com seu ouro em pó, para fundi -lo, recebendo de volta, depois de descontado o quinto, o ouro em barras de peso e toque contrastados e sigilados com o selo real." (PALACÍN, 1994, p. 44)

Os primeiros arraiais vão se formando aos arredores do rio vermelho, Anta, Barra, Ferreiro, Ouro Fino e Santa Rita que contribuíram para a atração da população. À medida que vão surgindo novos descobertos os arraiais vão se multiplicando por todo o território. A Serra dos Pirineus em 1731 dará origem à Meia Ponte, importante elo de comunicação, devido a sua localização. Na Região Norte, foram descobertas outras minas, Maranhão (1730), Água Quente (1732), Natividade (1734), Traíras (1735), São José (1736), São Félix (1736), Pontal e Porto Real (1738), Arraias e Cavalcante (1740), Pilar (1741), Carmo (1746), Santa Luzia (1746) e Cocal (1749).

Toda essa expansão demográfica serviu para disseminar focos de população em várias partes do território e, dessa forma, estruturar economicamente e administrativamente várias localidades, mesmo que sobre o domínio da metrópole Portuguesa, onde toda produção que não sofria o descaminho era taxada. "Grande importância é conferida ao sistema administrativo e fiscal das Minas; nota-se a preocupação de resguardar os descaminhos do ouro, mas também a de controlar a distribuição dos gêneros." (SALLES, 1992, p.133)

Apesar de todo o empenho que era direcionado para a contenção do contrabando, como a implantação de casas de fundição, isolamento de minas, proibição de utilização de caminhos não oficiais, revistas rigorosas, e aplicação de castigos penosos aos que fossem pegos praticando; o contrabando se fazia presente, primei-

ro devido à insatisfação do povo em relação a grande parte do seu trabalho, que era destinada ao governo, e, em segundo, em razão da incapacidade de controle efetivo de uma região enorme. Dessa forma se todo ouro objeto de contrabando, que seguiu por caminhos obscuros, florestas e portos, tivesse sido alvo de mensuração a produção desse metal em Goiás seria bem mais expressiva.

Os dados oficiais disponíveis sobre a produção aurífera na época são inconsistentes por não serem resultado de trabalho estatístico, o que contribui para uma certa disparidade de dados obtidos em obras distintas, mesmo assim retratam uma produção tímida ao ser comparado a Minas Gerais. A produção do ouro em Goiás de 1730 a 1734 atingiu 1.000 kg, o pico de produção se dá de 1750 a 1754, sendo um total de 5.880 kg. Há vários relatos de que o ano de maior produção foi o de 1.753, já de 1785 a 1789, a produção fica em apenas 1.000 kg, decaindo nos anos seguintes, conforme tabela 1.

TABELA 1: Produção de ouro na Colônia Brasileira (em kg)

Quinquênios	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso
1730-1734	7.500	1.000	500
1750-1754	8.780	5.880	1.100
1765-1769	6.659	2.500	600
1780-1784	4.884	1.000	400
1795-1799	3.249	750	400

Fonte: Adaptado de Estevam, p. 26, fonte: Pinto, V.N., O ouro brasileiro e o comércio Português, São Paulo, CEN/MEC, 1979, Tabela 5, p.114)

Palacin (1975) também apresenta dados dessa curta temporada de extração do ouro em Goiás.

A produção do ouro foi "subindo constantemente desde o descobrimento até 1753, ano mais elevado com uma produção de 3.060 kg. Depois decaiu lentamente até 1778 (produção: 1.090), a partir desta data a decadência cada vez é mais acentuada (425 kg em 1800) até quase desaparecer" (20 kg. Em 1822). (PALACÍN, 1975, p. 21).

Foram utilizadas duas formas de recolhimento de tributos sobre a produção: o Quinto e a Capitação. E essas formas se alternaram à medida que a efetividade de sua arrecadação foi reduzindo. O fato gerador da cobrança do quinto ocorria no momento em que o ouro era entregue na casa de fundição, para ser fundido, onde era retirada a quinta parte do montante entregue e direcionada ao soberano sem nenhum ônus para o mesmo. A tabela 2 mostra os rendimentos do Quinto do ouro. Observa-se que como citado anteriormente o ano de 1753 foi o de maior arrecadação e pode-se ver também que a produção de Minas Gerais foi bem superior a Goiana.

TABELA 2: Rendimento dos Quintos do ouro de Goiás e Minas Gerais (em Arroba)

Ano	Capitania de Goiás	Capitania de Minas Gerais
1752	16	55
1753	40	107
1757	33	110
1761	24	111
1765	24	93
1769	21	84
1773	15	78
1777	14	70
1781	10	67
1785	9	62
1789	8	56
1793	6	48
1797	6	42
1801	4	38
1805	3	34
1809	6	47
1812	2	23

Fonte: Adaptado de Salles, 1992 p.187

A capitação era cobrada percapita de acordo com o quantitativo de escravos, nesse caso se estabelecia uma produtividade média por escravo e cobrava-se o tributo.

"Para os escravos e trabalhadores livres na mineração, fez-se uma tabela baseada na produtividade média de uma oitava e meia de ouro por semana, arbitrando-se em 4 oitavas e ¾ o tributo devido anualmente por trabalhador, compreendendo a oitava 3.600 gramas de ouro, no valor de 1$200 ou 1$500 conforme a época". (SALLES, 1992, p.142)

Além do quinto e da capitação havia outros dispêndios como pagamento do imposto das entradas, os dízimos sobre os produtos agropecuários, passagens nos portos, e subornos de agentes públicos; tudo isso tornava a atividade lícita muito onerosa e o contrabando bastante atraente, tais cobranças eram realizadas por particulares que obtinham mediante pagamento antecipado à coroa Portuguesa o direito de receber as rendas, os poderes de aplicar sanções e o risco de um eventual prejuízo.

A redução da produtividade foi um grande problema para a manutenção da estabilidade das receitas provenientes das minas.

"A diminuição da produtividade iniciou-se já nos primeiros anos, mas começou a tornar-se um problema grave depois de 1750; nos dez primeiros anos (1726-1735), um escravo podia produzir até perto de 400 gramas de ouro por ano; nos 15 anos seguintes (1736-1750) já produzia menos de 300; a partir de 1750 não chegava a 200, e mais tarde, em plena decadência, a produção era semelhante à dos garimpeiros de hoje: pouco mais de 100 gramas". (PALACÍN, 1975, p.21)

Essa baixa na produtividade era consequência do esgotamento do sistema que tinha como base a exploração de veios auríferos superficiais, a escassez de qualificação de mão de obra e equipamentos apropriados, que pudessem proporcionar menor desperdício , o não surgimento de novas técnicas capazes de reinventar tal sistema, além da cobrança descabida de impostos, taxas e contribuições, que desanimavam o mais motivado minerador.

A Decadência da Mineração

A diminuição da produtividade das minas é a característica marcante do início da decadência do sistema, como citado anteriormente, esse fenômeno passa a ocorrer já nos primeiros anos após a descoberta, porém não é possível afirmar que nessa época seja consequência do esgotamento do minério, devido a outros fatores econômicos e administrativos, como a escassez de mão-de-obra e a vinculação à capitania de São Paulo.

Para efeito de análise pode-se convencionar o ano de 1753, o de maior produção, como o divisor de águas que dá início à efetiva derrocada da produção que se efetivará no século seguinte.

O fato é que com a exaustão das minas superficiais e o fim dos novos descobertos, fatores dinâmicos da manutenção do processo expansionista da mineração aurífera, a economia entra em estagnação, o declínio da população ocasionado pelo fim da imigração reflete claramente a desaceleração de vários setores como o comércio responsável pela manutenção da oferta de gêneros oriundos das importações. A agropecuária que, embora sempre orientada para a subsistência, fornecia alguns elementos e o próprio setor público sofria com a queda da arrecadação.

"A falta de experiência, a ambição do governo, e, em parte, o desconhecimento do País, mal organizado e quase despovoado, deram lugar a muitas leis inadequadas, que provocavam a ruína rápida desse notável ramo de atividade, importante fonte de renda para o Estado. De nenhuma dessas leis numerosas que tem aparecido até hoje se pode dizer propriamente que tivesse por finalidade a proteção da indústria do ouro. Ao contrário, todas elas apenas visavam o aumento a todo custo da produção, com o estabelecimento de medidas que assegurassem a parte devida à Coroa". (PALACÍN, 1994, p.120)

É certo que a grande ambição do soberano em muito prejudicou a empresa mineradora e o contrabando agiu como medida mitigadora desse apetite voraz, porém com a decadência nem mesmo aos comerciantes, que foram os grandes beneficiados economicamente, restaram recursos para prosseguir. O restabelecimento da atividade extrativa exigia a criação de novas técnicas e novos processos algo que não se desenvolveu nas décadas em que houve prosperidade, não poderia ser desenvolvido de imediato.

À medida que o ouro de superfície, de fácil extração, vai se escasseando ocorre a necessidade de elevação do quantitativo do elemento motriz minerador, o escravo, desse modo:

"As lavras operavam a custos cada vez mais elevados, ainda mais pelo fato de parte da escravaria estar voltada também para atividades complementares. O adiantamento de capital em escravos, a vida curta deles aliada à baixa produtividade nas minas fatalmente conduziram empreendimentos à insolvência e falência". (ESTEVAM, 2004, p. 34)

Após verificar o inevitável esgotamento do sistema econômico baseado na extração do ouro a partir do segundo quartel do século XVIII, o governo Português implanta algumas medidas visando reerguer a economia no território, dentre elas o incentivo à agricultura e à manufatura, e a navegação dos rios Araguaia, Tocantins, e Paranaíba, que se fizeram indiferentes ao desenvolvimento do sistema. Ocorre então a falência do sistema e o estabelecimento de uma economia de subsistência, com ruralização da população e o consequente empobrecimento cultural.

"Mas, tão logo os veios auríferos escassearam, numa técnica rudimentar, dificultando novos descobertos, a pobreza, com a mesma rapidez, substituiu a riqueza, Goiás, apesar de sua aparente embora curta prosperidade, nunca passou realmente, de um pouso de aventureiros que abandonavam o lugar, logo que as minas começavam a dar sinais de cansaço". (PALACÍN, 1975, p.44).

A Decadência econômica de Goiás

Essa conclusão pode ser atribuída ao século XIX devido ao desmantelamento da economia decorrente do esgotamento do produto chave e o consequente empobrecimento sócio cultural. Os últimos descobertos de relevância são as minas de Anicuns em 1809, que serviram para animar novamente os ânimos. Inicialmente a extração gerou ganhos muito elevados, porém após três anos já apresentava uma produção bem inferior, além disso, os constantes atritos entre os "cotistas" levaram o empreendimento a falência.

A característica básica do século em questão foi a transição da economia extrativa mineral para a agropecuária, os esforços continuados do império em estabelecer tal economia acabaram se esbarrando, nas restrições legais que foram impostas inicialmente, como forma de coibir tais atividades, a exemplo da taxação que recaía sobre os agricultores, e também em outros fatores de ordem econômica, como a inexistência de um sistema de escoamento adequado, o que inviabilizava as exportações pelo alto custo gerado, e cultural, onde predominava o preconceito contra as atividades agropastoris, já que a profissão de minerador gerava status social na época.

Desse modo a agricultura permaneceu orientada basicamente para a subsistência em conjunto com as trocas intra regionais, já a pecuária se potencializou devido à capacidade do gado em se mover até o destino e a existência de grandes pastagens naturais em certas localidades, favorecendo a pecuária extensiva. Nesse sentido, os pecuaristas passam a atuar de forma efetiva na exportação de gado fornecendo para a Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Pará. Segundo Bertran:

"A pecuária de exportação existia em Goiás como uma extensão dos currais do Vale do São Francisco, mobilizando as regiões da Serra Geral do Nordeste Goiano, (de Arraias a Flores sobretudo), com 230 fazendas consagradas à criação. Mais para o interior, sobre as chapadas do Tocantins, na vasta extensão entre Traíras e Natividade contavam outras 250. Em todo o restante de Goiás, não havia senão outras 187 fazendas de criação". (BERTRAN, 1988, p.43)

A existência de uma pecuária incipiente favoreceu o desenvolvimento de vários curtumes nos distritos. Conforme Bertran (1988) chegou a existir em Goiás 300 curtumes, no final do século XIX. Por outro lado, apesar do escasseamento das minas e a ruralização da população, a mineração exercida de modo precário nunca deixou de existir, o que constituiu em mais um obstáculo para a implantação da agropecuária. Outra dificuldade foi a falta de mão de obra para a agropecuária, visto que grande parte da população se deslocou para outras localidades do país, onde poderiam ter outras oportunidades. Isto tudo não permitiu o avanço da agricultura nem uma melhor expansão da pecuária, que poderia ter alcançado níveis mais elevados.

Do ponto de vista cultural ocorre uma "aculturação" da população remanescente ruralizada. Segundo Palacin:

"Os viajantes europeus do século XIX aludem a uma regressão sócio cultural, onde os brancos assimilaram os costumes dos selvagens, habitam choupanas, não usam o sal, não vestem roupas, não circula moeda... Tão grande era a pobreza das populações que se duvidou ter havido um período anterior com outras características". (PALACÍN, 1975, p.46)

Desse modo o Estado de Goiás chegou ao século XX como um território inexpressivo economicamente e sem representatividade política e cultural. Nesse século iria se concretizar a agropecuária no Estado, como consequência do processo de expansão da fronteira agrícola para a região central do país. Nas primeiras décadas do século em questão, o Estado permaneceu com baixíssima densidade demográfica, onde a maioria da população se encontrava espalhada por áreas remotas do território, modificando-se apenas na segunda metade do mesmo século.

O deslocamento da fronteira agrícola para as regiões centrais do país foi resultado da própria dinâmica do desenvolvimento de regiões como São Paulo, Minas Gerais e o Sul do País, que ao adaptarem sua economia com os princípios capitalistas realizaram uma inversão de papéis, onde regiões que eram consumidoras de produtos de primeira necessidade passaram a produzir tais produtos e as regiões centrais, antes produtoras desses produtos passaram a produzir os produtos industrializados que antes eram importados.

"Enquanto o Centro-Sul se efetivava como a periferia do capitalismo mundial, outras regiões faziam o papel de periferia do Centro-Sul, ou seja, a periferia da periferia, como já vinha acontecendo no Rio Grande do Sul e o Nordeste, por exemplo". (FAYAD, 1999, p.23)

Fonte:http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/a-mineracao-em-goias-e-o-desenvolvimento-do-estado.pdf

2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Foi a partir de 1970 que as inovações tecnológicas da agricultura avançaram para o Cerrado. A ocupação do Cerrado goiano se deu porque o Estado queria integrar o mesmo à economia nacional e para isso criou programas para que melhorasse assim as infra-estruturas, tornando possível a expansão da agricultura.

Segundo Matos (2006, p. 67):

A Modernização da Agricultura, veio do interesse do Estado, que viu no setor agrícola uma forma de integrar a agricultura e indústria e assim gerar divisas, haja visto que o Brasil, desde sua formação econômica, foi um país agroexportador.

E com a implantação da modernização o Estado poderia se beneficiar economicamente com os produtos agrícolas exportados.

Sendo assim percebe-se que a modernização não foi um processo que ocorreu naturalmente, teve a influência direta do Estado.

"As regiões não se desenvolvem no vazio, senão dentro de um entorno complexo em que são registradas relações tanto de tipo econômico como do poder. A criação de infraestrutura é condição prévia para qualquer tipo de desenvolvimento (FILHO, 2005, p. 2306)".

Através do programa crédito rural o governo procurava aumentar a produtividade, e incentivar a produção agrícola (soja) no país. Desse modo, também, se fazia necessário para essa produção equipamentos modernos, insumos agrícolas, etc. A modernização no Cerrado teve sua base na soja. O país passou a utilizar insumos modernos, bem como a utilização de equipamentos modernos, acarretando uma transformação na produção tradicional.

Em 1971, foi criada a Embrapa- Empresa Brasileira de Pesquisas, "atuando sobre a influência dos centros internacionais" (MATOS, 2006, p.68). Um elemento que mostra a subordinação da economia brasileira ao mercado internacional.

Foram criados outros programas que também tinham como objetivo a modernização da agricultura como: Embrater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e suas subsidiárias nos Estados; a Emater (Empresa de Assistência e Extensão Rural). Estas instituições em conjunto, colaboraram para viabilização da agricultura moderna.

Só que esse processo de Modernização da agricultura não ocorreu de forma igual no território goiano, alguns lugares foram mais privilegiados que outros. É o caso dos municípios goianos: Rio Verde, Jataí, que através de políticas agrícolas foram favorecidos. Um dos programas é o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), foram através dos recursos desses programas que se desenvolveram as potencialidades econômicas da região. Existe naquela região indústrias como; Perdigão, Comigo, Complem, Olé, que produz tanto para o mercado interno como externo. Foi a grande produção de grãos na região que estimulou a instalação dessas agroindústrias na região sudoeste goiano.

A modernização agrícola no Brasil foi conservadora e excludente, uma vez que privilegiou algumas culturas, regiões e classes sociais. Esse Processo contribuiu substancialmente para agravar, ainda mais, as desigualdades sociais em nosso país (SILVA, 198 1, apud. MATOS, 2006, p.71).

Com a mecanização da agricultura muitas famílias foram obrigadas a deixar o campo (êxodo rural), pois seu trabalho foi substituído pelas máquinas e esses não possuíam mão -de-obra qualificada, para desenvolver novo trabalho no campo.

Os créditos fornecidos pelo governo privilegiavam os grandes proprietários de terras, uma vez que a esta era garantia do empréstimo, esse crédito era proporcional ao tamanho da terra. O resultado desses privilégios é a concentração fundiária nas mãos de uma minoria, que leva a miséria e a violência dos menos favorecidos.

O processo de Modernização da Agricultura tem se mostrado altamente predatório e deixado como marcas os solos esgotados, mananciais contaminados e reduzidos, espécies vegetais e animais sob extinção e sobretudo, não tem criado um ambiente ecológico melhor para o trabalhado, ou para a sociedade como um todo (MESQUITA, 1993. p.112 Apud MATOS, 2006, p.73).

O manejo excessivo do solo, trás problemas, os agricultores em sua maioria normalmente não se preocupam com as consequências causadas por esse manejo, tais como: perda da fertilidade dos solos, erosão, etc. As máquinas agrícolas pesadas, que quando utilizadas no solo, faz com que ocorra a compactação dos mesmos. As atividades agrícolas e a pecuária, vem acabando com as áreas naturais do Cerrado. Só se pensa em aumento da produção, sem se preocupar com os danos ambientais causados pela agricultura moderna.

As áreas de Cerrado transformaram-se em curto espaço de tempo, em uma das grandes áreas produtora de grãos de soja, realizada principalmente por agricultores, oriundos da região Sul do país e empresas atraídas pelo baixo preço das terras e pelos incentivos fiscais concedidos pelos governos e ao elevado preço da soja no mercado internacional.

Apesar do custo do transporte ser elevado, sob o ponto de vista econômico a expansão da soja, trouxe lucros para o país. Já no que diz respeito aos impactos ambientais da agricultura moderna, há uma destruição da flora e da fauna do Cerrado, através do plantio e da intensa utilização de fertilizantes.

Segundo Hespanhol (2000, p. 24):

A prática da agricultura moderna nos cerrados do Centro Oeste tem possibilitado a obtenção de elevados níveis de produtividade das lavouras, notadamente da soja , o que torna a região competitiva na produção da leguminosa, nacional e internacional. Por outro lado, a introdução, na faixa tropical, de pacotes tecnológicos importados de países de clima temperado, tem gerado sérios problemas ambientais.

A utilização de máquinas e implementos pesados vem ao longo dos anos acarretando problemas ambientais ao meio ambiente, destruindo a flora e a fauna da região, com a devastação de áreas de Cerrado para o plantio da soja.

URBANIZAÇÃO

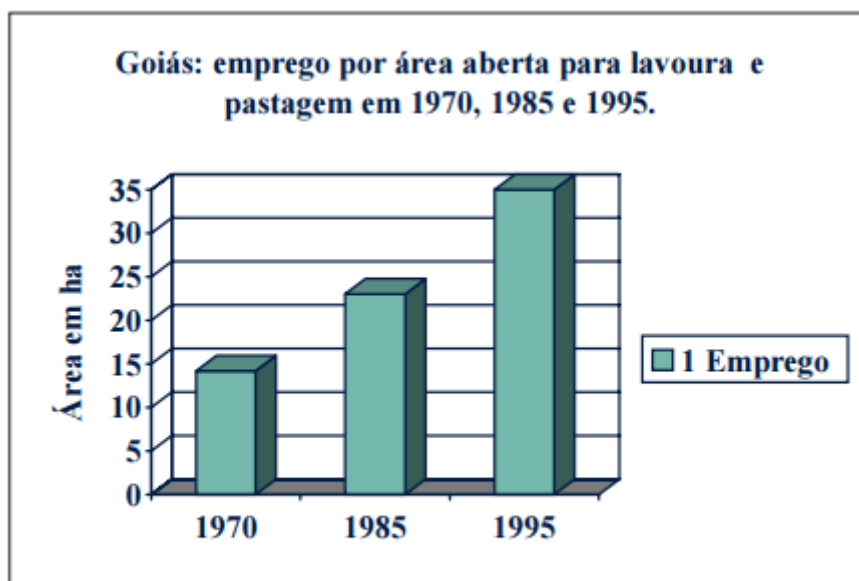
Em Goiás, apesar da expansão da produção agropecuária, não produziu ampliação da geração de empregos no campo. Ocorreu o contrário, deixou de gerar empregos diretos no campo. Esta afirmação é verdadeira diante do dado que, em 1970 criava-se um emprego rural, em Goiás, por aproximadamente cada 14,2 hectares de área aberta para lavoura e pastagens, em 1985, precisavam ser abertos 23 hectares para que um único emprego fosse criado e em 1995 passou a ser necessários 35 hectares, estes dados podem ser melhor observados na figura 01 (ABREU, 2001, p. 31).

Fonte: ABREU, 2001.
Org.: MELO, 2006.

Figura 1

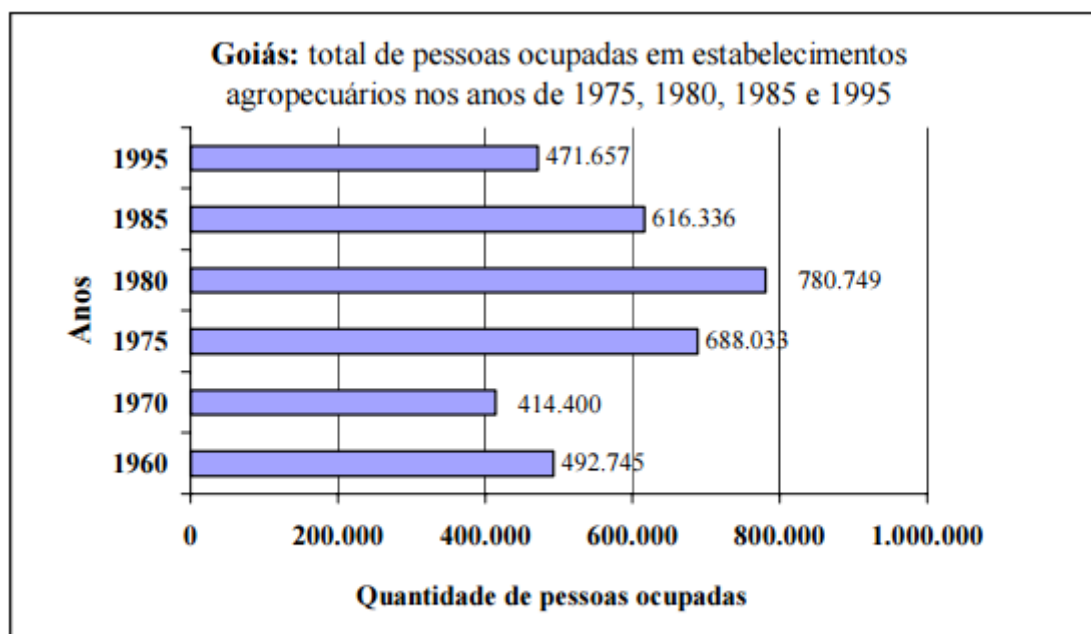
Os dados globais do total de pessoas ocupadas em estabelecimentos rurais em Goiás também validam a afirmação anterior. Demonstram, portanto, reduções no período de 1975 a 1995, foram 216.376 pessoas que deixaram de ocupar-se nas atividades agropecuárias, apesar de ter ocorrido elevação do ano de 1975 para o de 1980, período importante da expansão da fronteira agrícola em Goiás com abertura de novas áreas inicialmente com o cultivo de arroz e depois com a inserção da sojicultura. Do censo agropecuário de 1985 para o de 1995 diminuísse o número de trabalhadores nos estabelecimentos rurais na ordem de aproximadamente 23,47 % (Figura 2).

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1975, 1980, 1985, 1995.

Figura 2

Houve também mudanças no tipo de mão-de-obra que passou a ser contratada para as atividades agrícolas. Considerável parte dos empregos diretos e indiretos gerada por esta atividade foi para trabalhadores com qualificações específicas como operadores de máquinas, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, mecânicos, entre outros. Apesar das informações contidas na figura 2 não serem suficientes para validar esta colocação, ressalta-se que as próprias mudanças ocorridas no processo produtivo são pertinentes para atestá-la.

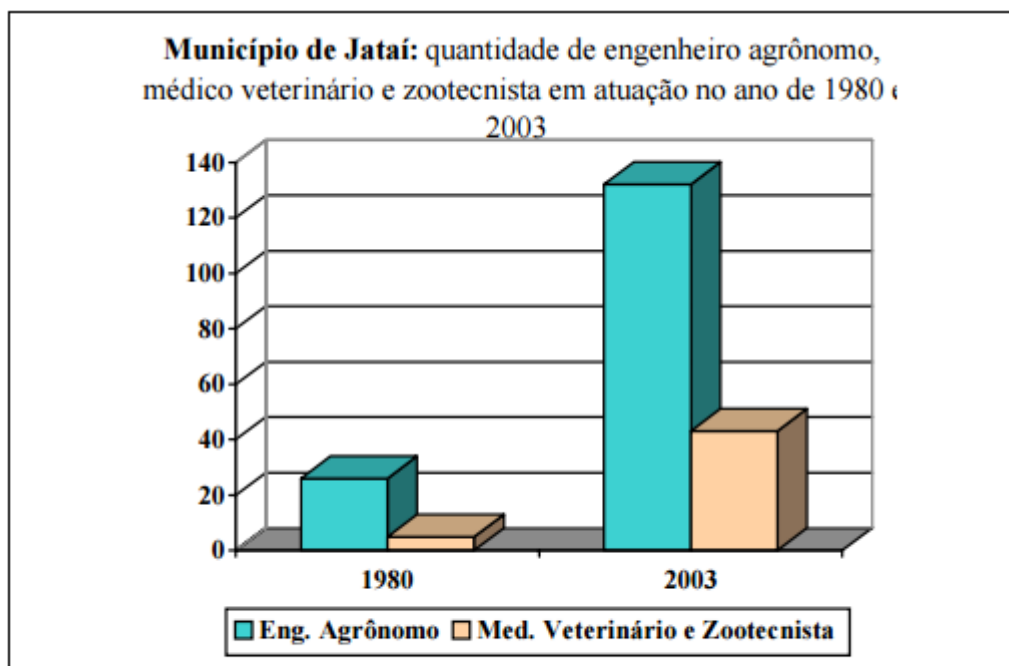
Ainda buscando reafirmar essa proposição, destaca-se dos dados apresentados na figura 03. Informações sobre as quantidades de engenheiro agrônomo e médico veterinário existentes em Jataí, em 1980 e em 2003, exemplificam a ocorrência do aumento por mão de obra qualificada no processo produtivo que se instalou em diversas partes do campo goiano.

Fonte: MELO, 2003, p. 118.
Org.: MELO, 2006.

Figura 03

Aponta-se também entre os fatores indicados para a compreensão da dinâmica do emprego no campo o fato de que a pecuária, nos dados do censo agropecuário de 1995, continuou sendo a atividade de maior importância em relação ao número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de atividade econômica em toda a região Centro-Oeste, sendo em Goiás na ordem 67,0 % (IBGE, 1995-96; CUNHA, 2002).

Outro dado que evidencia a baixa absorção de mão de obra e a expulsão de trabalhadores do campo nesse contexto, é a estrutura fundiária. Em Goiás, no período de 1975 a 1995, houve concentração da posse da terra dada pela ampliação da proporção de estabelecimentos com mais de 1000 hectares e do percentual de área ocupado por estes enquanto a área ocupada pelos estabelecimentos menores de mil hectares se manteve e o percentual de estabelecimentos diminuiu, sobretudo nos estratos menores 100 hectares (Tabela 1).

Tabela 1 - **Estado de Goiás:** proporção do número de estabelecimentos rurais e área por estratos de área em 1970 e 1995.

Grupos de área total em hectares	Proporção do número de estabelecimentos em 31.12		Proporção da área dos estabelecimentos em 31.12	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	13,2	11,2	0,3	0,3
10 a menos de 100	50,0	49,3	9,9	8,9
100 a menos de 1000	32,9	34,6	42,8	43,7
1000 a menos de 10000	3,8	4,8	39,4	41,6
10000 a mais	0,1	0,1	7,6	5,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1970 e 1995.
Elaboração e cálculos: ABREU, 2001, p. 29.

Os dados e informações analisadas, anteriormente, reforçam a compreensão de que a modernização agrícola foi na verdade uma "modernização conservadora". Tornam também evidentes que este processo gerou um outro fluxo migratório na fronteira, com sentido rural urbano e urbano-urbano, o qual se expressa no processo de urbanização.

A relação campo-cidade nas áreas que se especializaram na produção agrícola passam por modificações que se expressam em conteúdos e formas específicas. O campo tende a não ser, nesses lugares, por excelência o local da moradia permanente dos produtores, dos trabalhadores agrícolas e das suas relações de vizinhança. Torna-se prioritariamente espaço da produção agrícola e agroindustrial. Este fato se manifesta na elevação das taxas dos residentes nas cidades em detrimento do campo.

Na região Centro-Oeste o percentual de residentes urbanos era 25,91 % contra 74,09 % residentes no campo, em 1950, enquanto registrava-se uma taxa de urbanização de 36,16 % para o país. Verifica-se que a partir desse período histórico houve uma aceleração dessa taxa na região pois, em 1980 atingiu um percentual de 67,78 %, superior inclusive ao nacional que era de 67,59 % neste mesmo ano (IBGE, 2004).

Esse processo se manifestou igualmente em Goiás que passou de um percentual de residentes urbanos de 21,78 %, em 1950, para 62,20 % em 1980 e atingiu 80,81 % em 1991 quando a fronteira já estava consolidada (IBGE, 2004).

Conforme analisou Ferreira (1987), o caráter urbanizador da fronteira agrícola modernizada não se restringe às mudanças processadas nas relações de trabalho.

Deve-se destacar, além desse aspecto, o papel urbanizador da grande lavoura pelas atividades que estimula a nível local, a saber: de transporte, de armazenamento, de serviços bancários, de comércio de produção agrícola, implementos e máquinas, de serviços de reposição de máquinas e veículos (FERREIRA, 1987, p. 21).

Nesse mesmo sentido, o fato do novo produtor rural ser de uma classe social diferente dos antigos pequenos produtores, leva a que ele resida na cidade mais equipada, próxima às suas terras. Essa nova classe possivelmente média e média alta é mercado para comércio mais diversificado e serviços urbanos, além da demanda por moradia que dinamiza a construção civil ou o setor informal, na cidade (FERREIRA, 1987, p. 21).

A partir destas considerações de Ferreira (1987), elaboradas com base em estudos sobre Rio Verde (GO) e Ceres (GO), das análises de Santos (1993) e da pesquisa empírica realizada por Melo (2003) em Jataí (GO), (re)afirma-se que cidades localizadas em áreas especializadas na produção agropecuária moderna, mesmo algumas de pequeno porte, são requisitadas para atender as novas demandas que provém das necessidades de consumo para a realização da produção agrícola (consumo produtivo de mercadorias e serviços especializados) e do consumo das famílias (saúde, educação, lazer, informação, equipamentos tecnológicos, entre outros).

Sobre este primeiro tipo de consumo – o consumo produtivo rural –, Santos (1993, p. 56) afirmou que este não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Estas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção.

Santos (1993, p. 56) complementou as análises sobre a capacidade da produção agrícola moderna modificar ou fazer surgir novos elementos nas cidades afirmando que "hoje, nas áreas mais desenvolvidas, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período, da urbanização brasileira".

Nesses processos descritos por Ferreira (1987) e Santos (1993) ocorre o desenvolvimento de novas formas e conteúdos urbanos e novos atores sociais que se manifestam na paisagem das cidades, nas funções que passam a desempenhar para sua população, para o entorno rural e até mesmo no contexto regional. Expressam-se também por meio da diversificação cultural e inserção de novas práticas e manifestações culturais.

As cidades, sobretudo, as denominadas cidades médias, passam a ser palco da difusão dos equipamentos tecnológicos bem como das ideias e da informação que o campo necessita para a produção agrícola. Conforme Santos e Silveira (2001, p. 281), as cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e desse modo se constituem em intérpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional.

Estas se tornam, de acordo com Santos e Silveira (2001, p. 281), “pontes entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações”.

Quanto às pequenas cidades, por sua vez, deve-se primeiramente ressaltar que são altamente heterogêneas, mesmo as localizadas em uma região específica apresentam diferenças importantes no que diz respeito a sua dinâmica econômica e funções urbanas.

Na análise de Ferreira (1987, p. 23), as pequenas cidades, em áreas de modernização agrícola, pelo fato de que não são atrativas para os investimentos no setor moderno do comércio, das indústrias ou dos serviços, submetidos à lógica da economia de escala, da concentração espacial e das externalidades e, por conseguinte, a uma alta seletividade espacial. Escapam a esses centros urbanos os capitais gerados na região e a produção de bens e de serviços.

Ferreira (1987, p. 23) complementa suas análises afirmando que: a expansão do capital no campo se direciona para as vantagens locacionais das atividades agrárias e não para as ligações necessárias ao fluxo do capital. Por outro lado, os lucros da produção agrícola fluem para as grandes cidades: as cidades dos negócios. Não atraindo capitais de fora e não retendo os gerados na região não têm essas cidades condições de se dinamizar.

Conforme proposições de Ferreira (1987) a expansão do capital no campo via modernização agrícola não está vinculado às potencialidades de fluxo de capital, portanto, das condições das estruturas urbanas de movimentação de capitais, de produção e circulação de mercadorias e outros geradores de fluxos financeiros. Nesse sentido, a existência de centros urbanos dinâmicos economicamente e próximos a área da produção agrícola, não é condição para tal empreendimento, as vantagens observadas são as que dizem respeito às atividades agrárias.

Na condição identificada por Ferreira (1987) encontraria justificativas para os casos de pequenas cidades que mesmo tendo um entorno inserido na produção agrícola moderna, não conseguem se dinamizar economicamente e demograficamente. Dado que por não conseguirem reter a renda gerada, não têm condições de diversificar as suas funções urbanas e ao mesmo tempo não conseguem fazer com que permaneça a população “que nela passa a residir ou que para aí veio em decorrência de um push rural mais do que de um pull urbano” (FERREIRA, 1987, p. 23).

No entanto, é também inegável o papel modificador e até criador de estruturas urbanas que o processo de desenvolvimento da produção agrícola moderna desempenha, mesmo em pequenas cidades, conforme casos variados e que envolvem fatores locais específicos. Sobre esta afirmação destaca-se o exemplo do ocorrido em Mimoso, a 100 km de Barreiras, no estado da Bahia. Conforme analisou Lavinas (1987, p. 104), na década de 1980, “a associação de interesses – pequeno capital imobiliário e o capital agroalimentar – consubstancia a essa estratégia de criação de um novo núcleo urbano com vistas à formação de um novo município dentro de alguns anos, dispondo então de uma estrutura administrativa, financeira e política própria, relativamente independente da interferência das elites tradicionais locais que compõem ainda o quadro político-institucional regional”.

Para Corrêa (2004, p.75), as mudanças processadas no campo brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, com a inserção da modernização econômica e produtiva, gerou alterações no padrão dos pequenos centros urbanos, “criando pelo menos quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram”, sendo:

i. Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. O oeste catarinense fornece bons exemplos desses lugares centrais.

ii. Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos, pode mesmo crescer econômica e demograficamente. O oeste paulista e o norte paranaense apresentam inúmeras cidades que se enquadram nesse tipo.

iii. Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho ou que assim nasceram. No primeiro subtipo o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais, resultou em centros habitados por assalariados rurais com emprego temporário. O oeste paulista é rico de exemplos desse subtipo. O segundo subtipo, que ocorre, por exemplo, na Amazônia oriental, resulta de um processo de concentração da força de trabalho, os “peões”, que é assim confinada em pequenos e pobres lugares.

iv. Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permanecem, ou procedente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas. A pobreza desses centros, frequentes no Nordeste, contrasta com a prosperidade dos centros do primeiro tipo (CORRÊA, 2004, p. 75-76).

Além desses quatro tipos, vários outros são esperados em função das especificidades dos processos espaciais e dada à dimensão e complexidade do território brasileiro e mesmo das áreas de cerrados. Não se pode desprezar ainda o papel das características advindas da formação espacial dos lugares, dos agentes locais, das suas potencialidades políticas e naturais, bem como dos aspectos culturais.

Fonte: http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t30.pdf

3 POPULAÇÃO GOIANA: POVOAMENTO, MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E DENSIDADE DEMOGRÁFICA.

POVOAMENTO E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Poucos meses após a volta da Bandeira, organizou-se em São Paulo uma nova expedição para explorar os veios auríferos. Bartolomeu, agora superintendente das minas, e João Leite da Silva Ortiz, como guarda-mor.

A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho. Fundou-se lá o arraial de Sant'ana, que depois seria chamado de Vila Boa, e mais tarde de Cidade de Goiás. Esta foi durante 200 anos a capital do território.

Nas proximidades de Sant'ana, surgiram numerosos arraiais às margens dos córregos e rios, como centros de garimpo: Barras, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita, etc. Ao divulgar-se a riqueza das minas recém - descobertas surgiram gente de toda parte do país.

Os condicionantes recentes do processo migratório no Estado de Goiás

A compreensão da dinâmica dos fluxos migratórios atuais do Estado de Goiás passa pela compreensão das mudanças que a economia goiana apresentou nas últimas décadas, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de potencialidades que permitiram o Estado ampliar sua capacidade de atração ao longo das décadas.

Este processo ocorre de forma mais intensa a partir de década de 1960, quando órgãos estatais direcionados ao desenvolvimento regional passam a atuar como motores dos investimentos locais. Tal estratégia seria adaptada à região Centro-Oeste, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em 1967; com a finalidade de realizar o planejamento do desenvolvimento da região, mais especificamente do Estado de Goiás. Dentro dos novos prognósticos, surgidos em função da presença do órgão recém criado, o governo estadual traça inciativas próprias, ainda neste período, como forma de promover o crescimento local e promover a expansão das atividades produtivas no Estado.

Segundo Pedroso e Silva (2011), o êxito dessa nova estratégia só seria possível diante da constante presença do Estado, por meio da promoção de políticas públicas e provedor dos recursos necessários à sua execução. Neste contexto – e período – destacam-se as ações da SUDECO direcionadas a economia goiana, especialmente o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e outros programas. Dentro desse cenário surge o Fundo de Expansão da Indústria e Comércio (FEINCOM), criado em 1973. Baseado na isenção de impostos, foi a primeira estratégia robusta direcionada aos segmentos industriais do Estado.

Em termos de resultados, Paschoal (1998) ressalta que o programa aprovou, ainda no primeiro ano de promulgação, cerca de 90 projetos, em que 66 destes foram em Anápolis, 12 em Goiânia, e outros 12 na região Centro-Sul do Estado. Na sua concepção, Paschoal (1998) avalia que o programa fora limitado na geração de resultados práticos, em virtude da pouca integração entre as indústrias beneficiadas por este instrumento. O governo estadual sentindo os entraves apresentados pelo FEINCOM, detecta a necessidade da criação de uma nova iniciativa visando a ampliação quantitativa das empresas ligadas ao segmento industrial no Estado e, consequentemente, do desenvolvimento econômico local.

A partir desta necessidade, o governo estadual instituiu, em 1984, o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR). Segundo Pedroso e Silva (2011), o FOMENTAR era baseado, novamente, na concessão de benefícios fiscais na forma de isenção do ICMS.

Ao avaliar as ações do FOMENTAR, a literatura aponta que os objetivos ambiciosos de promover a rápida industrialização goiana, com base numa possível disseminação de empresas no Estado, estruturada nas grandes empresas, não foram prontamente atingidos naquele período. Apesar de suas limitações, o mesmo teve grande papel no processo de expandir as estruturas produtivas do Estado. Segundo Costa (2004), essas iniciativas foram importantes e decisivas para consolidar a primeira "onda" do desenvolvimento local: ampliar a capacidade de geração de excedentes de produtos básicos. Para este autor, o passo adiante seria promover a segunda "onda": promover a industrialização de suas matérias primas.

O resultado destas políticas tem se dado em ganhos de participação na riqueza gerada nos últimos anos, advindas da elevação substancial do seu Produto Interno Bruto.

Estes benefícios são frutos dos resultados obtidos pela indústria, que se aprimorou por intermédio da integração entre a agropecuária moderna e o avanço da agroindústria. Desta forma, as modificações no contexto econômico produtivo da economia goiana devem ser inseridas como um elemento primordial à compreensão da dinâmica migratória do Estado de Goiás.

Isto porque as modificações das características da economia local, passando de uma economia de tendência agrícola para um parque pautado na indústria, refletem-se em poderosos instrumentos de atração de migrantes dos mais diversos destinos, modificando inclusive o próprio perfil migratório. Dentro desse contexto, Oliveira (1997) afirma que, ao longo das décadas recentes, os imigrantes que se dirigiam à Brasília e ao entorno de Goiânia já não mais buscavam adquirir terras para atividades primárias, mas sim procuravam trabalhos e funções de caráter estritamente urbanos. Por sua vez, Cunha (2001) argumenta que as regiões que abrigaram as nascentes atividades industriais tornaram-se importantes aglomerados urbanos, em destaque as microrregiões de Goiás e a capital federal, Brasília. Os impactos da industrialização sobre às microrregiões do Estado também é abordado por Lemos et al (2000) ao afirmarem que as mesmas acabaram por se constituir em polos econômicos baseados na produção agroindustrial de expressiva influência na configuração regional recente do país. Sendo assim, as migrações com destino ao Estado de Goiás assumiriam um perfil cada vez mais urbano ao longo das décadas.

Os estímulos à produção industrial trouxeram reflexos sobre a produção rural. Para Mueller, Torres e Martine (1992), a combinação da expansão das atividades industriais somada à modernização da agricultura promoveram de forma simultânea a redução da mão de obra ligada às atividades primárias. Sendo assim, os investimentos direcionados ao setor do agronegócio acabam por se reverter em aumentos na produção, sem aumento no contingente de empregos.

Partindo desta perspectiva, Salim (1992) argumenta que a transição da economia goiana de agrícola para industrial trouxe reflexos sobre a forma e as condições de produção vigentes. À medida que se estimulava o segmento industrial, o setor agrícola perdia importância em relação ao número de empregos gerados,

eliminando postos de trabalho e imputando aos trabalhadores o direcionamento às cidades e aos núcleos urbanos de forma forçada. O autor aponta tendências de direcionamento dos fluxos migratórios no âmbito do Estado de Goiás, que assumiriam a forma de migrações inter-regionais (quando os fluxos populacionais se dirigiram ao meio rural;), migrações intra regionais (quando os fluxos se dirigiam ao meio urbano – sendo o mais expressivo em regiões com inserção de relações capitalistas), migrações interestaduais (quando ocorre a migração rural-rural em regiões de ocupação mais recente), migrações intra estaduais (quando ocorrem os fluxos rural-urbano em áreas de maior desenvolvimento capitalista) e as migrações intra municipais (quando ocorre o redirecionamento dos migrantes que haviam realizado migração com destino rural). Desta forma, tem-se um fluxo interno de migração rural-urbana dentro do próprio interior do Estado de Goiás, em resposta à nova dinâmica produtiva.

A caracterização dos fluxos migratórios também é realizada por Mueller, Torres e Martine (1992) ao classificarem o Centro-Oeste em quatro zonas segundo seu potencial produtivo. Segundo eles, haveria uma zona moderna, caracterizada por uma consolidada agricultura moderna, que abrangeria os municípios de Brasília, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, marcados por uma forte expansão da população urbana. Uma zona caracterizada como sendo de expansão, de agricultura recente baseada na soja, que abrangeria as cidades satélites dos entornos de Brasília e Goiânia. Ambas, por apresentarem um maior dinamismo produtivo, tornar-se-iam áreas de atração migratória. As zonas de fronteira seriam aquelas relacionadas ao trabalho rural recentemente difundido, como a cidade de Cuiabá. E as zonas residual, caracterizada por expressivas perdas de população ao longo das décadas recentes.

Dentro desta diferenciação, as cidades goianas estariam situadas nos contornos mais dinâmicos da Região Centro-Oeste, tornando-se polos de atração migratória.

Sobre a dinâmica migratória recente do Estado de Goiás, segundo Cunha (2001), suas principais características são o rápido crescimento da população urbana e o direcionamento dos imigrantes para as microrregiões de Goiânia, Meia Ponte e Anápolis. Estes fluxos são descritos pelo autor de forma mais prática na Figura 1.

Figura 1: Principais fluxos de migração intra-estadual segundo microrregiões para o Estado de Goiás: 1980/1991

Fonte: Cunha, 2002.

Conforme pode ser visto na Figura 1, a microrregião de Goiânia exerce efeito de atração sobre as demais microrregiões circunvizinhas, devido ao perfil urbano de suas atividades econômicas. Desta forma, esta microrregião exerce peso expressivo no processo de migração rural-urbano no interior do Estado de Goiás.

Já Amaral, Rodrigues e Figoli (2002) apontam uma dinâmica específica acerca das origens dos imigrantes que entraram no Estado:

Em nível interestadual, as migrações com destino às 16 microrregiões de Goiás foram principalmente originárias do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a proximidade territorial talvez seja uma explicação para a ocorrência dessa migração. O Norte apresentou probabilidades de emigração total muito reduzidas para Goiás e Distrito Federal, e os fluxos mais expressivos dirigiram-se à microrregião de Goiânia e às outras 16 microrregiões de Goiás. O Nordeste, Sudeste e Sul apresentaram níveis de emigração maiores em direção ao Distrito Federal, mesmo com uma queda muito acentuada das probabilidades em 1986-1990 (AMARAL, RODRIGUES, FIGOLI, pag. 132, 2002).

Os fluxos migratórios interestaduais com origem e destino ao Estado de Goiás

Esta análise é fundamental para a compreensão do papel que o Estado de Goiás exerce sobre a dinâmica migratória nacional, bem como compreender os vínculos que tal Estado mantém com os demais entes da federação no que diz respeito aos saldos migratórios. Além disto, será possível estabelecer a origem dos imigrantes, bem como o destino dos emigrantes, e seus graus de participação na composição dos fluxos migratórios do Estado de Goiás.

Conforme os dados expressos na Tabela 1, considerando o período 1986/1991, constata-se que os principais fluxos de imigrantes eram provenientes da própria região Centro-Oeste, com 32,13%, e da região Nordeste, com 24,32%, e do Sudeste (23,57%). Juntas, essas regiões respondiam como cerca de 80% dos imigrantes do Estado. Contudo, os valores relativos ao Centro-Oeste evidenciam um forte componente intra regional, haja vista que quase 25% dos imigrantes eram oriundos do Distrito Federal, apontando para a importância dos fluxos de curta distância. Fatores associados ao elevado custo de vida em Brasília, qualidade de vida e oportunidade de empregos no setor público e privado em Goiás, devem justificar tal atratividade. Tocantins (9,71%), Bahia (10,52%) e Minas Gerais (13,35%) são outros Estados que enviaram elevados contingentes humanos para Goiás.

Em termos de destino, entre 1986/1991, 23,91% dos emigrantes que partiram de Goiás se dirigiram para a região Norte, 31,85% para o Sudeste, enquanto 33,26% para os Estados da própria região Centro-Oeste. No âmbito destes fluxos intra regionais, novamente o fluxo entre o Distrito Federal é expressivo, com aproximadamente 17,14% dos emigrantes se dirigindo para esta área; valor que só fora superado pelos fluxos direcionados ao Estado de Minas Gerais, que responderam por 19,37% do total das emigrações.

Com relação ao saldo migratório, chama atenção a forte atratividade do Estado de Goiás, ao apresentar trocas positivas com todas as Unidades da Federação da região Nordeste, Sudeste e Sul, com destaque para o Distrito Federal (40.135 pessoas) e a Bahia (24.001migrantes). Os únicos saldos negativos foram com Rondônia (682), Roraima (233), Amapá (23), Mato Grosso do Sul (22) e Mato Grosso (6.093).

No tocante ao Índice de Eficácia Migratória (IEM1), esse indicador mostra a grande capacidade de atração populacional de Goiás, ao tipificar como área de perda migratória somente com Roraima (-0,24), Amapá (-0,45) e Mato Grosso do Sul (-0,16); área de retenção com todos os Estados do Nordeste e Sul, além do Acre, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal e, por último, como área de rotatividade migratória com as demais UFs.

Tabela 1: Imigrantes e Emigrantes interestaduais, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Estado de Goiás – 1986/1991 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldos (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	3.462	1,29	4.144	2,65	- 682	-0,09	0,84
Acre	260	0,10	190	0,12	70	0,16	1,37
Amazonas	738	0,28	566	0,36	172	0,13	1,30
Roraima	376	0,14	609	0,39	- 233	-0,24	0,62
Pará	12.915	4,82	11.034	7,04	1.881	0,08	1,17
Amapá	26	0,01	69	0,04	- 43	-0,45	0,38
Tocantins	26.040	9,71	20.842	13,30	5.198	0,11	1,25
NORTE	43.817	16,35	37.454	23,91	6.363	0,08	1,17
Maranhão	9.171	3,42	2.792	1,78	6.379	0,53	3,28
Piauí	7.664	2,86	896	0,57	6.768	0,79	8,55
Ceará	8.179	3,05	1.275	0,81	6.904	0,73	6,41
Rio G. do Norte	3.138	1,17	1.173	0,75	1.965	0,46	2,68
Paraíba	4.380	1,63	735	0,47	3.645	0,71	5,96
Pernambuco	3.424	1,28	1.182	0,75	2.242	0,49	2,90
Alagoas	682	0,25	253	0,16	429	0,46	2,70
Sergipe	352	0,13	188	0,12	164	0,30	1,87
Bahia	28.192	10,52	4.191	2,68	24.001	0,74	6,73
NORDESTE	65.182	24,32	12.685	8,10	52.497	0,67	5,14
Minas Gerais	35.796	13,35	30.345	19,37	5.451	0,08	1,18
Espírito Santo	1.172	0,44	411	0,26	761	0,48	2,85
Rio de Janeiro	5.709	2,13	1.803	1,15	3.906	0,52	3,17
São Paulo	20.498	7,65	17.332	11,06	3.166	0,08	1,18
SUDESTE	63.175	23,57	49.891	31,85	13.284	0,12	1,27
Paraná	4.554	1,70	2.028	1,29	2.526	0,38	2,25
Santa Catarina	1.358	0,51	665	0,42	693	0,34	2,04
Rio G. do Sul	3.853	1,44	1.824	1,16	2.029	0,36	2,11
SUL	9.765	3,64	4.517	2,88	5.248	0,37	2,16
Mato G. do Sul	3.325	1,24	3.347	2,14	-22	0,00	0,99
Mato Grosso	15.808	5,90	21.901	13,98	-6.093	-0,16	0,72
Distrito Federal	66.992	24,99	26.857	17,14	40.135	0,43	2,49
C.OESTE	86.125	32,13	52.105	33,26	34.020	0,25	1,65
TOTAL	268.064	100,00	156.652	100,00	111.412	0,26	1,71

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Já o Índice de Reposição Populacional (IRP), que mostra a capacidade do Estado de Goiás em repor a sua população em função do seu total de imigrantes sobre o total de emigrantes (I/E), mostra que para cada 10 pessoas que partiram, entraram 17 indivíduos. Os Estados que mais contribuíram com essa dinâmica foram: Piauí (8,55), Bahia (6,73) e Ceará (6,41). Isso significa, por exemplo, que de cada 10 pessoas que deixaram o Estado de Goiás para o Piauí, procederam desta UF 86 pessoas em direção ao Estado Goiás.

Ao se analisar a década seguinte, expressa pelo período 1995/2000, constata-se que os fluxos existentes entre o Estado de Goiás e a região Centro-Oeste mantiveram-se intensos.

Os imigrantes intra regionais responderam por cerca de 34,85%, sendo que somente o Distrito Federal contribuiu com 28,11% – novamente o maior polo de origem dos imigrantes para Goiás. Os demais polos representativos foram a região Nordeste (27,11%), Sudeste (18,25%) e Norte (16,86%). Comparado ao período anterior (Tabela 1), observa-se que a participação da região Norte manteve-se estável, ao passo que se registra breve elevação da participação nordestina e declínio do percentual advindo da região Sudeste.

Tabela 2: Imigrantes e Emigrantes interestaduais, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Estado de Goiás – 1995/2000 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	3.077	0,83	2.225	1,31	852	0,16	1,38
Acre	991	0,27	290	0,17	701	0,55	3,42
Amazonas	1.242	0,33	949	0,56	293	0,13	1,31
Roraima	818	0,22	560	0,33	258	0,19	1,46
Pará	21.463	5,76	7.937	4,67	13.526	0,46	2,70
Amapá	328	0,09	342	0,20	-14	-0,02	0,96
Tocantins	34.914	9,37	19.535	11,50	15.379	0,28	1,79
NORTE	62.833	16,86	31.838	18,74	30.995	0,33	1,97
Maranhão	29.165	7,83	3.210	1,89	25.955	0,80	9,09
Piauí	15.082	4,05	2.171	1,28	12.911	0,75	6,95
Ceará	7.892	2,12	2.349	1,38	5.543	0,54	3,36
Rio G. do Norte	3.111	0,83	1.648	0,97	1.463	0,31	1,89
Paraíba	4.877	1,31	1.657	0,98	3.220	0,49	2,94
Pernambuco	5.900	1,58	1.479	0,87	4.421	0,60	3,99
Alagoas	1.839	0,49	303	0,18	1.536	0,72	6,07
Sergipe	1.106	0,30	297	0,17	809	0,58	3,72
Bahia	32.067	8,60	7.580	4,46	24.487	0,62	4,23
NORDESTE	101.039	27,11	20.694	12,18	80.345	0,66	4,88
Minas Gerais	34.262	9,19	30.618	18,02	3.644	0,06	1,12
Espírito Santo	1.226	0,33	680	0,40	546	0,29	1,80
Rio de Janeiro	4.551	1,22	2.710	1,60	1.841	0,25	1,68
São Paulo	27.976	7,51	19.563	11,51	8.413	0,18	1,43
SUDESTE	68.015	18,25	53.571	31,53	14.444	0,12	1,27
Paraná	5.141	1,38	2.608	1,54	2.533	0,33	1,97
Santa Catarina	1.995	0,54	2.278	1,34	-283	-0,07	0,88
Rio G. do Sul	3.780	1,01	1.557	0,92	2.223	0,42	2,43
SUL	10.916	2,93	6.443	3,79	4.473	0,26	1,69
Mato G. do Sul	4.786	1,28	3.786	2,23	1.000	0,12	1,26
Mato Grosso	20.354	5,46	18.309	10,78	2.045	0,05	1,11
Distrito Federal	104.758	28,11	35.259	20,75	69.499	0,50	2,97
C.OESTE	129.898	34,85	57.354	33,76	72.544	0,39	2,26
TOTAL	372.701	100,00	169.900	100,00	202.801	0,37	2,19

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000.

A análise dos fluxos de emigrantes permite identificar que novamente os maiores vínculos são realizados na própria região Centro-Oeste, cujos percentuais são de cerca 33,76% das emigrações goianas. Internamente, o maior fluxo intra regional é registrado com o Distrito Federal, que recebeu 20,75% dos egressos. Em nível inter-regional, a região Sudeste foi o destino de 31,53% daqueles que partiram do Estado de Goiás, a região Nordeste foi a escolha de 12,18%, enquanto a região Norte foi pretendida por 18,74%. No comparativo com o período anterior (Tabela 1), registra-se, em termos relativos, o aumento dos de destinos à região Nordeste, simultaneamente à queda dos fluxos direcionados à região Norte – enquanto a participação do Sudeste se mantém constante.

No que diz respeito aos saldos migratórios, em termos de volume, os maiores ganhos para o Estado de Goiás advém do Distrito Federal (69.499), Maranhão (25.955), Bahia (24.487) e Tocantins (15.379), revelando, ao mesmo tempo, a importância da migração de curta (intra regional) e de longa distância (inter-regional). Quanto à capacidade de retenção migratória, a cada quinquênio em tela, o Estado de Goiás confirma a sua tendência de despontar como um dos principais polos de destino do Brasil. Entre 1995/2000, essa UF não foi área de perda migratória para nenhum Estado, área de rotatividade migratória somente com o Amapá (-0,02) e Santa Catarina (-0,07), e área de retenção migratória com as demais UFs.

Ao analisar os dados do último período (2005/2010), tem-se que a região Centro Oeste permaneceu como o principal polo de origem dos ingressos no Estado de Goiás, com 29,63%, sendo que 22,69% do total destes eram procedentes do Distrito Federal – que permaneceu como o local que enviou mais imigrantes (Tabela 7). Dentre os fluxos oriundos de outras regiões, destacam-se os procedentes da região Nordeste (33,28%), Sudeste (18,36%) e Norte (15,92%). Em nível estadual, além do Distrito Federal (82.564), os Estados que se destacaram no envio de imigrantes para Goiás foram os seguintes: Maranhão (43.846), Bahia (37.144), Minas Gerais (36.017), Tocantins (31.176) e São Paulo (25.035).

Tabela 3: Imigrantes e Emigrantes interestaduais, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Estado de Goiás – 2005/2010 (data fixa)

Grandes Regiões e Estados	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	2.401	0,66	2.553	1,64	- 152	-0,03	0,94
Acre	836	0,23	208	0,13	628	0,60	4,01
Amazonas	1.239	0,34	820	0,53	420	0,20	1,51
Roraima	400	0,11	386	0,25	13	0,02	1,03
Pará	21.585	5,93	9.263	5,93	12.322	0,40	2,33
Amapá	285	0,08	217	0,14	68	0,14	1,31
Tocantins	31.176	8,57	18.829	12,06	12.347	0,25	1,66
NORTE	57.923	15,92	32.277	20,68	25.646	0,28	1,79
Maranhão	43.846	12,05	5.430	3,48	38.416	0,78	8,08
Piauí	14.754	4,05	3.311	2,12	11.443	0,63	4,46
Ceará	7.018	1,93	2.182	1,40	4.836	0,53	3,22
Rio G. do Norte	3.132	0,86	1.380	0,88	1.752	0,39	2,27
Paraíba	4.591	1,26	1.382	0,89	3.209	0,54	3,32
Pernambuco	5.719	1,57	1.394	0,89	4.325	0,61	4,10
Alagoas	4.081	1,12	341	0,22	3.740	0,85	11,96
Sergipe	817	0,22	307	0,20	510	0,45	2,66
Bahia	37.144	10,21	8.336	5,34	28.808	0,63	4,46
NORDESTE	121.101	33,28	24.064	15,42	97.038	0,67	5,03
Minas Gerais	36.017	9,90	22.402	14,35	13.615	0,23	1,61
Espírito Santo	1.136	0,31	621	0,40	515	0,29	1,83
Rio de Janeiro	4.625	1,27	2.519	1,61	2.105	0,29	1,84
São Paulo	25.035	6,88	14.741	9,44	10.294	0,26	1,70
SUDESTE	66.813	18,36	40.284	25,81	26.529	0,25	1,66
Paraná	4.753	1,31	2.716	1,74	2.037	0,27	1,75
Santa Catarina	2.480	0,68	2.110	1,35	370	0,08	1,18
Rio G. do Sul	3.031	0,83	1.834	1,17	1.197	0,25	1,65
SUL	10.264	2,82	6.661	4,27	3.604	0,21	1,54
Mato G. do Sul	4.572	1,26	3.794	2,43	777	0,09	1,20
Mato Grosso	20.696	5,69	16.087	10,31	4.609	0,13	1,29
Distrito Federal	82.564	22,69	32.941	21,10	49.623	0,43	2,51
C.OESTE	107.832	29,63	52.822	33,84	55.010	0,34	2,04
TOTAL	363.933	100,00	156.107	100,00	207.826	0,40	2,33

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010.

Com relação ao volume dos emigrantes procedentes do Estado de Goiás, constata-se que os maiores fluxos foram destinados à região Centro Oeste, cujo percentual foi de 33,84% das saídas totais. Novamente, o Distrito Federal mantém a tendência de principal destino, tendo sido a escolha realizada por 21,1% dos egressos. No âmbito inter-regional, constatou-se a região Sudeste como o destino escolhido por 25,81% dos emigrantes, enquanto o Nordeste foi procurada por 15,42%, e o Norte recebeu 20,68%. Esta nova configuração de valores elevou a participação das regiões Norte e Nordeste, ao passo que a região Sudeste perde, cada vez mais, participação como destino escolhido. Em nível estadual, em sua maioria, os emigrantes se dirigiram, além do Distrito Federal, para Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e São Paulo.

No tocante aos saldos migratórios, é digno de nota que Goiás apresentou saldo negativo somente com um Estado: Rondônia (-152). Isso mostra a capacidade da atração e retenção populacional dessa UF, que a cada quinquênio em estudo, consolida-se como um dos principais destinos ou o principal polo de atração das migrações interestaduais do país.

Em termos de volume, manteve-se a tendência constatada nos intervalos anteriores, com os maiores saldos positivos advindos do Distrito Federal (69.499), Maranhão (25.955), Bahia (24.487) e Tocantins (15.379).

O Índice de Eficácia Migratória (IEM) e o Índice de Reposição Populacional (IRP) confirmam o poder de atratividade de Goiás, dado que a cada intervalo (1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010) o Estado aumenta o IEM (0,26, 0,37 e 0,40, respectivamente) e o IRP (1,71, 2,19 e 2,33, respectivamente). Isso mostra que, no último período em questão, Goiás consolida-se como área de retenção migratória (0,40) e para cada 10 saídas de pessoas entram 23 migrantes (2,33) (Tabela 3).

Fonte: http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj32/artigo_02.pdf

DEMOGRAFIA

O Estado de Goiás é o mais populoso do Centro-Oeste. Conforme a estimativa populacional de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiás tem 6.523 milhões de habitantes e densidade demográfica de 19 habitantes/km². Entre 2000 e 2014, a taxa média anual de crescimento foi de 1,91%, maior que a nacional (1,28%) e pouco abaixo da do Centro-Oeste (1,94%).

Um dos principais fatores que explica o crescimento da população é o crescente número de imigrantes que Goiás vem recebendo, principalmente nas últimas décadas. O Censo Demográfico de 2010 revelou que aproximadamente 28% das pessoas residentes em Goiás são oriundas de outros Estados. Em termos relativos, Goiás é o sétimo no ranking dos Estados brasileiros por residentes não naturais do próprio Estado, e o quarto, em números absolutos.

Em termos de gênero, a população feminina é predominante em Goiás, são 99 homens para cada 100 mulheres aproximadamente.

Em termos de transformação demográfica, a mais expressiva foi o deslocamento da população da zona rural para os espaços urbanos. Goiás conta com mais de 90% de sua população vivendo em cidades.

Também, a estrutura demográfica do Estado de Goiás vem passando por consideráveis transformações nas últimas décadas. Observa-se uma tendência de envelhecimento da população. Isso se deve, principalmente, pelo contínuo declínio dos níveis de fecundidade, melhora nos indicadores de saúde e das condições de vida, o que se reflete numa maior expectativa de vida.

Segundo IBGE, cerca de 25% da população de Goiás é composta por imigrantes principalmente vindos dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Bahia, Piauí e Distrito Federal.

A população goiana atualmente esta assim:

Pardos: 50,9%.
Brancos: 43,6%.
Negros: 5,3%
Indígenas: 0,2%.

A população de Goiás atualmente é de 6.706.470 de habitantes.

Goiânia, que é sua cidade mais populosa, encontra-se com 1.302.001 de habitantes.

Fonte: http://cidades.ibge.gov.br/

4 ECONOMIA GOIANA: INDUSTRIALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

INDUSTRIALIZAÇÃO

A industrialização brasileira, iniciada a partir da conversão do capital agrícola para a atividade industrial como forma de superação da crise capitalista na década de 1930, foi caracterizada pela forte ligação entre indústria e agropecuária, considerando que o investimento industrial fora destinado tanto à produção de bens de consumo, como também para os de produção e de capital, objetivando a exportação.

Nas décadas de 1930 e 1940, houve um incentivo à industrialização brasileira, a partir da criação de infraestrutura e de indústrias de base, como a siderúrgica (Cia Vale do Rio Doce e a Cia Siderúrgica Volta Redonda). Isto ocorreu com intensa participação do Estado, objetivando a política de substituição das importações e o fortalecimento do capital nacional, resultando em uma ampliação do parque industrial e da produção (...) Já os anos 1950 e 1960 foram marcados por políticas industriais, agrícolas e de ocupação territorial, subsidiadas com capital internacional, visando dotar o país de infraestrutura para o crescimento econômico rápido (BORGES, 2006, p.1)

O Estado de Goiás industrializou-se tardiamente, intensificando seu processo de industrialização na década de 1990, mediado pela forte intervenção estatal, através de políticas de incentivo à vinda de empresas e empreendimentos industriais para Goiás. Este processo acarretou significativas mudanças na configuração espacial e na dinâmica socioeconômica do Estado, caracterizado até então pelo predomínio da atividade agropecuária e pela concentração da população na zona rural. A política de atração de empresas, materializada pela implantação de distritos industriais e agroindustriais em diferentes regiões deu maior atratividade ao Estado, culminando na instalação de diversos segmentos empresariais, em busca dos inúmeros incentivos governamentais (isenção de impostos, doação de terrenos, construção e melhorias na infraestrutura e nos serviços) e financeiros (Produzir, Fomentar, Fundo Constitucional do Centro-Oeste) oferecidos pelo poder público, na esfera federal, estadual e municipal, objetivando a minimização dos custos de produção e a reprodução do capital. A seguir descreveremos alguns programas de fomento responsáveis por estimular a industrialização de Goiás.

O Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar) criado em 1984 tem por objetivo estimular a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. A criação do fundo teve como principal resultado o surgimento de um diversificado parque industrial alicerçado num amplo crescimento da agroindústria. O sucesso obtido com o Fomentar possibilitou a criação de um amplo programa de atração de investimentos, o Produzir, sendo permitido ao beneficiário migrar de um programa para o outro.

O Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) tem por objetivo incentivar a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos,

a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

O Governo do Estado de Goiás, através da Agência de Fomento de Goiás S/A, oferece o financiamento de parcela mensal do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) para as empresas beneficiárias no intuito de reduzir o custo de produção e tornar os produtos mais competitivos no mercado. Os benefícios do programa são concedidos mediante a avaliação de projetos de expansão apresentados pelas empresas, considerando critérios sociais e econômicos, e podem ter duração de até 15 anos. O Produzir conta ainda com subprogramas destinados a setores específicos da economia, a exemplo de micro e pequenas empresas, produtos de informática, telecomunicações, eletroeletrônicos, comércio exterior, empresas operadoras de logística e distribuição.

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foi criado a partir da destinação de recursos federais para a aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Fundo tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social destas regiões por meio de investimentos no setor produtivo. Nesta perspectiva, tais programas buscam maior eficácia na aplicação dos recursos, aumentando a produtividade dos empreendimentos, criando novos postos de trabalho, de maneira a elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda.

Os beneficiários do programa são produtores rurais, micro e pequena empresas, pessoas jurídicas e associações e cooperativas de produção que desenvolvam suas atividades nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços. A concessão de benefícios tem como critérios a preservação do meio ambiente, o estímulo à criação de novos centros, atividades e polos de desenvolvimento capazes de reduzir as diferenças sociais e econômicas entre as regiões.

No caso do Centro-Oeste, os créditos são concedidos através do Banco do Brasil S/A.

A criação de distritos industriais e agroindustriais se enquadra nesta perspectiva de estímulo à industrialização. Conciliando as potencialidades naturais do território goiano, com destaque para os recursos minerais, e a tradicional vocação agrícola, agraciada pelas condições geográficas favoráveis a implantação industrial, com vistas à obtenção de matérias-primas e fácil acesso aos mercados consumidores, os distritos impulsionaram a economia goiana e atribuíram novo papel ao Estado no âmbito da produção nacional, especialmente através da agroindústria. Além disso, o processo de industrialização e modernização de Goiás fora acompanhado pelo surgimento e crescimento das cidades, pela conversão da população rural em urbana e por inúmeras transformações nas relações produtivas (capital e trabalho) e na relação campo-cidade.

Os distritos industriais foram criados em cidades polo com o objetivo de congregar um maior número de empresas, conciliando as vocações de cada localidade com a demanda por produtos industrializados. A seguir apresentaremos alguns desses espaços criados para abrigar diferentes segmentos industriais e as transformações promovidas na dinâmica sócio espacial local.

O Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) foi criado em 1976 para abrigar grandes indústrias e atrair novos investimentos oferecendo a infraestrutura necessária para a produção industrial. O distrito abrange uma área de cerca de 1700 hectares e conta com 100 empresas de médio e grande porte em pleno funcionamento, com destaque para o setor farmoquímico e automobilístico, a exemplo dos laboratórios Teuto e Neoquímica e da montadora Hyundai. A instalação destas empresas promoveu a vinda de novos empreendimentos destinados a subsidiar a produção, distribuição e comercialização dos produtos, configurando uma economia de aglomeração. Dentre as vantagens oferecidas aos empresários está a doação de terrenos e a isenção e/ou redução tributária, além das excelentes condições para o escoamento da produção, através da Estação Aduaneira do Interior (EADI), da ferrovia Norte-Sul e da Plataforma Multimodal. As empresas instaladas no DAIA geram cerca de oito mil empregos diretos, aquecendo a economia local e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do município de Anápolis, respondendo pelo segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) do Estado de Goiás.

O Distrito Mínero Industrial de Catalão (DIMIC) ocupa uma área de 278 hectares e conta com 21 empresas instaladas, com destaque para o setor automobilístico, de implementos agrícolas e de extração mineral destinada, principalmente, para a produção de fertilizantes. O DIMIC foi criado com o objetivo de oferecer infraestrutura (pavimentação asfáltica, sistema de água e esgoto, rede de energia e telecomunicação) capaz de suportar grande empreendimentos industriais e aquecer a economia do sudeste goiano. O município de Catalão conta com um subsolo rico em recursos minerais, especialmente nióbio e fosfato, o que contribui significativamente para o seu desenvolvimento econômico. Estão instalados no município grandes grupos do setor mineral, a exemplo do grupo Anglo American, Copebrás e Fosfértil-Ultrafértil, do setor automobilístico, como a MMC (Mitsubishi Motor Company) e do setor de implementos agrícolas, caso da Cameco do Brasil, montadora das colheitadeiras John Deere. Além disso, a localização privilegiada próximo aos grandes centros (Uberlândia, Brasília, São Paulo, Goiânia e Belo Horizonte) facilita o escoamento da produção e obtenção de matérias-primas. Os dividendos gerados pela arrecadação de impostos possibilitaram inúmeros investimentos na melhoria da infraestrutura urbana (creches, escolas, hospitais, pavimentação asfáltica, saneamento básico) e dos serviços (educação, saúde, transportes), atribuindo maior competitividade ao município em âmbito estadual e nacional.

O Distrito Industrial Municipal de Pequenas Empresas de Rio Verde (DIMPE) foi implantado em 2004 para estimular as micro e pequenas empresas, atendendo um segmento não contemplado pelos demais distritos existentes. Tem por objetivo beneficiar os pequenos empresários e aqueles que atuam na informalidade ou em condições precárias de trabalho. O distrito conta uma área de aproximadamente 450000m2 e cerca de 280 empresas instaladas, gerando cerca de 5 mil empregos diretos e 15 mil indiretos.

O empreendimento dispõe de infraestrutura básica (pavimentação asfáltica, rede de água e energia), linhas de crédito (FCO e Banco do Povo) e serviço de consultoria empresarial oferecido aos pequenos empresários através do Centro de Empreendimentos de Rio Verde (CERVE) e do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O Polo Empresarial Goiás foi criado em 1999 em Aparecida de Goiânia com o intuito de assegurar o processo de industrialização do município. O polo ocupa uma área de 330 hectares e possui cerca de 60 empresas instaladas e outras em fase de instalação/concessão, com destaque para os setores de metalurgia, alimentação, transporte, prestação de serviços e parque gráfico. Além do Polo Empresarial Goiás, o município de Aparecida de Goiânia

conta ainda com outros distritos industriais, como o DAIAG (Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia) e o DIMAG (Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia), além de abrigar as unidades dos grupos Mabel (alimentícia) e Coral (prestadora de serviços). O município apresenta localização estratégia às margens da BR-153 e conurbado com a capital Goiânia, grande centro consumidor e distribuidor de produtos para o estados da região Centro-Oeste e da região Norte (Tocantins, Pará e Amapá).

Deste modo, a industrialização do território goiano se insere neste processo de busca por melhores condições de (re)produção e (re) territorialização do capital vinculada à produção de espaço. A indústria, enquanto agente produtor de espaço, não promove alterações apenas com sua instalação, mas também através das relações que estabelece com os sujeitos envolvidos em seu processo produtivo (fornecedores, subsidiários, prestadores de serviços, transportadores), criando, portanto outras possibilidades de investimentos.

TRANSPORTE

Transportes

A infraestrutura de transportes brasileira e, especialmente, a goiana é fundamental para o desenvolvimento econômico de Goiás, pois o Estado tem localização privilegiada no país. Essa localização central de Goiás no território brasileiro favorece o uso de diferentes modais - rodoviário, ferroviário, aeroviário, hidroviário e dutoviário - que interligam as demais regiões do país. Alguns apresentam vantagens e desvantagens em decorrência de fatores como segurança e eficiência no atendimento às demandas, custo do frete em relação ao valor da mercadoria, tipo e destino da mercadoria.

Existe uma preferência, inclusive histórica, pelo transporte rodoviário, que deve ser repensada no contexto de um planejamento de longo prazo. O atraso no desenvolvimento de novos modais sobrecarrega as rodovias, encarecendo o custo de transporte, já que para grandes distâncias, esse não é o meio de menor custo operacional. Neste sentido, o investimento nesta e em outras alternativas é um desafio para o Estado.

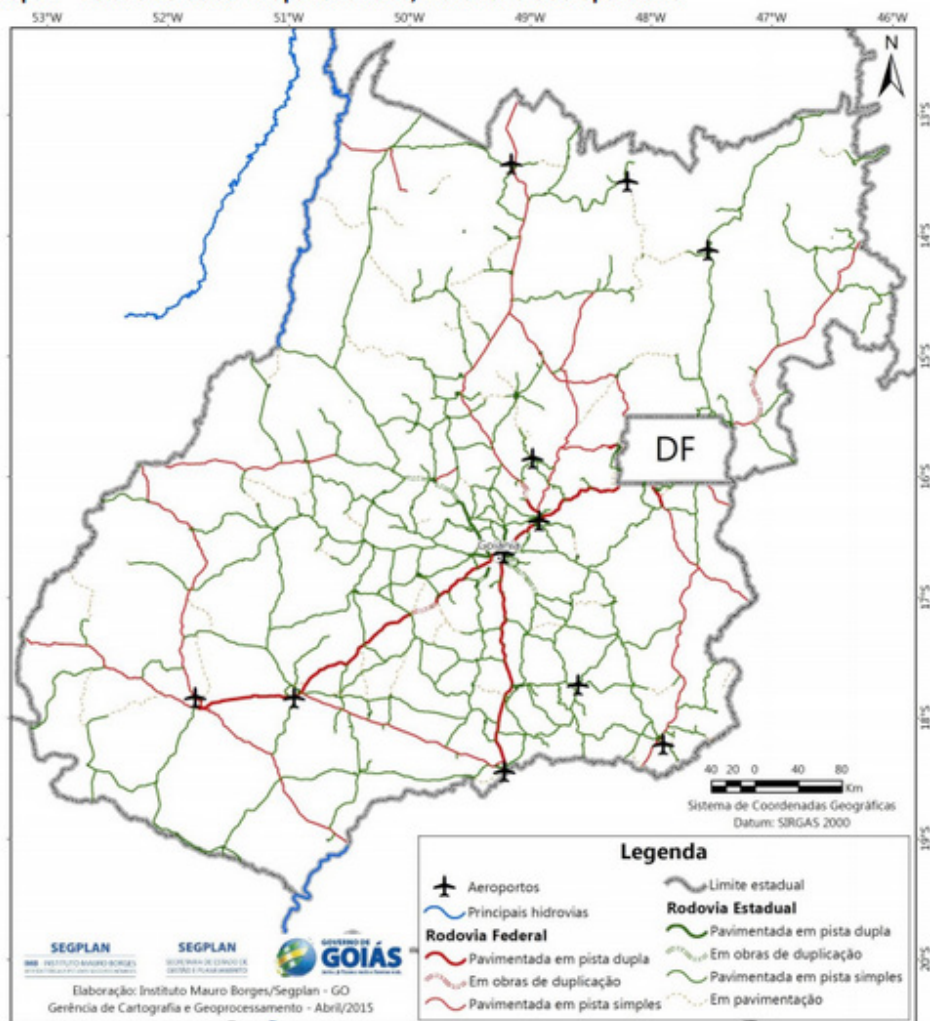
O Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transporte do Estado de Goiás (PDTG) foi o primeiro planejamento estratégico intermodal de transportes, realizado em Goiás, e contou na sua elaboração com a participação das três instâncias governamentais e da sociedade civil. Teve como meta alinhar políticas e ações públicas necessárias para adequar o setor de transportes aos fluxos produtivos relevantes para o Estado e constituir parte do financiamento da malha rodoviária estadual. Portanto, para entender o atual contexto dos transportes em Goiás é interessante que se retome o PDTG e se entenda a estratégia logística nacional.

Rodoviário

Um dos estudos mais importantes sobre o transporte rodoviário é feito periodicamente pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Para Goiás, o estudo cobriu 5.384 km de rodovias em 2014. A frota goiana era de mais de 3,2 milhões de veículos para uma extensão de 11.155 km pavimentados, dos quais 3.466 km são federais e 7.629 km são estaduais. DO total, 87% são de pistas simples de mão dupla e apenas 13% de pista dupla.

A condição geral das rodovias localizadas no Estado é de 7% em ótimo, 30% bom, 44% regular, 13% ruim e 6% péssimo. Sobre a classificação de alguns aspectos especificamente, a respeito da superfície do pavimento e pinturas das faixas centrais e laterais, quase metade está em ótimas condições, entretanto, a outra metade está desgastada ou em más condições, sendo esta uma das fragilidades do principal meio de escoamento da produção goiana. 81% dos quilômetros de rodovias em Goiás possuem placas de indicação, com 80% destas visíveis e 85% legíveis.

Mapa 1 – Estado de Goiás - Mapa rodoviário, hidroviário e aeroportuário

Fonte: Agetop, CNT e EPL.

Recentemente o Governo de Goiás anunciou pacote de obras de conclusão e construção de novas estradas, pontes, aeroportos, viadutos e duplicações. Este volume de obras significou o maior pacote de investimentos já feito na infraestrutura rodoviária e aeroportuária em Goiás, através do Programa Rodovida. O programa foi dividido em quatro eixos (Reconstrução, Urbano, Manutenção e Construção), sendo que para o modal rodoviário a prioridade foi atender trechos que apresentavam dificuldades nas condições de tráfego e propor o aumento da vida útil das rodovias em, no mínimo, 10 anos.

Nos últimos anos, o governo federal vem duplicando algumas das principais rodovias que cortam o Estado. Assim, grande parte dos investimentos será realizada por meio de concessões, que atingiram o território goiano, na BR-153 GO/TO, trecho Anápolis (Entr. BR-060) – Entr. TO-080 (56 km de Palmas); e, na BR-050 GO/MG - Entr. BR-040 (Cristalina) – Div. SP/MG, passando por Catalão.

Ressalta-se que o estudo da CNT mostra que as condições das rodovias com gestões concedidas são, em média, melhor que as de gestão pública. Logo, provavelmente, além da duplicação, as referidas rodovias terão uma melhora qualitativa que facilitará o tráfego, e consequentemente, o desenvolvimento econômico do Estado.

Mobilidade Urbana

A Constituição Federal rege que o sistema de transporte público urbano é gerido pelo governo municipal, enquanto o transporte metropolitano de passageiros é responsabilidade dos estados em conjunto com as cidades da região metropolitana, restringindo-se às linhas de ônibus urbanos e semiurbanos. Logo, a mobilidade urbana é um tema que diz respeito, especialmente, aos maiores centros urbanos do Estado, como a Região Metropolitana de Goiânia, Anápolis e o Entorno do DF, que tem grande ligação com o Distrito Federal. Este possui suas próprias políticas de mobilidade, mais articuladas aos governos municipais daquela região do que à esfera estadual goiana.

Em Goiânia, chama atenção a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), projeto integrado ao sistema de transporte metropolitano. Os recursos, da ordem de bilhões, serão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo do Estado de Goiás e da iniciativa privada. Outra obra importante a ser executada é o sistema BRT (Bus Rapid Transit) de Goiânia, chamado de Corredor Goiás

Norte/Sul com previsão de início das operações para 2016. A concepção do sistema prevê a implantação de faixas exclusivas para o transporte coletivo e a substituição da frota atual por veículos de maior capacidade. Esses tipos de iniciativas são importantes para dar mais qualidade ao transporte público e reduzir o tempo médio de viagem, o que representa maior qualidade de vida para os goianos. Além disso, são exemplos para cidades de menor porte, que já começam a sofrer os problemas ligados ao trânsito das grandes cidades.

Nessa linha, de acordo com o estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil do IBGE, Anápolis possui uma intensidade de deslocamento média alta com Goiânia, o que instiga uma maior atenção do poder público a respeito das políticas de transporte de passageiros entre as duas cidades.

Ferroviário

É sabido que um dos transportes terrestres com menor custo para longas distâncias é o ferroviário. Essa seria uma das melhores alternativas de escoamento da produção agrícola de grãos do Estado de Goiás. Dentre os benefícios das ferrovias estão os de reduzir os custos de comercialização no mercado interno, reduzir a emissão de poluentes, reduzir o número de acidentes em estradas, melhorar o desempenho econômico de toda a malha ferroviária e desafogar os outros modais, aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e, melhorar a renda e a distribuição da riqueza nacional.

Atualmente, Goiás conta com o recém construído ramal norte da Ferrovia Norte-Sul (FNS). Esta teve sua construção iniciada por trechos, na década de 1980, a partir da ligação com a Estrada de Ferro Carajás. O traçado inicial previa a construção de 1.550 km, de Açailândia (MA) até Anápolis (GO), entretanto o trecho recém inaugurado faz parte do Tramo Central (855 km) e vai de Anápolis até Porto Nacional (TO). Atualmente existem investimentos em execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no ramal sul da FNS. Este trecho vai de Ouro Verde de Goiás (GO) a Estrela d´Oeste (SP), correspondendo a 669km.

Outra ferrovia importante com presença em Goiás é a Centro-Atlântica (FCA), originária da antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e voltada exclusivamente para a operação ferroviária de cargas com logística focada, principalmente, em granéis.

Em Goiás, novos investimentos no modal ferroviário fazem parte do Programa de Concessões de Rodovias e Ferrovias, no qual a Valec comprará capacidade de transporte da ferrovia e oferecerá sua capacidade. O governo federal dividiu o programa em duas etapas que contemplam trecho entre Lucas do Rio Verde (MT) – Uruaçu (GO) da Ferrovia da Integração Centro-Oeste e faz parte do primeiro grupo.

A conclusão e operação dessas ferrovias revelam uma série de oportunidades, mas, por outro lado, geram alguns desafios para o Estado. Entre eles, e talvez o mais importante, o de interligar as rodovias aos terminais de cargas dessas ferrovias. Além disso, o aumento da competitividade dos produtos goianos pode agravar ainda mais a questão da demanda por transporte rodoviário, demandando do Governo do Estado investimento ainda maior em estradas.

Aeroviário

De acordo com Anuário de Transporte Aéreo 2012 da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), existem em Goiás quatro aeroportos utilizados por voos domésticos regulares e não regulares: Goiânia, Rio Verde, Caldas Novas e Minaçu. Segundo estudo do IMB, existem 31 aeródromos públicos, 107 aeródromos privados e 17 helipontos. Está em execução um programa do Governo federal de expansão dos aeroportos regionais, além de um projeto do Governo estadual em execução, que contempla um aeroporto de cargas (e, possivelmente, passageiros) em Anápolis, que integra a Plataforma Logística Multimodal de Goiás.

O Programa de Investimentos em Logística-Aeroportos, da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) tem o objetivo de fortalecer e ampliar a aviação regional, com novos aeroportos, aumento do número de rotas operadas pelas empresas aéreas, melhoria da infraestrutura aeroportuária e ampliação da malha de aeroportos regionais. Este programa prevê a construção ou expansão de 10 aeroportos em Goiás (Mapa 1), e conta com parceria, por meio de convênio, com Estados e municípios, o que garantiria o custeio e gestão desses aeroportos. Desse modo, a sobrecarga no transporte rodoviário reduziria, elevando a eficiência do transporte aéreo no Estado. Além de tudo, a localização estratégica de Goiás para esse tipo de transporte o coloca entre um dos principais Estados para receber novas rotas. Neste contexto, o Aeroporto de Goiânia, prestes a ser concluído, vai exigir a atenção do Governo do Estado no que se refere às obras urbanísticas em torno da área, assim como um plano de expansão, dada a recente elevação da demanda não acompanhada pela oferta de infraestrutura aeroviária.

Por fim, ressalta-se a adequação da interligação dos diferentes tipos de transportes, que, neste sentido, foi criada a Plataforma Logística Multimodal de Goiás, baseada em sua localização estratégica, “Trevo do Brasil”, situada entre Goiânia e Brasília, com fácil acesso rodoviário ao DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis) e Porto Seco (Estação Aduaneira do Interior) pelas BR-153 e BR-060, além do ramal ferroviário com a Ferrovia Centro-Atlântica - cuja ligação com os trilhos da ferrovia Norte-Sul está na iminência de se efetivar - e do Aeroporto de Cargas de Anápolis. A Plataforma se oferece para ser o centro de serviços de logística integrado com as principais rotas logísticas do país, com acesso eficiente aos eixos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroportuário, promovendo uma maior sinergia operacional entre as empresas do Estado.

Hidroviário

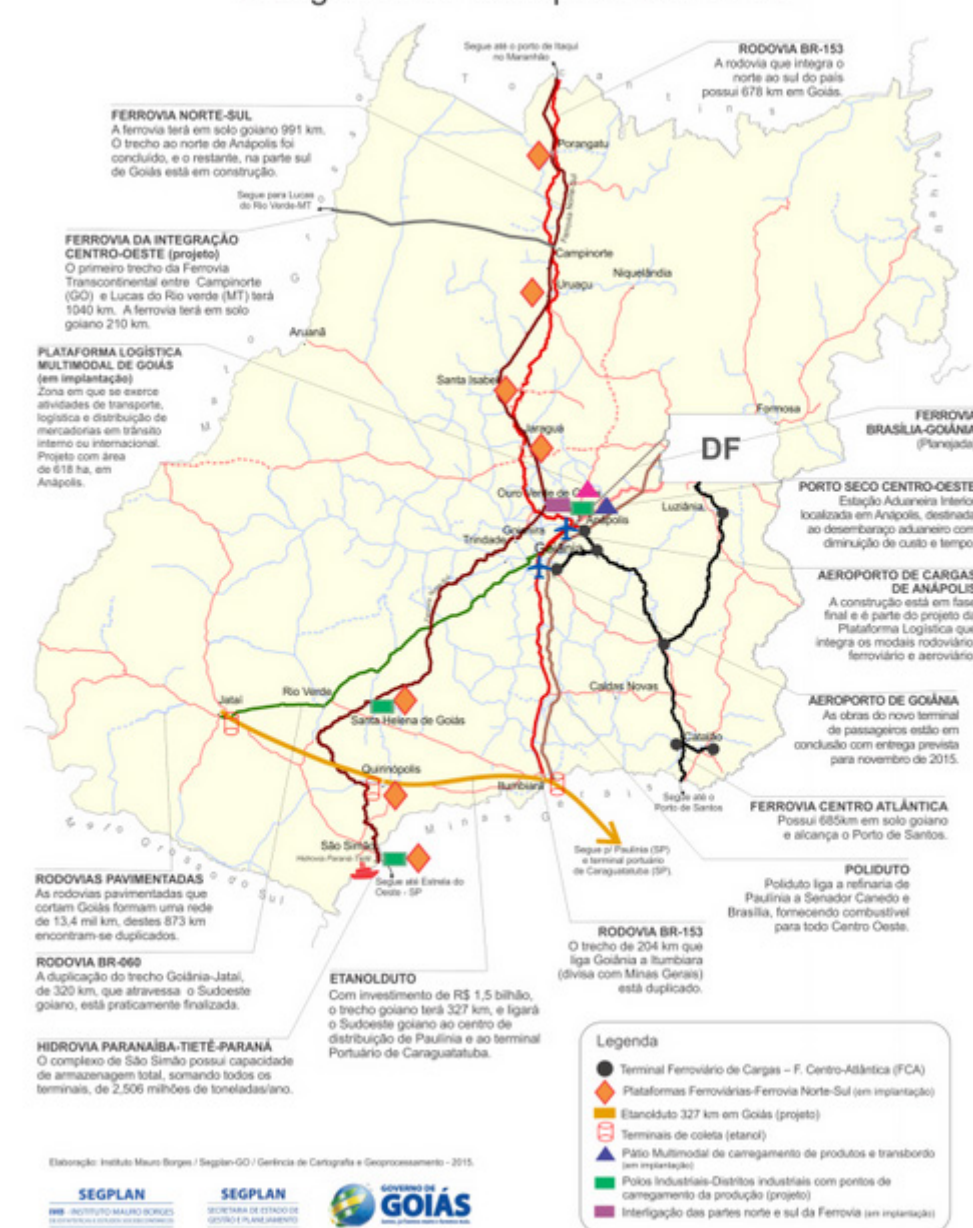
O território goiano é ocupado pelas maiores bacias hidrográficas do Brasil: a do Paraná, Tocantins/Araguaia e São Francisco. Entretanto, apenas nas duas primeiras há navegação com transporte de cargas viável economicamente. Em Goiás destacam-se como centros polarizadores os municípios de Luís Alves, no rio Araguaia, e São Simão, no Paranaíba-Tietê-Paraná. Estes chamam atenção pela sua potencialidade produtiva e disponibilidade de infraestrutura, que viabilizam o transporte da produção, principalmente agrícola e de minérios, atividades que o Estado tem se sobressaído no período recente.

A pesquisa da CNT da Navegação Interior de 2013 levantou os principais problemas das hidrovias brasileiras. No caso goiano, os portos foram identificados com problemas sem gravidade nos quesitos eficiência, carência de terminais, berços e retroáreas. No que se refere aos canais de navegação, as profundidades observadas durante as cheias foram consideradas ideais. Porém, na seca, as profundidades médias observadas nos terminais de Goiás são inferiores à profundidade informada como necessária para garantir a navegação segura, obrigando os armadores a operarem com em-

barcações carregadas abaixo da capacidade ou até não navegarem. Neste sentido, para garantir a profundidade necessária para comportar, o tráfego das embarcações (no canal de navegação ou na área dos berços) é fundamental a realização de operações de dragagem. Neste quesito, Goiás teve 50% das avaliações negativas, portanto, necessitando de especial atenção do poder público. Por fim, a pesquisa mostra que o tempo de espera para atracação é razoável.

Dutoviário

O modal dutoviário em Goiás se refere ao duto que vai de Senador Canedo (GO) a Paulínia (SP) e de lá para o porto de São Sebastião, além dos projetos de duto paralelo ao anterior e do ramal que partirá de Jataí (GO), passando por Itumbiara (GO) com o mesmo destino. O projeto é de um grupo de empresas e se estende por 1,3 mil km ligando algumas das principais regiões produtoras do Estado com o principal centro consumidor do país. O alcoolduto prevê uma redução média de 50% dos custos de escoamento da produção goiana de etanol do sul do Estado, além de reduzir a emissão de poluentes, desafogar as rodovias e ser mais ágil no atendimento dos centros consumidores.

Mapa 2 – Logística de Transporte em Goiás

Energia

Em 2012 a oferta interna de energia em Goiás foi de 12,32 milhões de tep - tonelada equivalente de petróleo - medida internacional para expressar as diferentes formas de energia em unidade padrão. Na matriz energética predominam as fontes não renováveis (52%), com destaque para o óleo diesel, que representa 18,4% da matriz, além do gás natural veicular, com 8,9% de participação.

As fontes renováveis possuem menor participação, com 48%, sendo destaque os produtos da cana de açúcar com 38,1%, seguido da energia hidráulica/eletricidade com 7,8%. Dessa forma, a proporção de fontes renováveis na matriz energética goiana é considerada alta, superior à média nacional (42,4%) e à média mundial (13,2%). O setor de Transporte é o maior consumidor na matriz energética de Goiás: 46,6% do total. O setor industrial em seguida tem participação de 19,9% e o setor energético 19,7%. No entanto, o setor comercial foi o que mais cresceu no consumo de energia, um aumento de 17,7% em relação ao ano de 2011, indicando o crescimento do setor no Estado.

No geral, a oferta interna de energia e o consumo final de energia tiveram acréscimos de 13,6% e de 8,41%, respectivamente. Como resultado, a autossuficiência de energia saltou de 77,36 para 81,59 tep em 2012. Também teve crescimento o consumo de energia per capita em Goiás, passando de 1,51 tep/hab em 2011 para 1,6 tep/hab em 2012 (aumento de 5,96%), superior à média nacional de 1,31 tep/hab.

O etanol se tornou destaque na balança comercial energética de Goiás, tendo nos últimos cinco anos apresentado crescimento de 302,5%, saltando de 1.525 tep em 2007 para 2.267 tep em 2012, o que reduziu significativamente a dependência externa. Goiás consumiu 954 mil m³ e exportou 2,18 milhões de m³ de etanol.

Em se tratando de energia elétrica, em 2012, segundo a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos em seu Balanço Energético do Estado, Goiás é o 4º estado brasileiro em capacidade instalada de energia elétrica, com 8,6% da capacidade.

O consumo interno foi de 11,73 mil GWh, que representam 28,9% da produção, portanto Goiás exportou para a rede nacional 21,5 mil GWh, ou seja 67,1% da produção. O parque gerador elétrico goiano destaca-se pela geração de eletricidade por meio de energia renovável. São 95 usinas em operação com capacidade instalada de 10.572 MW de potência. Desse total, 86,3% são gerados por usinas hidrelétricas, 13,7% por usina térmica. Além das usinas em operação, há 22 outras em construção ou com outorga de concessão, cujo potencial soma 598 MW.

INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO

O Ministério Público de Goiás possui a área de Infraestrutura.

Departamento de Infraestrutura

Atribuições:

Departamento de Infraestrutura:

I - Gerir a comunicação de dados;

II - Gerir a infraestrutura, o data center e demais equipamentos e serviços de TI.

Chefe do departamento: Sandro Pereira de Moraes (sandro@mpgo.mp.br)

Divisão de Processamento e Comunicação de Dados:

I - instalar, administrar e manter os equipamentos e serviços de comunicação de dados ou soluções de infraestrutura de rede nas localidades do Ministério Público;

II - fornecer subsídios para aquisição de equipamentos e sistemas de TI;

III - acompanhar a implementação dos projetos de ampliação e modernização da rede física de comunicação de dados e executar a sua configuração lógica;

IV - organizar e manter as salas dos racks de comunicação de dados nas edificações da Instituição.

Chefe de divisão: Eduardo A. Heine de Melo (eduardo.melo@mpgo.mp.br)

Seção Laboratório de Informática:

I - fornecer subsídios visando à elaboração da política de distribuição, configuração e alienação dos equipamentos dos usuários de informática de acordo com a disponibilidade e necessidade, emitindo, quando for o caso, laudos técnicos;

II - padronizar e manter os equipamentos de uso institucional dos usuários de informática;

III - propor procedimentos que visem à segurança física dos equipamentos e dados de TI alocados no âmbito do Ministério Público.

Chefe da Seção: Guilherme F. L. Lemes (guiferreirall@mpgo.mp.br)

Todas as informações á respeito do planejamento e projetos em andamento na área atualmente ficam á disposição do cidadão através do link: http://www.mpgo.mp.br/portal/hp/2

Fonte: http://www.goias.gov.br/

Fonte: http://www.mpgo.mp.br/

5 AS REGIÕES GOIANAS E AS DESIGUALDADES REGIONAIS.

Desigualdades Regionais no Estado de Goiás

Observa-se que as crescentes desigualdades socioeconômicas entre regiões motivaram e ainda vêm motivando a realização dos mais diversos estudos buscando-se compreender suas causas e consequências. Dentre as hipóteses para se explicar as desigualdades regionais no Brasil algumas são extremamente divergentes principalmente com relação ao momento de sua consolidação.

A interpretação clássica de Celso Furtado revela a importância da passagem do século XIX para o século XX como período de aprofundamento das disparidades entre as regiões, outros autores, contudo, verificaram diferenças elevadas entre as províncias durante o século XIX, oriundas de natureza diversa da visão clássica, ou seja, as distinções entre o setor exportador e o de subsistência ou em virtude do dinamismo maior ou menor do primeiro.

De acordo com estudos de Marcondes (2005) feitos a partir de registros de comércio marítimo e na matrícula ou classificação dos escravos da década de 1870, demonstram diversidade expressiva do saldo de comércio marítimo per capita das províncias e da distribuição dos escravos pelos seus proprietários, nos municípios em estudo naquele momento. Como a distribuição das atividades econômicas e da população cativa são mutuamente condicionadas, pode-se por meio da última, inferir de forma aproximada, a primei-

ra, uma vez que a população escrava ainda constituía uma importante parcela de mão de obra brasileira, fortemente relacionada às atividades agrícolas.

Portanto tais informações assentadas em bases econômicas e demográficas já revelaram desigualdades regionais bem definidas. As conformações das diversidades divergiram fortemente da visão clássica.

As diferenças entre as localidades e/ou províncias demarcaram-se em função das condições geográficas, técnicas, tipo de cultura, intensidade de cultivo, urbanização e proximidade dos mercados. Destarte, não se pode enquadrar a complexidade das realidades locais e provinciais na interpretação tradicional.

Prado Júnior (1981) em seu clássico, Formação do Brasil Contemporâneo, distinguiu duas principais forças de ocupação do território brasileiro no século XVII: a expansão pastoril e a mineração. Portanto o povoamento do planalto brasileiro se deu graças ao eldorado do ouro e do diamante. Dessa forma ocorreu a libertação definitiva da orla atlântica, uma vez que nos dois primeiros séculos da colonização, o povoamento e a produção concentraram-se numa estreita faixa litorânea brasileira, tendo três núcleos principais: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Segundo Ferreira, I. M. e Mendes, E. P. P. (2009), acredita-se que a razão principal da ocupação/colonização de Goiás não teria sido apenas pela exploração de ouro. "Acredita-se, de acordo com estudos que os seus exploradores iniciais, por volta de 1726 a 1770, lançaram mão de várias competências, como as atividades agrícolas, os criatórios e arregimentação e organização de mão de obra indígena em sua região de origem. O processo de interiorização do povoamento é marcado pelo desinteresse do Governo Imperial pelas áreas interioranas, pela dificuldade de realização das demarcações legais das sesmarias, pela dispersão e isolamento da população goiana, pela precariedade dos meios de transporte e comunicação e pela expansão da pecuária extensiva, enquanto principal atividade econômica". Todas essas particularidades justificam o rápido processo de ocupação fundiária de Goiás e, principalmente, a grande concentração fundiária e de capitais (recursos) que marcaram a sua história.

A mudança do eixo principal do Nordeste para o Sudeste começou no século XVIII com a exploração aurífera e diamantífera, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Todavia, já no século XIX, com a decadência da mineração, as condições econômicas da província de Goiás não eram tão satisfatórias em decorrência da distância dos mercados e o custo do transporte.

"No início do século XIX, as migrações das populações decadentes de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro incrementaram o sistema agrícola e comercial da região". "A economia agrícola surge como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia de exportação pecuária". (FERREIRA, I. M. e MENDES, E. P. P. 2009).

A transição da economia mineradora para a agropecuária foi responsável pela inserção de Goiás ao sistema capitalista em desenvolvimento, mudança essa que também teve reflexo na natureza do trabalho escravo empregado na mineração.

Portanto, primeiramente os espaços sub-regionais têm como dinâmica econômica a agricultura e posteriormente a pecuária, sendo que a segunda, considerada o setor produtivo de exportação foi responsável pelas trocas intra regionais.

Mas a distância do Estado em relação aos principais centros exportadores onerava sua produção, inviabilizando a comercialização dos excedentes agrários, acrescenta-se a isso o fato do elevado do custo do dia de trabalho nas empreitas, que chegava a ser superior ao preço da terra, dificultando o desenvolvimento do processo produtivo agrícola. Para Estevam in Ferreira, I. M. e Mendes, E. P. P.(2009), "as relações socioeconômicas em Goiás, durante as primeiras décadas do século XX, permaneceram nos trâmites tradicionais até a década de 1960". "A implantação das ferrovias que davam acesso a São Paulo possibilitou a ampliação da demanda agrícola e a valorização das terras goianas".

O crescimento e a especialização da agropecuária em Goiás ocorreram a partir das primeiras décadas do século XX graças ao avanço da fronteira agrícola do Sudeste.

Outros fatores que deram sustentação para tal expansão foi à implantação de uma infraestrutura de transporte, as mudanças político institucionais após 1930 e a construção de duas capitais (Goiânia e Brasília).

Embora a economia goiana tivesse uma aparente autonomia, a especialização da produção agrária deu-se, principalmente em decorrência da demanda criada pela economia paulista, que era responsável pelo fornecimento dos produtos primários e representava um mercado para os produtos de uma indústria emergente. Segundo Ferreira, I. M. e Mendes, E. P. P.(2009), "Goiás passou a substituir as rotas comerciais nordestinas, integrando-se ao mercado brasileiro como produção marginal, em que o fator de produção mais atrativo era a própria terra. O sistema produtivo era pouco diversificado, apoiando-se na produção de arroz e na criação de gado. A construção de Goiânia, na década de 1930, e a divulgação política agrária de uma 'Marcha para o Oeste' aceleraram o processo de reorganização espacial. O projeto de colonização agrícola nacional de Goiás deixou marcas na estrutura local. A integração de Goiás ao circuito do mercado brasileiro apoiou-se no sistema exportador ferroviário. Em 1935 chega até Anápolis a Estrada de Ferro Goiás, trazendo à região as demandas paulistas por produtos alimentícios, auxiliada por duas outras ferrovias – a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que chegava até Barretos (SP), e a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, que ligava Campinas (SP) a Araguari (MG). A rede ferroviária proporcionou estreitamento da articulação inter-regional com São Paulo, convertendo o Triângulo Mineiro em entreposto mercantil e, ainda, incrementou a urbanização e fomentou a produção agrícola comercial, embora não tenha eliminado as relações tradicionais de trabalho".

A construção de rodovias contribuiu para a integração regional, e a conversão de economia rural agrária em economia urbana de base agrária foi uma consequência do dinamismo do processo de ocupação de Goiás.

Foi com a crise internacional de 1929 que se deu a organização da produção, tendo como base uma economia primário-exportadora. Assim, Goiás passou a atuar como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas ao mercado brasileiro, sendo gradativamente, incorporado ao processo produtivo nacional. Relevante também destacar nesse período, o papel do Estado como absorvedor de excedentes populacionais de outras regiões do país.

A incorporação de Goiás à economia brasileira é reforçada no final da década de 60 e início de 70, pela estratégia do governo militar de ocupação da Amazônia e do Planalto Central, visando ampliar o mercado e consolidar o Estado Nacional. Além de aumentar os investimentos em infraestrutura, integrando o Centro-Oeste aos núcleos dinâmicos e modernos da economia brasileira e abrir rotas de penetração demográfica, o governo militar criou a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) como instância de planejamento e desenvolvimento da região.

Na década de 1970, o Brasil passa a ocupar o segundo lugar como produtor mundial de soja. O foco da economia goiana, atualmente é a produção de grãos, principalmente, soja e milho, além da produção de leite e carne. Portanto, no contexto nacional, o Estado de Goiás ocupa lugar de destaque nessas atividades, além disso, vale ressaltar que dos 15 milhões de hectares de Cerrado agricultável no Brasil, 5 milhões estão em Goiás; isso torna o Estado importante no cenário nacional.

Dessa forma, o PIB (Produto Interno Bruto) em Goiás tem sido incrementado graças ao agronegócio, contudo ao longo dos anos o conceito de agronegócio tem sido agregado á outras atividades econômicas, como mercado de insumos e fatores de produção. É necessária uma visão sistêmica do agronegócio de modo a envolver o processamento da matéria-prima, o marketing, a transformação e a distribuição, até o produto chegar ao consumidor final. Trata-se da qualidade na gestão de negócios.

O crescimento industrial goiano deu-se pela integração entre agropecuária moderna e o avanço da agroindústria. Ressalta-se também a emergência de novas atividades industriais atraídas pelas políticas de incentivos fiscais praticadas em Goiás a partir de meados da década de 1980 (ARRIEL, 2010).

Vários planos de desenvolvimento e de incentivos fiscais buscaram atrair atividades industriais, principalmente alimentícias, buscando gerar oportunidades no estado de Goiás, já que a agropecuária moderna e concentrada na produção de commodities (grãos e pecuária de corte) conta(va) com altos níveis de produtividade.

Concomitante aos incentivos fiscais havia também planos de desenvolvimento regional implantados em Goiás como: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro (1975); Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (1979) e; Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer (1985) (PIRES E RAMOS, 2009).

Além destes programas, foi instituído também o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em 1989. Esses programas, em sua maioria, foram resultado de pressão exercida pelos estados ao governo central com o intuito de elaborar e desenvolver políticas que visassem diminuir as desigualdades regionais.

Assim, com a ajuda de alguns programas de desenvolvimento e outros de incentivos fiscais, ocorreu o crescimento da participação da economia goiana no cenário nacional. Atualmente, Goiás mostra-se bastante integrado à economia nacional, sobretudo àqueles estados da região centro-sul, onde se tem uma relação de fluxo de comércio ao redor de 40% tanto para compras quanto para vendas. A participação do PIB goiano no Brasil que era de 2,05% em 1995 passou a 2,64% em 2009. Em termos de taxa de crescimento, Goiás cresceu 71,5% (em termos reais), entre 1995 e 2009, enquanto o Brasil cresceu 46,51%.

Contudo, do mesmo modo que as regiões brasileiras, as regiões do estado de Goiás possuem uma diversidade de atividades que geram emprego e renda para sua população, notadamente o agronegócio e, mais recentemente e em menor grau a indústria, porém localizadas em poucos municípios do Estado.

Desse modo, nem todas as regiões do Estado têm presenciado um crescimento e/ou desenvolvimento mais acentuado. De uma maneira geral, a metade Sul do Estado detém os melhores/maiores indicadores (emprego, renda, IDH, indicadores de saúde e educação, por exemplo) sendo a mais dinâmica economicamente e concentrando os principais empreendimentos industriais. Por outro lado, a metade Norte concentra os piores indicadores e a economia é pouco dinâmica e mais ligada à agropecuária e administração pública. (ESTUDOS DO IMB, 2013)

Diante do exposto e considerando as desigualdades regionais existentes no Estado, e ainda para responder com eficácia aos desafios que se têm pela frente, tendo-se em vista o momento extremamente delicado no aspecto da questão regional, em que a persistência da desigualdade entre as regiões se impõe na pauta dos governos; espera-se do poder público, a planificação de Políticas Públicas que levem em conta as características físicas e de infraestrutura de cada localidade priorizando os espaços geográficos demarcados por fatores ambientais, socioeconômicos, articulando as diversas instâncias para favorecer o desenvolvimento do Brasil.

As evidências têm demonstrado que as regiões menos favorecidas precisam reconhecer que fontes primárias de desenvolvimento local são necessárias, mas insuficientes para o progresso. Porém, há que se ter em conta que os "agentes das regiões ricas" não chegam à plena realização do seu capital e seus objetivos sem a interação com os "agentes das regiões pobres".

As medidas que possam conter o ritmo e crescimento da extrema desigualdade regional existente no Brasil exigem políticas públicas capazes de criar condições de investimento (público e privado) em regiões deprimidas e/ou de menor desenvolvimento, produzindo um adicional na taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) por habitante. Essas trajetórias de crescimento necessitam ser mais bem delineadas através de projetos que visem à ação do gasto público de forma eficiente.

Texto adaptado de: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-08/executor---poder-executivo-de-goiAs_-desenvolvimento-regional-princIpios-de-qualidade-e-gestAo-estratEgica.pdf

6 ASPECTOS FÍSICOS DO TERRITÓRIO GOIANO: VEGETAÇÃO, HIDROGRAFIA, CLIMA E RELEVO.

CLIMA

O clima goiano é predominantemente tropical, com a divisão marcante de duas estações bem definidas durante o ano: verão úmido, nos meses de dezembro a março, e inverno seco, predominante no período de junho a agosto. De acordo com o Sistema de Meteorologia e Hidrologia da Secretaria de Ciência e Tecnologia (Simehgo/Sectec), a temperatura média varia entre 18ºC e 26ºC, com amplitude térmica significativa, variando segundo o regime dominante no Planalto Central.

Estações

No mês de setembro, com o início da primavera, as chuvas passam a ser mais intensas e frequentes, marcando o período de transição entre as duas estações protagonistas. As pancadas de chuva, no final da tarde ou noite, ocorrem em decorrência do aumento do calor e da umidade que se intensificam e que podem ocasionar raios, ventos fortes e queda de granizo.

No verão, coincidente a alta temporada de férias no Brasil, há a ocorrência de dias mais longos e mudanças rápidas nas condições diárias do tempo, com chuvas de curta duração e forte inten-

sidade, acompanhadas de trovoadas e rajadas de vento. Há ainda o registro de veranicos com períodos de estiagem com duração de 7 a 15 dias. Há registros do índice pluviométrico oscilando entre 1.200 e 2.500 mm entre os meses de setembro a abril.

No outono, assim como na primavera, há o registro de transição entre estações o que representa mudanças rápidas nas condições de tempo com redução do período chuvoso. As temperaturas tornam-se mais amenas devido à entrada de massas de ar frio, com temperaturas mínimas variando entre 12ºC e 18ºC e máximas de 18ºC e 28ºC. A umidade relativa do ar é alta com valores alcançando até 98%.

Já o inverno traz o clima tipicamente seco do Cerrado, com baixos teores de umidade, chegando a valores extremos e níveis de alerta em algumas partes do Estado. Há o registro da entrada de algumas massas de ar frio que, dependendo da sua trajetória e intensidade, provocam quedas acentuadas de temperatura, especialmente à noite, apesar dos dias serem quentes, propícios à alta temporada de férias no Rio Araguaia.

HIDROGRAFIA

Engana-se quem pensa que as características de vegetação de savana, típicas do Cerrado, são reflexos de escassez de água na região. Pelo contrário, Goiás é rico em recursos hídricos, sendo considerado um dos mais peculiares e abundantes Estados brasileiros quanto à hidrografia. Graças ao seu histórico geológico constituído durante milhões de anos, foram depositadas várias rochas sedimentares, entre elas o arenito de alta porosidade e alta permeabilidade, que permitiram a formação de grandes cursos d’água e o depósito de parte de grandes aquíferos, como o Bambuí, o Urucuia e o Guarani, este último um dos maiores do mundo, com área total de até 1,4 milhão de km².

Centro das águas

Nascem, em Goiás, rios formadores das três mais importantes bacias hidrográficas do país. Todos os cursos d’água no sentido Sul-Norte, por exemplo, são coletados pela Bacia Amazônica, dos quais destacam-se os rios Maranhão, Almas e Paraná que dão origem ao Rio Tocantins, mais importante afluente econômico do Rio Amazonas. No mesmo sentido, corre o Rio Araguaia, de importância ímpar na vida do goiano e que divide Goiás com os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, chegando em Tocantins ao encontro do outro curso que leva o nome daquele Estado, no Bico do Papagaio.

A Bacia do Rio São Francisco tem entre seus representantes os rios Entreribeiro, Paracatu e Preto, os quais nascem próximos ao Distrito Federal e seguem em direção ao Nordeste do país. Enquanto que, por outro lado, corre o rio Corumbá, afluente do Paranaíba, formador da Bacia do Paraná que segue rumo ao Sul, pontilhado dentro de Goiás por hidrelétricas, o que denota seu potencial energético para o Estado.

Serra da Mesa

Em Goiás também está localizado o lago artificial da Usina de Serra da Mesa, no Noroeste do Estado. Considerado o quinto maior lago do Brasil (1.784 km² de área inundada), é o primeiro em volume de água (54,4 bilhões de m³) e, formado pelos rios Tocantins, Traíras e Maranhão, atrai importantes atrativos turísticos para a região, com a realização de torneios esportivos e de pesca, além da geração de energia elétrica.

RELEVO

Goiás está situado sobre o Planalto Central Brasileiro e abriga em suas terras um mosaico de formações rochosas distintas quanto à idade e à composição. Resultado de um processo de milhões de anos da evolução de seus substratos, o solo goiano foi favorecido com a distribuição de regiões planas, o que favoreceu a ocupação do território, além da acumulação de metais básicos e de ouro, bem como gemas (esmeraldas, ametistas e diamantes, entre outros) e metais diversos, que contribuíram para a exploração mineral propulsora da colonização e do desenvolvimento dos núcleos urbanos na primeira metade do século XVIII.

O processo de formação do relevo e de decomposição de rochas explica, ainda, a formação de solos de fertilidade natural baixa e média (latossolos) predominantes na maior parte do Estado, e de solos podzólicos vermelho-amarelo, terra roxa estruturada, brunizém avermelhado e latossolo roxo, que apresentam alta fertilidade e se concentram nas regiões Sul e Sudoeste do Estado, além do Mato Grosso Goiano. A distribuição de ligeiras ondulações e o relevo esculpido entre rochas salientaram ainda a caracterização do curso de rios, formadores de aquíferos importantes das bacias hidrográficas sul-americanas e que fazem do Estado um dos mais abundantes em recursos hídricos. Associados a esses processos, a vegetação rala do Cerrado também contribui para o processo de erosão e da formação de grutas, cavernas e cachoeiras, que associadas às chapadas e poucas serras presentes no Estado, configuram opções de lazer e turismo da região.

Potencial Mineral do Estado de Goiás

Água mineral
Água termal
Areia e Cascalho
Argila
Ametista
Amianto
Basalto
Berilo
Calcário Agrícola
Calcário Dolomítico
Cobre, Ouro e Prata
Diamante industrial
Esmeralda
Filito
Fosfato
Gnaisse
Granito
Granodiorito
Granulito
Manganês
Mecaxisto
Níquel e Cobalto
Quartzito
Titânio
Vermiculita
Xisto

VEGETAÇÃO

É praticamente impossível visitar Goiás e não ouvir falar nele. Considerado o segundo maior bioma brasileiro, atrás apenas da Floresta Amazônica, o Cerrado tem grande representatividade no território goiano. Apesar do elevado nível de desmatamento regis-

trado no Estado desde a criação de Brasília e a abertura de estradas, na década de 1960, e da expansão da fronteira agrícola, décadas de 1970 e 1980, Goiás conseguiu manter reservas da mata nativa em algumas regiões, até hoje alvo de discussões entre fazendeiros e ambientalistas. No entanto, o velho argumento utilizado para sua derrubada de que os troncos retorcidos e pequenos arbustos são sinais de pobreza da biodiversidade finalmente caiu por terra.

Na totalidade, incluindo as zonas de transição com outros biomas, o Cerrado abrange 2.036.448 km², o equivalente a 23,92% do território brasileiro, ou à soma das áreas de Espanha, França, Alemanha, Itália e Reino Unido (Fonte: WWF Brasil). E se considerada sua diversidade de ecossistemas, é notório o título de formação com savanas mais rica em vida a nível mundial, uma vez que sua área protege 5% de todas as espécies do planeta e três em cada dez espécies brasileiras, muitas delas só encontradas aqui.

Variedade de paisagens em um só bioma

Tipicamente, o Cerrado é conhecido por apresentar árvores de pequeno porte – até 20 metros –, esparsas em meio a arbustos e distribuídas sobre uma vegetação baixa, constituída em geral por gramíneas. No entanto, dependendo da formação geológica e do solo no qual o Cerrado finca suas raízes profundas, suas características podem variar bastante apresentando vasta diversidade de paisagens. São elas:

Formação do Terciário ou Cachoeirinha: local onde ocorriam os campos limpos, formados por gramíneas, chamados também de chapadão. Localizava-se na região de Jataí, Mineiros e Chapadão do Céu e sua vegetação original, hoje, encontra-se totalmente substituída por campos de soja;

Grupo Bauru: de solo arenoso de média fertilidade, é onde aparece o chapadão. De solo relativamente plano, também foi transformado em lavoura, em geral de cana ou pastagens, e corresponde às áreas que vão de Jataí e do canal de São Simão até o Aporé;

Formação Serra Geral: aqui o Cerrado dá lugar à mata ciliar, de terra fértil, que foi transformada no decorrer do tempo em roças de subsistência. Ocorrem em geral nos valos dos rios e foram substituídas por culturas de banana ou café, além das invernadas destinadas à engorda de bois;

Formação Botucatu: o Cerrado propriamente dito é encontrado neste tipo de formação, rico em frutos e animais silvestres. Apresenta baixa fertilidade e boa parte de sua área foi subjugada por criadores de gado. É encontrada às margens do Rio Verde, entre Mineiros e Serranópolis, e do Rio Paraíso, em Jataí;

Formação de Irati: vegetação de solos acidentados, é em geral bem fértil, cedendo lugar a matas de peroba-rosa de onde se retira calcário para correção de solos. Pode ser encontrada em Montividiu, Perolândia e Portelândia;

Formação Aquidauana: Cerrado ralo de árvores altas, solos rasos e arenosos. Era encontrada na Serra do Caiapó e adjacências antes de ser transformado em pastagens;

Formação Ponta Grossa: de solos inconstantes, apresenta Cerrado diversificado. É encontrado em Caiapônia, Doverlândia e confluências;

Formação Furnas: Cerrado intercalado com matas de aroeira. De solo acidentado, é arenoso e de média fertilidade.

Berço das águas

No setor de geração de energia, sete em cada dez litros das águas que passam pelas turbinas da usina de Tucuruí (PA) vêm do Cerrado, bem como metade da água que alimenta Itaipu (PR). No caso da hidrelétrica de Sobradinho (BA), o montante é de quase 100%. De forma geral, nove em cada dez brasileiros consomem eletricidade produzida com águas do bioma.

Fauna

a mesma forma que a vegetação varia na vastidão das paisagens do Cerrado, a fauna local também impressiona pela diversidade de animais que podem ser encontrados dentro do bioma. Segundo relatório da Conservação Internacional, o Cerrado apresenta uma particularidade quanto à sua distribuição espacial que permite o desenvolvimento e a localização de diferentes espécies. Enquanto a estratificação vertical da Amazônia ou a Mata Atlântica proporciona oportunidades diversas para o estabelecimento das espécies, em uma mesma árvore, por exemplo, no Cerrado a heterogeneidade espacial no sentido horizontal seria fator determinante para a ocorrência de um variado número de exemplares, de acordo com a ocorrência de áreas de campo, floresta ou brejo, em um mesmo macro ambiente.

De acordo com o Ibama, no Cerrado brasileiro podem ser encontradas cerca de 837 espécies de aves, 67 gêneros de mamíferos, os quais abrangem 161 espécies e dezenove endêmicas; 150 espécies de anfíbios (45 só encontrados aqui); e 120 espécies de répteis, dos quais 45 também endêmicas. Além disso, o Cerrado abriga 90 mil espécies de insetos, sendo 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

Dentre tantos, o lobo-guará (Chrysocyon brachyurus) e a ema (Rhea americana) aparecem como animais símbolo do bioma. No entanto, são famosos também o tamanduá-bandeira (Myrmecophaga tridactyla), o tatu-canastra (Priodontes giganteusso), a seriema (Cariama cristata), o pica-pau-do-campo (Colaptes campestres), o teiu (Tupinambis sp), entre outros.

Flora

A vegetação típica do Cerrado possui troncos retorcidos, de baixo porte, com cascas espessas e folhas grossas. Em geral, as raízes de suas árvores são pivotantes, ligadas ao lençol freático o que pode propiciar seu desenvolvimento para até 15 metros de profundidade.

É comum, assim, ouvir dizer que o Cerrado é uma floresta invertida. Isso deve a essa característica subterrânea de boa parte do corpo das plantas, explicada pela adaptação das espécies às queimadas naturais verificadas no inverno seco de Goiás. Além disso, seus ramos exteriores apresentam um ciclo de dormência, no qual as folhas se desprendem e também resguardam a planta do fogo para depois renascerem, com chuva ou não. Em geral a florescência é registrada nos meses de maio a julho, com o aparecimento de frutos ou vagens até agosto.

Diversidade

Em todo o Cerrado já foram registradas em torno de 11,6 mil tipos de plantas, com mais de cinco mil espécies endêmicas da área. Destacam-se no Estado a presença do pequi (Caryocar brasiliense), do jatobá-do-cerrado (Hymenaea stigonocarpa), do buriti (Mauritia flexuosa), do cajueiro-do-campo (Anacardium humile) e da canela-de-ema (Vellozia flavicans). Também aparecem no rol das espécies características do bioma a cagaita (Eugenia dysenterica), a mangaba (Hancornia speciosa), o ipê-amarelo (Tabebuia ochracea) e do baruzeiro (Dipteryx alata), entre várias outras

Fonte: http://www.goias.gov.br/

7 ASPECTOS DA HISTÓRIA POLÍTICA DE GOIÁS: A INDEPENDÊNCIA EM GOIÁS, O CORONELISMO NA REPÚBLICA VELHA, AS OLIGARQUIAS, A REVOLUÇÃO DE 1930, A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DE 1930 ATÉ OS DIAS ATUAIS.

A ocupação do território de Goiás teve início há milhares de anos com registros arqueológicos mais antigos datados de 11 mil anos atrás. A região de Serranópolis, Caiapônia e Bacia do Paranã reúne a maior parte dos sítios arqueológicos distribuídos no Estado, abrigados em rochosos de arenito e quatzito e em grutas de maciços calcários. Também há indícios da ocupação pré-histórica nos municípios de Uruaçu, em um abrigo de micaxisto, e Niquelândia, cujo grande sítio superficial descoberto por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) guarda abundante material lítico do homem Paranaíba.

O homem Paranaíba, por sinal, é o primeiro representante humano conhecido na área, cujo grupo caçador-coletor possuía presença constante de artefatos plano-convexos, denominados "lesmas", com poucas quantidades de pontas de projéteis líticas. Outro grupo caçador-coletor é o da Fase Serranópolis que influenciado por mudanças climáticas passou a se alimentar de moluscos terrestres e dulcícolas e uma quantidade maior de frutos, além da caça e da pesca.

Grupos Ceramistas

As populações ceramistas passam a ocupar o território de Goiás a cerca de dois mil anos, quando supostamente o clima e a vegetação eram semelhantes aos atuais. São classificados em quatro tradições: Una, Aratu, Uru e Tupi-Guarani.

Tradição Una

É a tradição ceramista mais antiga do Estado. Habitavam abrigos e grutas naturais, cultivavam milho, cabaça, amendoim, abóbora e algodão e desenvolveram a tecnologia da produção de vasilhames cerâmicos.

Tradição Aratu

São os primeiros aldeões conhecidos. Habitavam grandes agrupamentos, em disposição circular ou elíptica ao redor de um espaço vazio, situados em ambientes abertos, geralmente matas, próximos a águas perenes. Cultivavam milho, feijão, algodão e tubérculos. Produziam vasilhames cerâmicos de diferentes tamanhos e, a partir da manipulação da argila, confeccionavam rodelas de fusos, utilizados na fiação do algodão, dentre outros artefatos.

Tradição Uru

A população da Tradição Uru chegou um pouco mais tarde no território goiano. Os sítios arqueológicos datados do século XII estão localizados no vale do Rio Araguaia e seus afluentes.

Tradição Tupi-Guarani

É a mais recente das populações com aldeias, datada de 600 anos atrás. Habitavam aldeias dispersas na bacia do Alto Araguaia e na bacia do Tocantins. Conviviam, às vezes, na mesma aldeia com outros grupos horticultores, de outras tradições.

Colonização

Após o descobrimento do Brasil pelos portugueses, durante os séculos XVI e XVII, o território goiano começou a receber diversas expedições exploratórias. Vindas de São Paulo, as Bandeiras tinham como objetivo a captura de índios para o uso como mão de obra escrava na agricultura e minas. Outras expedições saíam do Pará, nas chamadas Descidas com vistas à catequese e ao aldeamento dos índios da região. Ambas passavam pelo território, mas não criavam vilas permanentes, nem mantinham uma população em número estável na região.

A ocupação, propriamente dita, só se tornou mais efetiva com a descoberta de ouro nessas regiões. Na época, havia sido achado ouro em Minas Gerais, próximo a atual cidade de Ouro Preto (1698), e em Mato Grosso, próximo a Cuiabá (1718). Como havia uma crença, vinda do período renascentista, que o ouro era mais abundante quanto mais próximo ao Equador e no sentido leste-oeste, a busca de ouro no "território dos Goyazes", passou a ser foco de expedições pela região.

Bandeiras

O território goiano recebeu bandeiras diversas, sendo que a de Francisco Bueno foi a primeira a achar ouro na região (1682), mas em pequena quantidade. Essa expedição explorou até as margens do Rio Araguaia e junto com Francisco Bueno veio seu filho, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido por Anhanguera (Diabo velho). Segundo se registra, Bartolomeu Bueno da Silva teria se interessado sobre o ouro que adornava algumas índias de uma tribo, mas não obteve êxito em obter informações sobre a procedência desse ouro. Para conseguir a localização, resolveu então ameaçar por fogo nas fontes e rios da região, utilizando aguardente para convencer aos índios de que poderia realmente executar o feito – o que lhe conferiu o apelido.

Seu filho, também chamado de Bartolomeu Bueno da Silva, 40 anos depois, também tentou retornar aos locais onde seu pai havia passado, indo em busca do mito da "Serra dos Martírios", um lugar fantástico onde grandes cristais aflorariam, tendo formas semelhantes a coroas, lanças e cravos, referentes à "Paixão de Cristo". Chegou, então, as regiões próximas ao rio Vermelho, onde achou ouro (1722) em maior quantidade do que noutros achados e acabou fixando na região a Vila de Sant'Anna (1727), chamada depois Vila Boa de Goyaz.

Após retornar para São Paulo para apresentar os achados, foi nomeado capitão-mor das "minas das terras do povo Goiá". Entretanto, seu poder foi sendo diminuído à medida que a administração régia se organizava na região. Em 1733, perdeu direitos obtidos junto ao rei, sob a alegação de sonegação de rendas, vindo a falecer em 1740, pobre e praticamente sem poder.

Nessa época, as principais regiões ocupadas no período aurífero foram o Centro-Sul (próximo ao caminho para São Paulo), o Alto Tocantins e Norte da capitania, até próximo a cidade de Porto Nacional (hoje Estado do Tocantins). Grandes áreas como o Sul, o Sudoeste, o Vale do Araguaia e as terras ao Norte de Porto Nacional só foram ocupadas mais intensamente no século XIX e XX, com a ampliação da pecuária e da agricultura.

O ouro goiano era principalmente de aluvião (retirado na superfície dos rios, pela peneiragem do cascalho), e se tornou escasso depois de 1770. Com o enfraquecimento da extração, a região passou a viver principalmente da pequena agricultura de subsistência e de alguma pecuária.

As primeiras divisões do Estado

Durante o período colonial e imperial, as divisas entre províncias eram difíceis de serem definidas com exatidão, muitas vezes sendo definidas de forma a serem coincidentes com os limites das paróquias ou através de deliberações políticas vindas do poder central. No entanto, no decorrer do processo de consolidação do Estado de Goiás, o território sofreu diversas divisões, com três perdas significativas no período colonial.

Separação da Capitania de São Paulo

Durante parte do período colonial o território que hoje é o Estado de Goiás foi administrado pela Capitania de São Paulo, na época a maior delas, estendendo-se do Uruguai até o atual estado de Rondônia. Seu poder não era tão extenso, ficando distante das populações e, também, dos rendimentos.

A medida que se achava ouro pelas terras do sertão brasileiro, o governo português buscava aproximar-se da região produtora. Isso aconteceu em Goiás depois da descoberta de ouro em 1722. Como uma forma de controlar melhor a produção de ouro, evitando o contrabando, responder mais rapidamente aos ataques de índios da região e controlar revoltas entre os mineradores, foi criado através de alvará régio a Capitania de Goiás, desmembrada de São Paulo em 1744, com a divisão efetivada em 1748, pela chegada do primeiro governador a Vila Boa de Goyaz, Dom Marcos de Noronha.

Triângulo mineiro

A região que hoje é chamada de "Triângulo Mineiro" pertenceu à capitania de Goiás desde sua criação em 1744 até 1816. Sua incorporação à província de Minas Gerais é resultado de pressões pessoais de integrantes de grupos dirigentes da região, sendo que em 1861 a Assembleia Geral foi palco de discussões acaloradas entre parlamentares de Minas Gerais, que tentavam ampliar ainda mais a incorporação de territórios até o Rio São Marcos e de Goiás.

Leste do Mato Grosso

Em 1753, começaram as discussões entre a administração da Capitania de Mato Grosso e de Goiás para a definição de divisas entre as duas. Nesse período, a divisa entre elas ficou definida a partir do Rio das Mortes até o Rio Pardo. Em 1838, o Mato Grosso reiniciou as movimentações de contestação de divisa, criando a vila de Sant'Ana do Paranaíba. Apenas em 1864, a Assembleia Geral cria legislação para tentar regular o caso.

Durante a república, com a criação do município de Araguaia (1913) por parte do Mato Grosso e de Mineiros por parte de Goiás, o conflito se intensificou. A questão ficou em suspenso até 1975, quando uma nova demarcação foi efetuada. Por fim, em 2001, o STF definitivamente demarcou a nascente A do Rio Araguaia como ponto de partida das linhas demarcatórias entre os estados.

Império

A partir de 1780, com o esgotamento das jazidas auríferas, a Capitania de Goiás iniciou um processo de ruralização e regressão a uma economia de subsistência, gerando graves problemas financeiros, pela ausência de um produto básico rentável.

Para tentar reverter esta situação, o governo português passou a incentivar e promover a agricultura em Goiás, sem grandes resultados, já que havia temor dos agricultores ao pagamento de dízimos; desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola, pouco rentável; a ausência de um mercado consumidor; e dificuldade de exportação, pela ausência de um sistema viário.

Com a Independência do Brasil, em 1822, a Capitania de Goiás foi elevada à categoria de província. Porém, essa mudança não alterou a realidade socioeconômica de Goiás, que continuava vivendo um quadro de pobreza e isolamento. As pequenas mudanças que ocorreram foram apenas de ordem política e administrativa.

A expansão da pecuária em Goiás, nas três primeiras décadas do século XIX, que alcançou relativo êxito, trouxe como consequência o aumento da população. A Província de Goiás recebeu correntes migratórias oriundas, principalmente, dos Estados do Pará, Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Novas cidades surgiram: no sudoeste goiano, Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia (Rio Bonito), Quirinópolis (Capelinha), entre outras. No norte (hoje Estado do Tocantins), além do surgimento de novas cidades, as que já existiam, como Imperatriz, Palma, São José do Duro, São Domingos, Carolina e Arraias, ganharam novo impulso.

Os presidentes de província e outros cargos de importância política, no entanto, eram de livre escolha do poder central e continuavam sendo de nacionalidade portuguesa, o que descontentava os grupos locais. Com a abdicação de D. Pedro I, ocorreu em Goiás um movimento nacionalista liderado pelo bispo Dom Fernando Ferreira, pelo padre Luiz Bartolomeu Marquez e pelo coronel Felipe Antônio, que recebeu o apoio das tropas e conseguiu depor todos os portugueses que ocupavam cargos públicos em Goiás, inclusive o presidente da província.

Nas últimas décadas do século XIX, os grupos locais insatisfeitos fundaram partidos políticos: O Liberal, em 1878, e o Conservador, em 1882. Também fundaram jornais para divulgarem suas ideias: Tribuna Livre, Publicador Goiano, Jornal do Comércio e Folha de Goyaz. Com isso, representantes próprios foram enviados à Câmara Alta, fortalecendo grupos políticos locais e lançando as bases para as futuras oligarquias.

Educação em Goiás no século XIX

Em 1835, o presidente da província, José Rodrigues Jardim regulamentou o ensino em Goiás. Em 1846 foi criado na então capital, Cidade de Goiás, o Liceu, que contava com o ensino secundário. Os jovens do interior que tinham um poder aquisitivo maior, geralmente concluíam seus estudos em Minas Gerais e faziam curso superior em São Paulo, e os de família menos abastada, encaminhavam-se para a escola militar ou seminários. A maioria da população, no entanto, permanecia analfabeta. A primeira Escola Normal de Goiás foi criada em 1882, e em 1889 foi fundado pelas irmãs dominicanas um colégio na Cidade de Goiás, que atendia às moças.

O Movimento Abolicionista em Goiás

O poeta Antônio Félix de Bulhões (1845-1887) foi um dos goianos que mais lutaram pela libertação dos escravos. Fundou o jornal O Libertador (1885), promoveu festas para angariar fundos para alforriar escravos e compôs o Hino Abolicionista Goiano. Com a sua morte, em 1887, várias sociedades emancipadoras se uniram e fundaram a Confederação Abolicionista Félix de Bulhões. Quando foi promulgada a Lei Áurea, havia aproximadamente quatro mil escravos em Goiás.

Período Republicano

A proclamação da República (15/11/1889) não alterou os problemas socioeconômicos enfrentados pela população goiana, em especial pelo isolamento proveniente da carência dos meios de comunicação, com a ausência de centros urbanos e de um mercado interno e com uma economia de subsistência. As elites dominantes continuaram as mesmas. As mudanças advindas foram apenas administrativas e políticas.

A primeira fase da República em Goiás, até 1930, foi marcada pela disputa das elites oligárquicas goianas pelo poder político: Os Bulhões, os Fleury, e os Jardim Caiado. Até o ano de 1912, prevaleceu na política goiana a elite oligárquica dos Bulhões, liderada por José Leopoldo de Bulhões, e a partir desta data até 1930, a elite oligárquica dominante passa a ser dos Jardim Caiado, liderada por Antônio Ramos Caiado.

A partir de 1891, o Estado começou a vivenciar certo desenvolvimento com a instalação do telégrafo em Goiás para a transmissão de notícias. Com a chegada da estrada de ferro em território goiano, no início do século XX, a urbanização na região sudeste começou a ser incrementada o que facilitou, também, a produção de arroz para exportação. Contudo, por falta de recursos financeiros, a estrada de ferro não se prolongou até a capital e o norte goiano, que permanecia praticamente incomunicável. O setor mais dinâmico da economia era a pecuária e predominava no estado o latifúndio.

Com a revolução de 30, que colocou Getúlio Vargas na Presidência da República do Brasil, foram registradas mudanças no campo político. Destituídos os governantes, Getúlio Vargas colocou em cada estado um governo provisório composto por três membros. Em Goiás, um deles foi o Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que, dias depois, foi nomeado interventor.

Com a revolução, o governo adotou como meta trazer o desenvolvimento para o estado, resolver os problemas do transporte, da educação, da saúde e da exportação. Além disso, a revolução de 30 em Goiás deu início à construção de Goiânia.

A construção de Goiânia e o governo Mauro Borges

A mudança da capital de Goiás já havia sido pensada em governos anteriores, mas foi viabilizada somente a partir da revolução de 30 e seus ideais de “progresso” e “desenvolvimento”. A região de Campinas foi escolhida para ser o local onde se edificaria a nova capital por apresentar melhores condições hidrográficas, topográficas, climáticas, e pela proximidade da estrada de ferro.

No dia 24 de outubro de 1933 foi lançada a pedra fundamental. Dois anos depois, em 07 de novembro de 1935 foi iniciada a mudança provisória da nova capital. O nome “Goiânia”, sugerido pelo professor Alfredo de Castro, foi escolhido em um concurso promovido pelo semanário “O Social”.

A transferência definitiva da nova capital, da Cidade de Goiás para Goiânia, se deu no dia 23 de março de 1937, por meio do decreto 1.816. Em 05 de julho de 1942, quando foi realizado o “batismo cultural”, Goiânia já contava com mais de 15 mil habitantes.

A construção de Goiânia devolveu aos goianos a confiança em si mesmos, após um período de decadência da mineração, de isolamento e esquecimento nacional. Em vez de pensarem na grandeza do passado, começaram a pensar, a partir de então, na grandeza do futuro.

A partir de 1940, Goiás passa a crescer em ritmo acelerado também em virtude do desbravamento do Mato Grosso Goiano, da campanha nacional de “Marcha para o Oeste” e da construção de Brasília. A população do Estado se multiplicou, estimulada pela forte imigração, oriunda principalmente dos Estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais. A urbanização foi provocada essencialmente pelo êxodo rural. Contudo, a urbanização neste período não foi acompanhada de industrialização. A economia continuava predominantemente baseada no setor primário (agricultura e pecuária) e continuava vigente o sistema latifundiário.

Com o impulso, na década de 50 foi criado o Banco do Estado e a CELG (Centrais Elétricas de Goiás S.A). O governo Mauro Borges (1960-1964) propôs como diretriz de ação um “Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás” abrangendo as áreas de agricultura e pecuária, transportes e comunicações, energia elétrica, educação e cultura, saúde e assistência social, levantamento de recursos naturais, turismo, etc., e criou as seguintes autarquias e paraestatais: CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado), OSEGO (Organização de Saúde do Estado de Goiás), EFORMAGO (Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias), CAIXEGO (Caixa Econômica do Estado de Goiás), IPASGO (Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás), SUPLAN, ESEFEGO (Escola Superior de Educação Física de Goiás), CEPAIGO (Centro Penitenciário de Atividades Industriais de Goiás), IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), DERGO (Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás), DETELGO, METAGO (Metais de Goiás S/A), CASEGO, IQUEGO (Indústria Química do Estado de Goiás), entre outras.

Redemocratização

Nos últimos 30 anos, o Estado de Goiás passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. O fim da ditadura militar e o retorno da democracia para o cenário político foi representado pela eleição de Iris Rezende para governador, em 1982, com mais de um milhão de votos. Nesse campo, por sinal, Goiás sempre ofereceu quadros significativos para sua representação em nível federal, como pode ser observado no decorrer da “Nova República”, na qual diversos governadores acabaram eleitos senadores ou nomeados ministros de Estado.

No campo econômico, projetos de dinamização econômica ganharam forma, partindo de iniciativas voltadas para o campo, como o projeto de irrigação Rio Formoso, iniciado ainda no período militar e, hoje, no território do Tocantins, até a construção de grandes estruturas logísticas, a exemplo do Porto Seco de Anápolis e a implantação da Ferrovia Norte-Sul. É válido, ainda, o registro de estímulos especiais para produção e a instalação de grandes indústrias no estado, a exemplo dos polos farmacêutico e automobilístico.

As modificações econômicas, no entanto, deixaram os problemas sociais, que existiam no Estado, ainda mais acentuados, com o registro de um grande número de pessoas sem moradia digna e sem emprego. Essa situação mobilizou governantes e população a empreender ações concretas de forma a minimizar essas dificuldades, como programas de transferência de renda, profissionalização e moradia, além de programas de estímulos para que a população se mantivesse junto ao campo, evitando assim o êxodo rural.

Com as mudanças políticas e a maior participação popular, vinda com o advento da redemocratização da vida política nacional, houve também uma maior exigência da sociedade em relação às práticas administrativas. O governo de Goiás passou por várias “reformas administrativas” e outras iniciativas nesse período, onde foram buscadas a racionalização, melhoria e moralização da administração pública.

Nesse período, também, Goiás aumentou seu destaque quanto a produção no setor cultural, seja com a eleição da cidade de Goiás como patrimônio da humanidade ou com seus talentos artísticos sendo consagrados, como Goiandira de Couto, Siron Franco e Cora Coralina.

O Césio-137

Goiás abriga em seu passado um dos episódios mais tristes da história brasileira. No ano de 1987, alguns moradores da capital saíram em busca de sucata e encontraram uma cápsula abandonada nas ruínas do Instituto Radiológico de Goiânia. Mal sabiam eles que naquele vasilhame havia restos de um pó radioativo mortal, o Césio-137. Inconsequentemente, a cápsula foi aberta por eles e manipulada, deixando milhares de vítimas e sequelas do pó azul brilhante, lacrado hoje, junto aos destroços do maior acidente radiológico do mundo, no depósito da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), em Abadia de Goiás.

A criação do DF

A construção e a inauguração de Brasília, em 1960, como capital federal, foi um dos marcos deixados na história do Brasil pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Essa mudança, visando um projeto especifico, buscava ampliar a integração nacional, mas JK, no entanto, não foi o primeiro a propô-la, assim como Goiás nem sempre foi o lugar projetado para essa experiência.

Desejo de transferência (séc. XVIII e XIX)

As primeiras capitais do Brasil, Salvador e Rio de Janeiro, tiveram como característica fundamental o fato de serem cidades litorâneas, explicado pelo modelo de ocupação e exploração empreendido pelos portugueses anteriormente no continente africano e asiático. À medida que a importância econômica da colônia aumentava para a manutenção do reino português, as incursões para o interior se tornavam mais frequentes.

A percepção da fragilidade em ter o centro administrativo próximo ao mar, no entanto, fez que muitos intelectuais e políticos portugueses discutissem a transferência da capital da colônia – e até mesmo do império – para regiões mais interiores do território. Um dos mais importantes apoiadores desse projeto foi Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1751. A transferência também era uma das bandeiras de movimentos que questionavam o domínio português, como a Inconfidência Mineira, ou de personagens que, após a independência do Brasil, desejavam o fortalecimento da unidade do país e o desenvolvimento econômico das regiões interioranas, como o Triângulo Mineiro ou o Planalto Central. Com a primeira constituição republicana (1891), a mudança ganhou maior visibilidade e mais apoiadores, tanto que em seu 3º artigo havia determinação de posse pela União de 14.400 quilômetros quadrados na região central do país pra a futura instalação do Distrito Federal.

Comissão Cruls e as décadas seguintes

Depois da Proclamação da República em 1889, o país se encontrava imerso em um cenário de euforia com a mudança de regime e da crença no progresso e no futuro. Para definir o lugar onde se efetivaria a determinação da futura capital, em 1892, o presidente Floriano Peixoto criou uma comissão para concretizar esses estudos, chefiada pelo cientista Luis Cruls, de quem a expedição herdou o nome. A expedição partiu de trem do Rio de Janeiro até Uberaba (estação final da Estrada de Ferro Mogiana) e dali a pé e em lombo de animais até o Planalto Central. Com pesquisadores de diversas áreas, foi feito um levantamento amplo (topográfico, climatológico, geográfico, hidrológico, zoológico etc.) da região, mapeando-se a área compreendida pelos municípios goianos de Formosa, Planaltina e Luziânia. O relatório final permitiu que fosse definida a área onde futuramente seria implantada a capital.

Uma segunda missão de estudos foi empreendida nos locais onde a implantação de uma cidade seria conveniente dentro do quadrilátero definido anteriormente. A saída de Floriano Peixoto do governo em 1896 fez com que os trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil fossem interrompidos. No entanto, mesmo não contando com a existência de Goiânia, os mapas nacionais já traziam o "quadrilátero Cruls" e o "Futuro Distrito Federal".

Apesar do enfraquecimento do ímpeto mudancista, eventos isolados deixavam claro o interesse de que essa região recebesse a capital da federação. Em 1922, nas comemorações do centenário da Independência nacional, foi lançada a pedra fundamental próximo à cidade de Planaltina. Na década de 1940, foram retomados os estudos na região pelo governo de Dutra (1945-50) e, no segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954), o processo se mostrou fortalecido com o levantamento de cinco sítios para a escolha do local da nova capital. Mesmo com a morte de Vargas, o projeto avançou, mas a passos lentos, até a posse de Juscelino Kubitschek.

Governo JK

Desde seu governo como prefeito de Belo Horizonte (também projetada e implantada em 1897), Juscelino ficou conhecido pela quantidade e o ímpeto das obras que tocava, sendo chamado à época de "prefeito-furacão". O projeto de Brasília entrou no plano de governo do então presidente como uma possibilidade de atender a demanda da época.

Mesmo não constando no plano original, ao ser questionado sobre seu interesse em cumprir a constituição durante um comício em Jataí-GO, Juscelino sentiu-se impelido a criar uma obra que garantisse a obtenção dos objetivos buscados pela sociedade brasileira na época: desenvolvimento e modernização do país. Entrando como a meta 31 – posteriormente sendo chamada de "meta síntese" - Brasília polarizou opiniões. Em Goiás existia interesse na efetivação da transferência, apesar da oposição existente em alguns jornais, assim como no Rio de Janeiro, onde ocorria uma campanha aberta contra os defensores da "NovaCap" (nome da estatal responsável por coordenar as obras de Brasília e que, por extensão, virou uma alusão a própria cidade). Com o compromisso assumido por JK em Jataí, Brasília passou a materializar-se imediatamente, mas a cada passo político ou técnico dado, uma onda de acusações era lançada contra a iniciativa.

Construída em pouco mais de 3 anos (de outubro de 1956 a abril de 1960), Brasília tornou-se símbolo do espírito da época. Goiás, por outro lado, tornou-se a base para a construção, sendo que Planaltina, Formosa, Corumbá de Goiás, Pirenópolis e, principalmente, Anápolis tiveram suas dinâmicas modificadas, econômica e socialmente.

A criação do TO

Em 1988, foi aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte o projeto de divisão territorial que criou o Estado do Tocantins. A divisão partia do desmembramento da porção norte do Estado de

Goiás, desde aproximadamente o paralelo 13°, até a região do Bico do Papagaio, na divisa do Estado com o Pará e o Maranhão. No entanto, a divisão vinha sendo buscada desde o período colonial.

Período do ouro

Durante o ciclo do ouro, a cobrança de impostos diferenciada gerou insatisfação junto a muitos garimpeiros e comerciantes da região norte da província de Goiás. As reivindicações eram contra o chamado "captação", imposto criado para tentar a sonegação que taxava os proprietários pela quantidade de escravos que possuíam e não pela quantidade de ouro extraída, o que onerava demais a produção do norte. Por não conseguirem pagar as quantias presumidas de imposto, esses proprietários sofriam a "derrama" - imposto cobrado para complementar os débitos que os mineradores acumulavam junto à Coroa Portuguesa.

Os garimpeiros viam na província do Maranhão uma alternativa para o recolhimento de impostos menores. O governo da província goiana, com isso, temendo perder os rendimentos oriundos das minas do norte, suspende tanto a cobrança do imposto – voltando a cobrar somente o quinto – quanto a execução de dividas (a derrama), o que arrefece a insatisfação das vilas mais distantes de Vila Boa de Goiás.

A comarca do Norte

A ocupação da porção norte da província de Goiás era feita a medida em que se descobria ouro. Para estimular o desenvolvimento dessa parte da província e melhorar a ação do governo e da justiça, foi proposta a criação de uma nova comarca, a "Comarca do Norte" ou "Comarca de São João das Duas Barras", por Teotônio Segurado, ouvidor-geral de Goiás, em 1809.

A proposta foi aceita por D. João VI e, em 1915, Teotônio Segurado se tornou ouvidor na Vila da Palma, criada para ser a sede dessa nova Comarca. Com o retorno da Família Real para Portugal, as movimentações pela independência do Brasil e a Revolução do Porto (em Portugal), Teotônio Segurado, junto com outras lideranças declaram a separação da Comarca do Norte em relação ao sul da província, criando-se a "Província do Norte". Em 1823, é pedido o reconhecimento da divisão junto à corte no Rio de Janeiro, mas esse reconhecimento foi negado, e houve a determinação para que houvesse a "reunificação" do governo da província.

O padre Luiz Gonzaga Camargo Fleury ficou encarregado de desmobilizar com os grupos autonomistas, que já estavam enfraquecidos por conflitos internos desde o afastamento de Teotônio Segurado, ainda em 1821, como representante goiano junto as cortes em Portugal. Durante o período imperial, outras propostas de divisão que contemplavam de alguma forma o norte de Goiás ainda foram discutidas, como a do Visconde de Rio Branco e Adolfo Varnhagen.

O começo do século XX e a Marcha para Oeste

Com a Proclamação da República, mudam-se os nomes das unidades federativas de "Província" para "Estado", mas não houveram grandes alterações na delimitação de divisas. As principais alterações ocorreram no Sul do país (com o conflito do Contestado entre Santa Catarina e Paraná) e no Nordeste. Entretanto, esse cenário ganha nova dinâmica com o começo da II Grande Guerra (1939), quando surgem pressões para a criação de territórios fronteiriços (Ponta Porã, Iguaçu, Amapá, Rio Branco, Guaporé e Fernando de Noronha), para proteção contra possíveis ataques estrangeiros.

Nesse contexto, também surge um movimento pela ocupação dos vazios internos – a Marcha para Oeste – com a abertura de linhas telegráficas, pistas de pouso e construção de cidades, a exemplo de Goiânia. Apenas na década de 1950 o movimento divisionista ressurge com maior força, a partir da mobilização personagens como o Major Lysias Rodrigues e o Juiz de Direito Feliciano Braga.

É dessa época (1956) a chamada "Carta de Porto Nacional" ou "Proclamação Autonomista de Porto Nacional", que norteou esse esforço. Mas a oposição de lideranças políticas da região e a transferência do juiz Feliciano Braga para outra comarca, fez com que o movimento enfraquece-se..

Décadas de 1970 e 1980

Durante o período do regime militar, as modificações na organização territorial dos estados ficaram a cargo do Governo Central, e acabaram regidas por orientações políticas. Exemplos fortes disso foram a fusão do Estado da Guanabara, pelo Rio de Janeiro (1975), e o desmembramento do Sul do Mato Grosso (1977). Nesse contexto, o deputado federal Siqueira Campos iniciou uma campanha na Câmara onde pedia a redivisão territorial da Amazônia Legal (com ênfase no norte goiano), uma vez que mesmo com investimentos de projetos como o Polocentro e Polamazônia, o norte do estado ainda tinha fraco desempenho econômico.

A campanha também foi apoiada por intelectuais, por meio do surgimento da Comissão de Estudos do Norte Goiano (Conorte), em 1981, que promoveu debates públicos sobre o assunto em Goiânia. A discussão pela divisão foi levada do nível estadual para o nível federal, onde a proposta foi rejeitada duas vezes pelo presidente José Sarney (1985), sob a alegação do Estado ser inviável economicamente.

A mobilização popular e política da região norte fizeram com que o governador eleito de Goiás, em 1986, Henrique Santillo, apoiasse a proposta de divisão, passando a ser grande articulador da questão. A efetivação dessas articulações deu-se durante a Assembleia Constituinte, que elaborou a nova Constituição Nacional, promulgada em 1988, e que contemplou a criação do Estado do Tocantins, efetivamente, a partir do dia 1º de janeiro de 1989.

Atualmente

Governador de Goiás

Marconi Ferreira Perillo Júnior

A governadoria e o senado

Em 1998, Marconi Perillo deixou a possibilidade de reeleição à Câmara dos Deputados para enfrentar o pleito ao Governo de Goiás. Pregando um novo tempo para Goiás, foi eleito com quase um milhão de votos, garantindo a maioria das intenções no primeiro turno e a vitória em segunda votação, que o colocou no Palácio das Esmeraldas, aos 35 anos, o governador mais jovem já eleito no país.

Em 2002, foi reeleito com 51,2% dos votos válidos dando continuidade ao seu governo voltado para a modernização do Estado e amplitude das questões sociais. Deixou o cargo em 2006, quando foi eleito senador da República pelo PSDB com mais de dois milhões de votos. No Senado, presidiu a Comissão de Serviços de Infraestrutura e foi vice-líder do PSDB, atuando em diversas comissões, chegando inclusive à vice-presidência da Casa. Decidiu-se retornar ao Estado, em 2010, lançando nova candida-

tura ao Governo do Estado, da qual saiu vencedor. Em 2014 foi reeleito novamente, se tornando o primeiro a governar Goiás por quatro vezes.

Vice Governador
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Convidado para o movimento de sucessão estadual para o pleito de 2010, assumiu a vice governadoria do Estado de Goiás junto ao terceiro mandato do governador Marconi Perillo e continua no quarto mandato, sendo ainda secretário de estado de Desenvolvimento.

Integrou a Comissão de Juristas do Senado Federal para a elaboração do anteprojeto de reformulação do Código Eleitoral Brasileiro. Foi membro e tesoureiro do Instituto Goiano de Direito Eleitoral (IGDEL) e da Comissão de Direito Político e Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB/GO). Autor do livro Legislação Eleitoral – Eleições 2008, é ainda membro do Diretório Estadual de Goiás dos Democratas (DEM) e presidente estadual do Democratas Empreendedor.

Fonte: http://www.goias.gov.br

8 ASPECTOS DA HISTÓRIA SOCIAL DE GOIÁS: O POVOAMENTO BRANCO, OS GRUPOS INDÍGENAS, A ESCRAVIDÃO E CULTURA NEGRA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E A CULTURA POPULAR.

Índios
Quando os bandeirantes chegaram a Goiás, este território, que atualmente forma os Estados de Goiás e Tocantins, já era habitado por diversos grupos indígenas. Naquela época, ao verem suas terras invadidas, muitos foram os que entraram em conflito com os bandeirantes e colonos, em lutas que resultaram no massacre de milhares de indígenas, aldeamentos oficiais ou migração para outras regiões.

A maioria dos grupos que viviam em Goiás pertencia ao tronco linguístico Macro-Jê, família Jê (grupos Akuen, Kayapó, Timbira e Karajá). Outros três grupos pertenciam ao tronco linguístico Tupi, família Tupi-Guarani (Avá-Canoeiro, Tapirapé e Guajajara). A ausência de documentação confiável, no entanto, dificulta precisar com exatidão a classificação linguística dos povos Goyá, Araé, Crixá e Araxá.

Goyá
Segundo a tradição, os Goyá foram os primeiros índios que a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva Filho encontrou ao iniciar a exploração aurífera e foram eles, também, que indicaram o lugar – Arraial do Ferreiro – no qual Bartolomeu Bueno estabeleceu seu primeiro arranchamento. Habitavam a região da Serra Dourada, próximo a Vila Boa, e quatro décadas após o início do povoamento desapareceram daquela região. Não se sabe ao certo seu destino e nem há registros sobre seu modo de vida ou sua língua.

Krixá
Seus limites iam da região de Crixás até a área do rio Tesouras. Como os Goyá, também desapareceram no início da colonização do Estado e não se sabe ao certo seu destino, sua cultura e sua língua.

Araé
Também não há muitos registros a respeito dos Araé. Possivelmente teriam habitado a região do rio das Mortes.

Araxá
Habitavam o local onde se fundou a cidade de Araxá, que pertencia a Goiás e atualmente faz parte do território de Minas Gerais.

Kayapó
Filiados à família linguística Jê, subdividiam-se em Kayapó do Sul, ou Kayapó Meridionais, e Kayapó Setentrionais. Os Kayapó dominavam todo o sul da capitania de Goiás. Havia aldeias na região de rio Claro, na Serra dos Caiapós, em Caiapônia, no alto curso do rio Araguaia e a sudeste, próximo ao caminho de Goiás a São Paulo. Seu território estendia-se além dos limites da capitania de Goiás: a oeste, em Camapuã, no Mato Grosso do Sul; a norte, na região entre o Xingu e o Araguaia, em terras do Pará; a leste, na beira do rio São Francisco, nos distritos de Minas Gerais; e ao sul, entre os rios Paranaíba e Pardo, em São Paulo. Dedicavam-se à horticultura, à caça e à pesca, além de serem conhecidos como povo guerreiro. Fizeram ampla resistência à invasão de suas terras e foram registrados vários conflitos entre eles e os colonos. Vítimas de perseguições e massacres, foram também extintos no Estado de Goiás.

Akwen
Os Akwen pertencem à família Jê e subdividem-se em Akroá, Xacriabá, Xavante e Xerente:

- Akroá e Xacriabá: habitavam extenso território entre a Serra Geral e o rio Tocantins, as margens do rio do Sono e terras banhadas pelo rio Manoel Alves Grande. Estabeleceram-se, também, além da Serra Geral, em solo baiano e nas ribeiras do rio São Francisco, nos distritos de Minas Gerais. Depois de vários conflitos com os colonos que se estabeleceram em suas terras, foram levados para o aldeamento oficial de São Francisco Xavier do Duro, construído em 1750. Os Akroá foram dizimados mais tarde e os Xacriabá encontram-se atualmente em Minas Gerais, sob os cuidados da Funai.
- Xavante: Seu território compreendia regiões do alto e médio rio Tocantins e médio rio Araguaia. Tinham suas aldeias distribuídas nas margens do Tocantins, desde Porto Imperial até depois de Carolina, e a leste, de Porto Imperial até a Serra Geral, limites das províncias de Goiás (antes da divisão) e Maranhão. Havia também aldeias na bacia do rio Araguaia, na região do rio Tesouras, nos distritos de Crixás e Pilar, e na margem direita do rio Araguaia. Na primeira metade do século XIX entraram em conflito com as frentes agropastoris que invadiam seus territórios e, após intensas guerras, migraram para o Mato Grosso, na região do rio das Mortes, onde vivem atualmente.
- Xerente: Este grupo possuía costumes e língua semelhante aos Xavantes e há pesquisadores que acreditam que os Xerentes são uma subdivisão do grupo Xavante. Os Xerentes habitavam os territórios da margem direita do rio Tocantins, ao norte, no territó-

rio banhado pelo rio Manoel Alves Grande, e ao sul, nas margens dos rios do Sono e Balsas. Também viviam nas proximidades de Lageado, no rio Tocantins, e no sertão do Duro, nas proximidades dos distritos de Natividade, Porto Imperial e Serra Geral. Seus domínios alcançavam as terras do Maranhão, na região de Carolina até Pastos Bons. Como os Xavante, também entraram em intenso conflito com as frentes agropastoris do século XIX e, atualmente, os Xerente vivem no Estado de Tocantins.

Karajá

Os grupos indígenas Karajá, Javaé e Xambioá pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, família Karajá, compartilhando a mesma língua e cultura. Viviam nas margens do rio Araguaia, próximo à Ilha do Bananal. Ao longo do século XIX, entraram em conflito com as guarnições militares sediadas no presídio de Santa Maria, sendo que os Karajá de Aruanã são a única aldeia do grupo que atualmente vivem no Estado de Goiás.

Timbira

Eram bastante numerosos e habitavam uma vasta região entre a Caatinga do Nordeste e o Cerrado, abrangendo o sul do Maranhão e o norte de Goiás. Ao longo do século XIX, devido à expansão pecuária, entraram em conflitos com os criadores de gado que invadiam suas terras. O grupo Timbira é formado pelas etnias Krahô, Apinajé, Gavião, Canela, Afotogés, Corretis, Otogés, Porecramecrãs, Macamecrãs e Temembus.

Tapirapés

Pertencem ao tronco linguístico Tupi, família Tupi-Guarani. Este grupo inicialmente habitava a oeste do rio Araguaia e eventualmente frequentavam a ilha do Bananal. Com o passar do tempo, se estabeleceram ao longo do rio Tapirapés, onde atualmente ainda vivem os remanescentes do grupo.

Avá-Canoeiro

Pertencentes ao tronco linguístico Tupi, os Avá-Canoeiro habitavam as margens e ilhas dos rios Maranhão e Tocantins, desde Uruaçu até a cidade de Peixe, em Tocantins. Entre meados do século XVIII e ao longo do século XIX, entraram em graves conflitos com as frentes agropastoris que invadiam suas terras. Atualmente, os Avá-Canoeiro do Araguaia vivem na Ilha do Bananal, na aldeia Canoanã, dos índios Javaés, e os Avá-Canoeiro do Tocantins vivem na Serra da Mesa, município de Minaçu.

Quilombos

Ligados diretamente à história da ocupação do território brasileiro, os quilombos surgiram a partir do início do ciclo da mineração no Brasil, quando a mão de obra escrava negra passou a ser utilizada nas minas, especialmente de ouro, espalhadas pelo interior do Brasil. Em Goiás, esse processo teve início com a chegada de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1722, nas minas dos Goyazes. Segundo relatos dos antigos quilombolas, o trabalho na mineração era difícil e a condição de escravidão na qual viviam tornavam a vida ainda mais dura. As fugas eram constantes e àqueles recapturados restavam castigos muito severos, o que impelia-os a procurar refúgios em lugares cada vez mais isolados, dando origem aos quilombolos.

Os Kalungas são os maiores representantes desses grupos em Goiás. Na língua banto, a palavra kalunga significa lugar sagrado, de proteção, e foi nesse refúgio, localizado no norte da Chapada dos Veadeiros, que os descendentes desses escravos se refugiaram passando a viver em relativo isolamento. Com identidade e cultura próprias, os quilombolas construíram sua tradição em uma mistura de elementos africanos, europeus e forte presença do catolicismo tradicional do meio rural.

A área ocupada pela comunidade Kalunga foi reconhecida pelo Governo do Estado de Goiás, desde 1991, como sítio histórico que abriga o Patrimônio Cultural Kalunga. Com mais de 230 mil hectares de Cerrado protegido, abriga cerca de quatro mil pessoas em um território que estende pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Seu patrimônio cultural celebra festas santas repletas de rituais cerimoniosos, como a Festa do Império e o Levantamento do mastro, que atraem turistas todos os anos para a região.

Quilombolos registrados em Goiás

Acaba Vida: na mesma região de Niquelândia, ocupavam terras férteis e era conhecido localmente, sendo citado em 1879.

Ambrósio: existiu na região do Triângulo Mineiro, que, até 1816, pertencia a Goiás. Teve mais de mil moradores e foi destruído por massacre.

Cedro: localizado no atual município de Mineiros, tinha cerca de 250 moradores que praticam a agricultura de subsistência. Sobreviveu até hoje.

Forte: localizado no nordeste de Goiás, sobreviveu até hoje, tornando-se povoado do município de São João d'Aliança.

Kalunga: localizado no Vão do Paranã, no nordeste de Goiás, existe há 250 anos, tendo sido descoberto pela sociedade nacional somente em fins do anos 1960. Tem 5 mil habitantes, distribuídos em vários núcleos na mesma região.

Mesquita: próximo à atual cidade de Luziânia, estendia sua população para diversas localidades no seu entorno.

Muquém: próximo à atual cidade de Niquelândia e junto ao povoado de mesmo nome, foi notório, mas deixou poucas informações a seu respeito.

Papuã: na mesma região do Muquém, foi descoberto em 1741 e destruído anos depois pelos colonizadores.

Pilar: próximo à cidade de mesmo nome, foi destruído em lutas. Seus 300 integrantes chegaram a planejar a morte de todos os brancos do local, mas o plano foi descoberto antes.

Tesouras: no arraial de mesmo nome, tinha até atividades de mineração e um córrego inclusive chamado Quilombo.

Três Barras: tinha 60 integrantes, conhecidos pelos insultos e provocações ao viajantes.

São Gonçalo: próxima à cidade de Goiás, então capital, seus integrantes atacavam roças e rebanhos das fazendas vizinhas.

Goianos e Goianienses

A composição inicial da população de Goiás se deu por meio da convivência nem tão pacífica entre os índios que aqui residiam e as levas de paulistas e portugueses que vinham em busca das riquezas minerais. Estes por sua vez, trouxeram negros africanos à tira colo para o trabalho escravista, moldando a costumeira tríade da miscigenação brasileira entre índios, negros e brancos, e todas as suas derivações. Entretanto, a formação do caráter goiano vai além dessa visão simplista e adquiriu características especiais à medida que o espaço físico do Estado passou a ser ocupado.

Até o início do século XIX, a maioria da população em Goiás era composta por negros. Os índios que habitavam o Estado ou foram dizimados pelo ímpeto colonizador ou migraram para al-

deamentos oficiais. Segundo o recenseamento de 1804, o primeiro oficial, 85,9% dos goianos eram "pardos e pretos" e este perfil continuou constante até a introdução das atividades agropecuárias na agenda econômica do Estado.

Havia no imaginário popular da época a ideia de sertão presente na constituição física do Estado. O termo, no entanto, remeteria a duas possibilidades distintas de significação: assim como na África, representava o vazio, isolado e atrasado, mas que por outro lado se apresentava como desafio a ser conquistado pela ocupação territorial.

Essa ocupação viria acompanhada predominantemente pela domesticação do sertão segundo um modelo de trabalho familiar, cujo personagem principal, o sertanejo, assumiu para si a responsabilidade da construção do país, da ocupação das fronteiras e, por seguinte, da Marcha para o Oeste impulsionadora do desenvolvimento brasileiro. Registros da época dão conta de processos migratórios ao longo do século XIX e metade do século XX, com correntes migratórias de Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Pará, resultando em uma ampla mestiçagem na caracterização do personagem sertanejo.

O sertanejo, aí, habitante do vazio e isolado sertão, tinha uma vida social singela e pobre de acontecimentos. O calendário litúrgico e a chegada de tropas e boiadas traziam as únicas novidades pelas bocas de cristãos e mascates. Nessa época, a significação da vida estava diretamente ligada ao campo e dele resultaram, segundo as atividades registradas nos arraias, o militar, o jagunço, o funcionário público, o comerciante e o garimpeiro.

Ao longo do século XX, novas levas migratórias, dessa vez do sul e de estrangeiros começam a ser registradas no território goiano, de modo que no Censo do ano 2000, os cinco milhões de habitantes se declararam como 50,7% de brancos, 43,4% de pardos, 4,5% de negros e 0,24% de outras etnias.

Goianos e muitas goianas

O último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 confirmou uma população residente em Goiás de 6.003.788 habitantes, com crescimento acima da média nacional, que foi de 1,17% ao ano.

Em termos de gênero, a população feminina sai na frente. São 3.022.161 mulheres, contra 2.981.627 homens – em uma proporção de 98 homens para cada 100 mulheres. Reflexo também sentido na capital, Goiânia, com 681.144 mulheres e 620.857 homens (diferença de 60.287 pessoas).

Artes

Goiás é pleno em artes. O Estado conjuga sob sua tutela manifestações artísticas variadas, que englobam do traço primitivo até o mais moderno desenho. Contemplado com nomes de peso no cenário regional, Goiás é expressivo quanto aos artistas que contaram em prosa e verso as belezas do Cerrado ou o ritmo de um Estado em crescimento e mesmo as nuances de ritos cotidianos.

Na escultura, José Joaquim da Veiga Valle é unanimidade. Natural de Pirenópolis, esculpia imagens, na maioria em cedro, sendo considerado um dos grandes "santeiros" do século XIX. Suas madonas são as mais representativas e na época eram expressadas conforme a devoção de cada pessoa que a encomendava. Já a pintura é honrada pelas técnicas e pincéis de Siron Franco e Antônio Poteiro, artistas renomados e reconhecidos mundialmente em pinturas, monumentos e instalações, que vão do primitivismo de Poteiro até o temas atuais na mãos de Siron Franco. Isso sem contar a arte inigualável de Goiandira do Couto, expressa por seus quadros pintados não com tinta, mas com areia colorida retirada da Serra Dourada.

A literatura goiana é destaque à parte. Destacam-se os nomes de Hugo de Carvalho Ramos, com Tropas e Boiadas; Basileu Toledo França e os romances históricos Pioneiros e Jagunços e Capangueiros; Bernardo Élis e as obras Apenas um Violão, O Tronco e Ermos Gerais; Carmo Bernardes com Jurubatuba e Selva-Bichos e Gente; Gilberto Mendonça Teles, considerado o escritor goiano mais famoso na Europa, com A Raiz da Fala e Hora Aberta; Yêda Schmaltz com Baco e Anas Brasileiras; Pio Vargas e Anatomia do Gesto e Os Novelos do Acaso; e Leo Lynce, um dos precursores do modernismo, com seu livro Ontem.

Cora Coralina

Ana Lins Guimarães Peixoto Bretas tinha quase 76 anos quando publicou seu primeiro livro, Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais. Conhecida pelo pseudônimo de Cora Coralina foi poetisa e contista, sendo considerada uma das maiores escritoras brasileiras do século XX. Também era conhecida por seus dotes culinários, especialmente na feitura dos típicos doces da cidade de Goiás, onde morava – motivo do qual é evidente a presença do cotidiano interiorano brasileiro, em especial dos becos e ruas de pedras históricas, em sua obra.

Festas e festivais

O Estado de Goiás promove, constantemente, manifestações artísticas conjuntas de forma a apresentar novos nomes do cenário regional. Três festivais têm espaço garantido no calendário de eventos estadual, dando repercussão à cultura audiovisual, dramaturgia e à música. Na cidade de Goiás, é realizado o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, o Fica; em Porangatu, a Mostra de Teatro Nacional de Porangatu, o TeNPo; e o Festival Canto da Primavera, em Pirenópolis.

Festas religiosas

Resultado do processo de formação da chamada gente goiana, o legado religioso no Estado de Goiás está intimamente ligado ao processo de colonização portuguesa registrado por quase toda a extensão do território brasileiro. Reflexo dessa realidade é a forte presença de elementos cristãos nas manifestações populares, que a exemplo da formação do sertanejo se consolidavam como uma das poucas opções de entretenimento da época. Por todo o Estado, são costumeiras as distribuições das cidades no espaço geográfico partindo de uma igreja católica como ponto central do município, o que lhes atribuía também o direcionamento das festas populares.

Pirenópolis e cidade de Goiás talvez sejam as maiores expressões desse tradicionalismo cristão imbuído em festejos tradicionais. São famosas as Festas do Divino Espírito Santo, Cavalhadas e comemorações da Semana Santa, como a Procissão do Fogaréu. No entanto, de norte a sul, fervilham expressões populares, quer seja em vilarejos, como a tradicional Romaria de Nossa Senhora do Muquém, no distrito de Niquelândia, ou próximo a grandes centros urbanos, caso da cidade de Trindade, próximo à Goiânia, e o Santuário do Divino Pai Eterno.

Mesmo no interior, esses valores persistem e são comuns no começo do ano as Folias de Reis que dão o tom de festa e oração firmes no intuito de retribuir graças recebidas, como uma boa colheita ou recuperação de enfermidades. Na adoração ao menino

Jesus, segundo a saga dos três santos reis magos, os festeiros arrecadam alimentos, animais e até dinheiro para cobrir as despesas da festa popularizando a fé e promovendo a socialização entre comunidades.

O Divino em Pirenópolis e o Fogaréu da cidade de Goiás

É quase um consenso geral a polaridade existente entre as tradições de Pirenópolis e da cidade de Goiás. De um lado, Pirenópolis aposta nas bênçãos do Divino Espírito Santo para consagrar sua festa em louvor ao Pentecostes. Por outro lado, a cidade de Goiás carrega entre o seu legado a tradição medieval do ritual da Procissão do Fogaréu, durante a Semana Santa, no qual mais de três mil pessoas acompanham a caçada feita pelos faricocos, personagens centrais do cortejo que representam os soldados romanos, a Jesus Cristo.

Gastronomia

Em Goiás, comer é um ato social. A comida carrega traços da identidade e da memória do povo goiano, tanto que a cozinha típica goiana é geralmente grande e uma das partes mais importantes da casa, por agregar ritos e hábitos do ato de fazer a comida. Historicamente, a culinária goiana se desenvolveu carregada de influências e misturas que, em virtude da colonização e da escassez de alimentos vindos de outras capitanias, teve que buscar adaptações de acordo com a realidade local, em especial a do Cerrado. O folclorista Bariani Ortêncio, em seu livro Cozinha goiana: histórico e receituário, resumiu essa ideia ao ressaltar essas substituições. Se não havia a batatinha inglesa, havia a mandioca e o inhame nativos, a serralha entrava no lugar do almeirão e a taioba substituía a couve. E assim, foram introduzidos na panela goiana, o pequi, a guariroba, além dos diversos frutos do Cerrado, como o cajá-manga e a mangaba, consumidos também em sucos, compotas, geleias, doces e sorvetes.

Do fogão caipira até as mais modernas cozinhas industriais é costumeiro se ouvir falar no tradicional arroz com pequi, cujo cheiro característico anuncia de longe o cardápio da próxima refeição. O pequi, aliás, é figura tão certa na tradição goiana, quanto os cuidados ministrados àqueles que se aventuram a experimentá-lo pela primeira vez. A quem não sabe, não se morde, nem se parte o pequi. O fruto é roído com os dentes incisivos e qualquer menção no sentido de mordê-lo pode resultar em uma boca recheada de dolorosos espinhos.

Também se inclui no cardápio típico goiano a paçoca de pilão, o peixe assado na telha e a galinhada. A galinhada, por sinal, não se resume ao frango com arroz. É mais, acompanhada de açafrão, milho e cheiro verde, rendendo uma mistura que agrada a ambos, olfato e paladar. Sem contar a infinidade de doces típicos interioranos, visto na leveza de alfenins, pastelinhos, ambrosias, entre outras guloseimas.

A pamonha

Iguaria feita à base de milho verde, a pamonha está ligada diretamente à tradição goiana. Encontrada em diversos sabores, salgados, doces, apimentados e com os mais diferentes recheios, que incluem até jiló e guariroba, a pamonha é quase unanimidade no prato do goiano, frita, cozida ou assada, especialmente em dias chuvosos. Difícil mesmo encontrar algum goiano que não goste de comê-la e, principalmente, de fazê-la. É comum, especialmente no interior, reunir familiares e amigos para preparar caldeirões imensos da pamonhada, como forma de integração social. Homens, mulheres, crianças, jovens e adultos – todos participam. E é, em geral, coisa de amigos íntimos, ditos “de dentro de casa”.

Manifestações populares

O desenrolar da história de Goiás propiciou o aparecimento de diversas atividades culturais no Estado, das quais originaram legítimas manifestações do folclore goiano. Apesar de boa parte delas estar relacionada ao legado religioso introduzido pelos portugueses, o movimento cultural que floresceu no Estado agregou tradições indígenas, africanas e europeias de maneira a abrigar um sincretismo não apenas religioso, mas de tradições, ritmos e manifestações que tornaram a cultura goiana um mix de sensações que vão da batida do tambor da Congada e dos mantras entoados nas orações ao Divino, até a cadência da viola sertaneja ou o samba e o rock que por aqui também fizeram morada.

As Cavalhadas talvez sejam uma das manifestações populares mais dinâmicas e expressivas do Estado de Goiás. A encenação épica da luta entre mouros e cristãos na Península Ibérica é apresentada tradicionalmente por diversas cidades goianas, tendo seu ápice no município de Pirenópolis, quinze dias após a realização da Festa do Divino. Toda a cidade se prepara para a apresentação, travestida no esforço popular em carregar o estandarte que representa sua milícia. O azul cristão trava a batalha contra o rubro mouro, ornados ambos de luxuosos mantos, plumas, pedras incrustadas e elmos metálicos, desenhando, por conseguinte, símbolos da cristandade como o peixe ou a pomba branca – símbolo do Divino – e do lado muçulmano o dragão e a lua crescente. Paralelamente, os mascarados quebram a solenidade junto ao público, introduzindo o sarcástico e profano, em meio a um dos maiores espetáculos do Centro-Oeste.

As Congadas dão outro show à parte. Realizadas tradicionalmente no município de Catalão, reúnem milhares de pessoas no desenrolar do desfile dos ternos de Congo que homenageiam o escravo Chico Rei e sua luta pela libertação de seus companheiros, com o bônus da devoção à Nossa Senhora do Rosário. Ao toque de três apitos, os generais dão início às batidas de percussão dos mais de 20 ternos que se revezam entre Catupés-Cacunda, Vilão, Moçambiques, Penacho e Congos, cada qual com suas cores em cerca de dez dias de muita festa.

A raiz e o sertanejo

Nem só de manifestações religiosas vive a tradicional cultura goiana. Uma dança bastante antiga e muito representativa do Estado também faz as vezes em apresentar Goiás aos olhos dos visitantes. A Catira que tem seus primeiros registros desde o tempo colonial não tem origem certeira. Há relatos de caráter europeu, africano e até mesmo indígena, com resquícios do processo catequizador como forma de introduzir cantos cristãos na possível dança indígena. No entanto, seu modo de reprodução compassado entre batidas de mãos e pés, permeados por cantigas de violeiros perfaz a beleza cadenciada pela dança.

A viola, aliás, está presente em boa parte do cancioneiro popular goiano, especialmente nos gêneros caipira e sertanejo, que em conjunto com sanfonas e gaitas têm sido bastante divulgados, geralmente por duplas de cantores. Diferenças, no entanto, podem ser notadas quanto à temática, uma vez que o sertanejo tem se apresentado majoritariamente enquanto produto da indústria cultural e a música de raiz ou caipira se inspirado nas belezas do campo e do cotidiano do sertanejo.

Pluralidade de ritmos

Nem só de sertanejo vive o Estado de Goiás. Na verdade, ritmos antes considerados característicos de eixos do Sudeste do país têm demarcado cada vez mais seu espaço dentro do território goiano. Bons exemplos são a cena alternativa e do rock, divulgados em peso por festivais de renome como o Bananada e o Vaca Amarela, enquanto que, por outro lado, rodas de samba e apresentações de chorinho também têm angariado novos adeptos, dentre outros tantos ritmos encontrados na cultura goiana.

Fonte: http://www.goias.gov.br/

9 ATUALIDADES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL, ESPECIALMENTE DO ESTADO DE GOIÁS.

GOIÁS

Goiás é referência na descentralização da merenda escolar

Data de publicação: 16 de agosto de 2016 - 11:38

Representantes da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo estão em Goiânia para conhecer o sistema goiano da merenda escolar. Nesta terça-feira, dia 16, os técnicos visitam algumas escolas para conhecer o modo de preparo dos alimentos oferecidos aos alunos. Goiás iniciou em 2000, de forma pioneira, o processo de descentralização da compra dos alimentos, destinando o recurso diretamente para o Conselho Escolar de cada unidade e se tornando referência para o País.

Na segunda-feira, dia 15, a equipe recebeu informações sobre a agricultura familiar, prestação de contas e a formatação nutricional do cardápio. Eles ainda tiveram a oportunidade de saborear no almoço uma receita de batata-doce com peixe criada pela merendeira Osmarina Pereira Assini e premiada no concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A receita de Osmarina, que trabalha há mais de 10 anos na Escola Estadual Vereador Antônio Laurindo, em Iporá, concorreu com outras 2.433 receitas de todo o País.

Para a nutricionista e gerente de projetos de alimentação escolar de São Paulo, Giorgia Russo Tavares, o objetivo da visita da equipe é rever as formas de gestão na merenda escolar e adaptar ao sistema paulista. “O ponto mais positivo que enxergamos é a autonomia da direção, que pode trabalhar com produtos frescos e que estão próximos da escola, respeitando a regionalidade de cada unidade. Hoje temos um problema de logística em São Paulo, por mais que seja controlado. Por ser centralizado temos que ter controles muito rígidos de distribuição e isso dificulta um pouco”, afirmou.IMG_1059

Pioneirismo goiano

A secretária da Educação de Goiás, Raquel Teixeira, recebeu a equipe e explicou como Goiás descentralizou o processo da merenda escolar. “Nós recebemos recursos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), complementamos com o Fundo Protege e repassamos para as unidades. Esse formato dá autonomia para as escolas, porque cada diretor, por meio do conselho, compra da própria comunidade, mobiliza a economia local, permite o trabalho com a agricultura familiar, que hoje é uma exigência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e isso diminuiu substancialmente as possibilidades de desvio de recurso”, explicou Raquel Teixeira.

A responsabilidade da Seduce é fazer a orientação nutricional e a montagem do cardápio, normatizar, criar as regras, acompanhar o processo, fiscalizar e cobrar resultados, deixando a parte operacional nas mãos dos diretores.

Emater divulga Rede de Inovação Rural no interior

Data de publicação: 16 de agosto de 2016 - 10:40

A Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária apresentou a Rede de Inovação Rural a produtores e familiares da comunidade Córrego Fundo, distrito de Panamá. De acordo com a extensionista social e membro do Comitê Gestor da Rede de Inovação, Janete Rocha, o destaque da reunião foi para a necessidade dos produtores contarem com uma assistência técnica de qualidade, que contribua para o desenvolvimento sócio econômico das famílias.

Para o coordenador regional da Agência, Hernani Lopes Sobrinho, a Rede de Inovação vem aprimorar as atividade prestadas pela Emater. Ainda segundo Hernani, as ações da rede serão planejadas e executadas de acordo com o Plano de Gestão das propriedades, desenvolvido após diagnósticos realizados em cada unidade rural.

A participação feminina na agricultura também foi destacada durante a reunião. De acordo com a produtora Neuzelita Luiza de Miranda, escutar novas ideias foi positivo. Para ela, a Rede vai auxiliar na melhoria da produção e da renda. Além disto, Neuzelita pontua que a metodologia irá auxiliar os produtores no repasse de conhecimento.

Rede de Inovação

A Rede de Inovação Rural é uma nova metodologia de extensão rural que leva em conta a gestão da propriedade junto às famílias, comunidades e organizações rurais, e visa a emancipação dos produtores. Este modelo de assessoramento prioriza a realização de parcerias público-privadas com agricultores e outras entidades com o objetivo de ampliar o acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Operação mira em sonegação no Entorno do DF

Data de publicação: 16 de agosto de 2016 - 9:56

Foi deflagrada nesta terça-feira, dia 16, pelo Fisco estadual, em conjunto com as polícias Civil e Militar, a Operação Arrebatamento, que apura os crimes de falsidade ideológica, associação criminosa, e contra a ordem tributária. A ação tem o intuito de recuperar os impostos sonegados por um grupo empresarial localizado no Entorno de Brasília, em Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia e Valparaíso. Levantamento realizado pela Superintendência da Receita da Secretaria da Fazenda de Goiás aponta que o crédito tributário total do grupo deve superar os R$ 129 milhões de ICMS, incluindo multa e juros.

O início da operação se deu há cerca de três anos, a partir do cruzamento de dados de operadoras de cartões de crédito. Durante análises, o Fisco estadual descobriu, em apenas uma das empresas

em Luziânia com cadastro suspenso junto à Sefaz, movimentação de vendas que ultrapassou R$ 70 milhões. De acordo com o superintendente da Receita, Adonídio Neto Vieira Júnior, a partir deste primeiro levantamento as investigações apontaram um esquema de blindagem patrimonial com a utilização de pessoas interpostas no quadro societário – funcionários ou ex-funcionários do grupo empresarial. "Também foram utilizados documentos falsos ou adulterados", disse.

Nesta terça-feira, estão sendo cumpridos quatro mandados de prisão temporária e busca e apreensão na residência dos investigados, além de duas conduções coercitivas, incluindo o contador do grupo. Além desses, são cumpridos ainda 19 mandados de busca e apreensão em estabelecimentos comerciais e outros relacionados ao grupo empresarial, dentre os quais supermercados, postos de combustível e lojas de conveniência. Os auditores fiscais também iniciam hoje as auditorias necessárias para a lavratura dos autos de infração.

A secretária da Fazenda, Ana Carla Abrão Costa acompanhou a operação e ressaltou que a parceria da Sefaz com a SSP, Delegacia de Repressão a Crimes contra a Ordem Tributária (DOT) e o Batalhão Fazendário "visa ao fortalecimento da justiça fiscal no Estado de Goiás, demonstrando a intolerância em relação à sonegação fiscal". Ana Carla lembrou ainda que a sonegação "subtrai recursos que deveriam estar beneficiando a população goiana como um todo, em particular os mais carentes".

De acordo com a titular da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DOT), Tatyane Gonçalves Cruvinel Costa, a operação visa resgatar os valores tributários não recolhidos, para recomposição dos cofres públicos, e o combate à concorrência desleal.

Casa Civil promove nova Campanha Homeopática contra a Dengue

Data de publicação: 16 de agosto de 2016 - 9:09

Uma equipe de servidoras do Hospital de Medicina Alternativa (HMA), unidade da Secretaria da Saúde, retorna à Secretaria da Casa Civil nesta quarta-feira, dia 17, das 8h30 às 11h30, para dar sequência à campanha de prevenção contra a dengue.

A Campanha Homeopática contra a Dengue acontece no hall de entrada do 8º andar do Palácio Pedro Ludovico, que fica na Praça Cívica, no Centro de Goiânia. O medicamento homeopático desenvolvido pelo hospital auxilia no controle dos sintomas da doença.

A campanha é um procedimento que acontece trimestralmente na Casa Civil. Vale lembrar que, embora já esteja à venda nas clínicas especializadas, a vacina contra a dengue é recomendada apenas para a faixa etária dos 9 aos 45 anos, e tem sido comercializada a preços considerados elevados.

O diretor administrativo do HMA, Ailton Bezerra de Oliveira, ressalta que apesar de não ser uma vacina contra a dengue, e sim uma profilaxia, a dose produzida pelo Hospital busca atenuar o quadro febril, as dores no corpo e diminui os riscos das complicações hemorrágicas, em caso de infecção. O medicamento homeopático é indicado também contra a chikungunya e o zica vírus.

O público-alvo da campanha homeopática abrange todas as faixas etárias, entre homens e mulheres, principalmente aquelas pessoas com histórico anterior da doença. Esta ação do HMA contra a dengue é desenvolvida em outros órgãos estaduais e nos municípios goianos com maior índice de infestação do Aedes aegypt, o mosquito transmissor da doença.

Estado quita empréstimo com o Banco Mundial

Data de publicação: 15 de agosto de 2016 - 11:45

A Secretaria da Fazenda informa que liquidou, neste mês, empréstimo contraído pelo Governo do Estado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), mais conhecido como Banco Mundial, para gerenciamento da malha rodoviária, no valor de US$ 65 milhões. Segundo a Sefaz, o empréstimo foi captado em 2002 e utilizado integralmente pela Agetop em várias rodovias estaduais.

No primeiro semestre deste ano, o Estado pagou ao governo federal pelo serviço da dívida R$ 1,1 bilhão. A previsão é pagar mais R$ 950 milhões no segundo semestre. Em 2016, pela primeira vez, o pagamento ficará aquém da previsão feita em janeiro, por causa da renegociação das dívidas de todos os Estados com o Ministério da Fazenda. A economia para o ano é estimada em RS 1 bilhão.

Fonte: http://www.goiasagora.go.gov.br/tipo/ultimas-noticias-goias

BRASIL

POLÍTICA

Maia vence por 115 votos e é novo presidente da Câmara

O Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi eleito na madrugada desta terça-feira o novo presidente da Câmara dos Deputados para o mandato "tampão" até fevereiro do ano que vem. Maia venceu no segundo turno da disputa o candidato Rogério Rosso (PSD-DF) por 285 votos contra 170 e agora vai comandar um orçamento de R$ 4,9 bilhões anuais.

Além disso, Maia tornou-se o segundo na linha sucessória da Presidência da República, caso seja confirmado o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff, e terá a exposição natural de presidente da Câmara dos Deputados.

Os dois candidatos disputaram o desempate após um primeiro turno equilibrado entre os 13 candidatos que chegaram ao final da corrida. Maia teve 120 votos, contra 106 de Rosso, 70 de Marcelo Castro (PMDB-PI), 59 de Giacobo (PR-PR) e 36 de Esperidião Amin (PP-SC).

Fonte: Terra Notícias – (14/07/2016)

Eduardo Cunha chora e renuncia à presidência da Câmara

O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) anunciou nesta quinta-feira (7) a decisão de renunciar à presidência da Câmara, cargo do qual ele estava afastado desde maio, por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que o suspendeu do exercício do mandato. Ele não renunciou ao mandato.

Cunha leu, com a voz embargada e lágrimas nos olhos, uma carta de renúncia no Salão Nobre da Câmara. Ele estava acompanhado dos deputados Carlos Marun (PMDB-MS) e João Carlos Bacelar (PR-BA).

"Resolvi ceder aos apelos generalizados dos meus apoiadores. É público e notório que a Casa [Câmara] está acéfala, fruto de uma interinidade bizarra que não condiz com o que país espera de um novo tempo após o afastamento da presidente da República. Somente minha renúncia poderá pôr fim a esta instabilidade sem prazo. A Câmara não suportará esperar indefinidamente", disse o deputado.

O deputado já havia negado a renúncia em diversas ocasiões.

O advogado de Cunha no processo, Marcelo Nobre, afirmou que o parecer de Rogério não apresentou provas da existência de contas na Suíça em nome do peemedebista. A defesa alega que trusts não são contas bancárias, mas um tipo de investimento em que os bens são administrados por terceiros e para o qual não é exigido sua declaração à Receita Federal.

"Sabe porque o parecer tem 90 páginas? Porque não tem prova. Porque a prova caberia em uma linha. Cadê o número da conta do banco? Não existe. Eu não preciso de 90 páginas, eu preciso de uma linha com o número da conta, o nome do banco e o nome de meu cliente", disse Nobre. "Condenar sem provas é linchamento. Espero que todos nós aqui nunca passemos por uma acusação sem prova, e muito pior, uma condenação sem prova", afirmou o advogado.

Molon (Rede-RJ) ironizou a afirmação do advogado de Cunha. "Parece que só o advogado do representado não viu a conta. Se não há conta, será que Banco Central multou o deputado Eduardo Conta por que ele não tem conta?", disse Molon.

Nesta terça-feira, o Conselho de Ética recebeu documentação do Banco Central sobre a multa de R$ 1 milhão aplicada contra Cunha por manter recursos não declarados no exterior.

Outras denúncias contra Cunha

Além das acusações que enfrenta no Conselho de Ética, Cunha se tornou réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no STF e é alvo de pelo menos outras duas denúncias e de um inquérito no STF. Segundo o "Estadão Conteúdo", o número de denúncias contra Cunha no STF, em maio, era de oito.

Em uma das ações, a Procuradoria-Geral da República acusa Cunha de ter abastecido contas secretas na Suíça com dinheiro de propina do esquema da Petrobras. Ele se tornou réu pela segunda vez com a denúncia.

A terceira denúncia da Procuradoria acusa o peemedebista de ter solicitado e recebido propina do consórcio formado por Odebrecht, OAS e Carioca Christiani Nielsen Engenharia –que atuava na obra do Porto Maravilha– no montante de cerca de R$ 52 milhões.

A mulher do deputado, Cláudia Cruz, se tornou ré pelos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas, após o juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, aceitar denúncia do Ministério Público Federal que também trata do uso das contas suíças pela mulher do deputado.

Há ainda um inquérito contra Cunha no STF em que ele é acusado de recebimento de propina de Furnas.

Cunha nega irregularidades em todos os casos e só é réu no primeiro deles. Nos outros, o STF ainda precisa julgar se aceita o pedido da PGR.

Fonte: O Globo - (07/07/2016)

Conselho de Ética abre processo contra Bolsonaro por elogio a torturador

O Conselho de Ética da Câmara instaurou nesta terça-feira (28) processo contra o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ). O político é acusado de ter faltado com o decoro parlamentar durante seu voto para a abertura do processo de impeachment, em abril, quando Bolsonaro fez uma homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

O militar comandou o DOI-Codi (Destacamento de Operações Internas) de São Paulo no período de 1970 a 1974. Em 2008, tornou-se o primeiro militar a ser reconhecido pela Justiça como torturador durante a ditadura. Ustra morreu em outubro de 2015, durante tratamento contra um câncer.

Apenas cinco deputados estavam presentes, além do presidente do colegiado, João Carlos Araújo (PR-BA), mas o processo foi iniciado porque não é necessário haver quórum mínimo para a sessão. A Câmara está esvaziada pelas festas juninas. Apenas os deputados Júlio Delgado (PSB-MG), Marcos Rogério (DEM-RO), Alberto Filho (PMDB-MA), Capitão Augusto (PR-SP) e Zé Geraldo (PT-PA) participaram do conselho.

A representação do PV ao Conselho de Ética acusa Bolsonaro de ter feito apologia do crime de tortura e pede a cassação do mandato do deputado.

Ao anunciar seu voto a favor do impeachment, Bolsonaro disse que o fazia "pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra".

O deputado afirmou que suas declarações durante a votação do impeachment estão protegidas pela imunidade que os deputados têm de suas opiniões no exercício do mandato.

"O assunto, por demais conhecido, foi a referência que fiz ao coronel Brilhante Ustra ao proferir meu voto na sessão de impeachment da presidente Dilma e que, certamente, não deverá motivar qualquer sanção, já que se trata de opinião de parlamentar, proferida em plenário da Câmara dos Deputados", afirmou o deputado, em nota enviada à imprensa.

"A menos que os próprios congressistas queiram dar munição àqueles que insistem em relativizar a imunidade parlamentar assegurada no artigo 53 da Constituição Federal", diz Bolsonaro.

Veja a transcrição da manifestação do deputado do PSC na votação do impeachment:

"Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa Casa. Parabéns presidente [da Câmara] Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim".

A Procuradoria-Geral da República também abriu um procedimento para investigar a manifestação de Bolsonaro durante a votação.

Deputados do Conselho classificaram o caso como "grave", mas afirmaram que o processo pode não levar à cassação, e sim a uma pena mais branda.

"Temos que graduar as penas. Não podemos aplicar a pena capital [a cassação], comparando a casos de corrupção", afirmou Júlio Delgado (PSB-MG). "Não podemos atribuir a um fato que é grave uma pena descabida, como quem não honrou a Presidência da Câmara", disse Delgado, em referência ao presidente afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), também alvo de processo de cassação.

"Eu acho que é grave. Nós não podemos mais valorizar qualquer ato da ditadura nesse país. Mas não quer dizer que vai levar a um julgamento meu pela cassação, ou pela não cassação",

disse Zé Geraldo (PT-PA). O petista foi um dos três sorteados que podem vir a ser escolhidos como relator da representação contra Bolsonaro.

O que acontece agora?

Após a abertura do processo, o Conselho de Ética vai sortear um relator para o caso.

Ele será escolhido pelo presidente da comissão entre três deputados sorteados: Zé Geraldo (PT-PA), Valmir Prascidelli (PT-SP) e Wellington Roberto (PR-PB). Araújo afirmou que pretende conversar com os três deputados antes do anúncio de sua decisão, a ocorrer na próxima quarta-feira (6).

Esta é a primeira etapa do processo na comissão, onde será analisado se de fato há elementos que justifiquem o processo contra o deputado. Se o relator entender que Bolsonaro deve ser processado, ele emite um parecer pela admissibilidade do processo, que tem que ser aprovado pela maioria dos 21 membros da comissão.

Quando este primeiro parecer é aceito, começa a fase de apuração das acusações contra o deputado, quando será ouvida a defesa de Bolsonaro e podem ser tomados depoimentos de testemunhas e analisados outros tipos de provas.

Ao fim desta segunda etapa, o relator deve emitir novo parecer sobre qual punição deve ser aplicada ao deputado. Se aprovado pelo Conselho de Ética, este segundo parecer é submetido a votação no plenário da Câmara, onde é preciso o voto de 257 deputados para aprovar a perda do mandato. A Câmara tem 513 deputados.

Réu no STF

Bolsonaro se tornou réu no STF (Supremo Tribunal Federal) por declarações durante um bate-boca com a deputada Maria do Rosário (PT-RS). Na ocasião, em discurso no plenário da Câmara em dezembro de 2014, Bolsonaro afirmou que só "não estupraria" Maria do Rosário porque ela "não merecia".

"Não saia, não, Maria do Rosário, fique aí. Fique aí, Maria do Rosário. Há poucos dias [na verdade a discussão havia ocorrido há alguns anos] você me chamou de estuprador no Salão Verde e eu falei que eu não estuprava você porque você não merece. Fique aqui para ouvir", afirmou Bolsonaro, à época.

A denúncia contra Bolsonaro foi aceita pela 1ª turma do STF no último dia 21. Ele vai responder por incitação ao crime de estupro e a uma queixa-crime por injúria contra a deputada.

Após a decisão do STF, Bolsonaro afirmou que a decisão feria o direito dos deputados à imunidade parlamentar por suas opiniões.

"Eu apelo humildemente aos ministros do STF que votaram para abrir o processo para não me condenar, que reflitam sobre esse caso, não só a questão da imunidade aqui [no Congresso], bem como onde eu estou", disse o deputado.

"A partir de agora, nossa imunidade material não seria mais absoluta. Foi uma briga que aconteceu em 2003 nesse Salão Verde e chegou a esse ponto", afirmou Bolsonaro.

Fonte: Uol Notícias – (28/06/2016)

MPF denuncia Paulo Bernardo por corrupção e mais dois crimes

O Ministério Público Federal em São Paulo denunciou o ex-ministro Paulo Bernardo e mais 19 pessoas acusadas de montar organização criminosa no Ministério do Planejamento, entre 2009 e 2015. O grupo, segundo o MPF, era responsável por lavagem de dinheiro e pagamento de propinas para o PT e agentes públicos e privados que superam R$ 100 milhões.

Bernardo e mais 21 pessoas haviam sido indiciadas pela Polícia Federal no esquema, desarticulado na Operação Custo Brasil em 23 de junho, um desdobramento das fases 17 e 18 da Lava Jato. O ex-ministro foi denunciado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e integrar organização criminosa.

De sexta-feira (29) a segunda-feira (1º), o MPF ofereceu três denúncias. Na primeira, que trata do contrato fraudulento da empresa Consist no Ministério do Planejamento, 13 pessoas foram denunciadas, entre elas Paulo Bernardo e João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT. Todas respondem por integrar organização criminosa, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e obstrução da investigação.

Na segunda denúncia, colaboradores eventuais e funcionários de Paulo Bernardo foram denunciados por lavagem de dinheiro.

"Paulo Bernardo tem ciência de tudo no esquema, ele nomeia as pessoas chaves para os cargos e ele tem ciência de tudo e participa ativamente nos bastidores, ele não aparece formalmente, mas tomava as decisões", disse o procurador Andrey Borges de Mendonça.

Na terceira denúncia, aparece o fundador da Consist, que foi denunciado por organização criminosa, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. "O Ministério Público tem a perspectiva que as denúncias sejam recebidas e que até o fim do ano tenhamos as sentenças condenatórias em relação à Operação Custo Brasil", diz o procurador Rodrigo de Grandis.

Custo Brasil

A Operação Custo Brasil foi deflagrada em 23 de junho para apurar o pagamento de propina a pessoas ligadas a funcionários públicos e agentes públicos ligados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), relacionado a contratos de prestação de serviços de informática, entre os anos de 2010 e 2015.

Paulo Bernardo, que foi ministro do Planejamento do governo Lula e das Comunicações no primeiro governo Dilma Rousseff, é suspeito de integrar uma organização formada para fraudar um serviço de gestão de crédito consignado a funcionários públicos.

A advogada de Bernardo, Verônica Sterman, disse na ocasião do indiciamento que não teve acesso aos documentos sobre o caso, mas divulgou nota reiterando a inocência de seu cliente.

"O ex-ministro Paulo Bernardo reitera que não participou ou teve qualquer ingerência na celebração ou manutenção do acordo de cooperação técnica celebrado autonomamente entre a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG e as associações de Bancos e Previdência (ABBC e SINAPP). Também reitera que não recebeu qualquer quantia da Consist, direta ou indiretamente", diz a nota.

Preso no dia 23 de junho, Bernardo foi solto no dia 29, após uma determinação que partiu do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal. Ele prestou depoimento no último dia 19.

Como funcionava o esquema

A empresa contratada para o serviço, o Grupo Consist, cobrava mais do que deveria e repassava 70% do seu faturamento para o PT e para políticos. A propina paga entre 2009 e 2015 teria chegado a cerca de R$ 100 milhões.

O núcleo de Paulo Bernardo recebeu R$ 7 milhões, segundo o MPF. Para a procuradoria, Paulo Bernardo sabia de tudo, só não aparecia formalmente porque era uma pessoa pública visada.

"Os pagamentos começam em 2010 (aos parceiros do contrato da Consist com o Ministério do Planejamento e agentes políticos) e só cessam com a operação Pixuleco em 2015. Os valores foram continuamente pagos", disse o procurador Andrey.

Os pagamentos a Bernardo ocorriam por meio do advogado Guilherme Gonçalves que tinha um chamado "fundo Consist", que pagava as despesas do Paulo Bernardo por meio de repasses em três contas bancárias de Guilherme Gonçalves, disse o procurador.

"Em cinco anos fica [Guilherme Gonçalves] colocando nas planilhas aparecendo PB, pagamentos PB. Tudo isso é vantagem indevida que o Paulo Bernardo recebeu por meio do acordo para a manutenção da Consist no Ministério do Planejamento", disse Andrey.

A PF conseguiu provar pelo menos R$ 500 mil pagos orientados pelo advogado para funcionários de Paulo Bernardo.

PMDB

O MPF investiga se uma das empresas parceiras do esquema, à Consucred, recebia valores que eram repassados ao PMDB. Segundo o procurador Andrey, "a Consucred recebeu R$ 34 milhões da Consist (no esquema) e não tem estrutura para receber isso, ela que trouxe a Consist para o Ministério do planejamento". Segundo o procurador, dos 70% do faturamento da Consist que eram repassados de propina a empresas e políticos, 24,88% eram direcionados à Consucred. Há e-mails da Consucred citando o PMDB, sem citar nenhuma pessoa específica.

"As evidências apontam em diversos momentos que esta empresa representava o PMDB, pessoas do PMDB, que eram chamados de 'pernambucanos'. Até o momento as evidências não são concretas, mas há informações neste sentido de quem são estas pessoas. As investigações continuam para tentarmos informações neste sentido", disse Andrey.

Liberdade

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu no dia 29 de junho o pedido do ex-ministro Paulo Bernardo e revogou a prisão dele, mas recusou outra solicitação da defesa do petista para que o caso fosse encaminhado da Justiça Federal de São Paulo para a Suprema Corte.

Apesar de a decisão de Toffoli apenas ser destinada a Bernardo, o juiz da primeira instância que determinou a liberação concedeu a liberdade aos outros sete investigados. "Ressalto que deixo de determinar outras medidas cautelares para o investigado João Vaccari pelo fato de já estar preso por outro Juízo", disse o juiz Paulo Bueno de Azevedo, da 6ª Vara Federal de São Paulo.

Defesa de Paulo Bernardo

Após ser divulgado o despacho de Toffoli, os advogados do petista afirmaram, por meio de nota, que a decisão do Supremo mostra que a ordem de prisão tinha "motivos genéricos e que não havia requisitos legais para a detenção.

"A decisão do ministro Dias Toffoli, acolhendo pedido da defesa técnica, desconstruiu todos os fundamentos da prisão de Paulo Bernardo. Deixou claro que os fundamentos eram genéricos e que os requisitos legais e constitucionais não estavam presentes", observaram os defensores.

No despacho no qual determinou a soltura de Paulo Bernardo, Toffoli afirmou que houve um "flagrante constrangimento ilegal" na prisão do ex-ministro. Na visão do magistrado, a decisão do juiz federal de primeira instância de mandar prender o petista se baseia, "de modo frágil", na conclusão pessoal de que, em razão de ser ex-ministro e ter ligação com outros investigados e com a empresa suspeita de ter cometido as irregularidades, Paulo Bernardo "poderia interferir na produção de provas".

Toffoli ressaltou na decisão que o magistrado da Justiça Federal de São Paulo não indicou no mandado de prisão "um único elemento fático concreto que pudesse amparar essa ilação".

"Vislumbro, na espécie, flagrante constrangimento ilegal passível de ser reparado mediante a concessão de habeas corpus de ofício", destacou o ministro do STF em trecho da decisão.

"A prisão preventiva para garantia da ordem pública seria cabível, em tese, caso houvesse demonstração de que o reclamante estaria transferindo recursos para o exterior, conduta que implicaria em risco concreto da prática de novos crimes de lavagem de ativos. Disso, todavia, por ora, não há notícia", complementou Toffoli.

Na ocasião da prisão, a defesa de Vaccari não quis se pronunciar.

Fonte: G1 – (01/08/2016)

Governo Temer retira urgência de pacote anticorrupção de Dilma

O presidente interino, Michel Temer, deu aval à retirada na tramitação do pacote de medidas anticorrupção de Dilma Rousseff, informou o líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-CE).

O pacote, lançado em março de 2015 como resposta às manifestações de rua, é composto por três propostas: criminalização de caixa dois em atividades ilícitas nas contas de partido político ou campanha eleitoral; alteração do Código de Processo Penal para incluir medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores obtidos com recursos de origem ilícita; tipificação do crime de enriquecimento ilícito de funcionários públicos, inclusive políticos.

Segundo André Moura, Temer concordou com a retirada da urgência constitucional desses e de outros dois projetos que também estavam nesse regime de tramitação e tratavam de práticas de corrupção.

O líder disse que a iniciativa se justifica devido a necessidade de se discutir com mais atenção as propostas, o que poderá ocorrer na comissão especial para onde os textos serão enviados.

A ideia é que os três projetos do pacote de Dilma passem a tramitar junto com as 10 medidas de combate à corrupção de iniciativa popular encaminhadas ao Congresso numa comissão especial a ser instalada.

O Ministério Público encaminhou as medidas ao Congresso em 29 de março deste ano, mas até o momento ainda faltam líderes de alguns partidos para indicarem integrantes para compor a comissão especial.

Em reunião com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, líderes da base e da oposição que ainda não fizeram suas indicações – PP e PT – se comprometeram, conforme André Moura, a fazê-lo até semana que vem.

Num momento em que a Operação Lava Jato avança cada vez mais sobre os políticos, Janot convidou as lideranças para pedir celeridade na tramitação das medidas. Ainda falta a indicação de 14 membros da comissão especial.

Fonte: Folha.com – (05/07/2016)

ECONOMIA

MPF diz que 'pedalada' com BNDES não foi crime, mas aponta improbidade

Os atrasos do governo nos repasses de auxílio de taxa de juros de financiamentos do BNDES — uma das chamadas "pedaladas" fiscais — não configuram operação de crédito nem uma prática criminosa. A conclusão é do procurador da República Ivan Cláudio Marx, do Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal, que decidiu nesta sexta-feira arquivar esta parte das investigações no procedimento criminal em curso na Procuradoria da República. A maquiagem do resultado fiscal com a "pedalada", no entanto, se configura improbidade administrativa e continua a ser investigada em inquérito civil público que corre em paralelo ao inquérito criminal, segundo o procurador.

Uma condenação por improbidade, que não é crime, pode incluir a perda de função pública, a impossibilidade de exercer um cargo de confiança e a vedação de contratos com o poder público. O crime descartado por Marx é o de ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito sem prévia autorização legislativa, previsto no Código Penal com previsão de prisão de um a dois anos.

"Conforme esclarecido no decorrer da investigação no inquérito civil, o objetivo da União nunca foi o de se financiar por meio do BNDES, do que é inclusive credor, mas sim o de 'maquiar' o resultado fiscal", afirmou o procurador Marx. "Essa maquiagem, muito embora não configure o crime referido, configura improbidade administrativa e a devida definição das responsabilidades segue sendo apurada no inquérito civil."

O procedimento criminal foi aberto com base nos processos do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontaram as "pedaladas" como operações de crédito e como infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo o TCU, houve operação de crédito no ato de a União atrasar repasses devidos ao BNDES por conta de equalização da taxa de juros no Plano de Sustentação do Investimento (PSI). O procurador da República discordou dessa tese em seu despacho de arquivamento parcial do procedimento criminal.

"No caso da equalização de taxas devidas ao BNDES referentes ao PSI, não há que se falar em operação de crédito já que o Tesouro deve aos bancos a diferença da taxa e não ao mutuário", afirmou Marx. "No caso, há um simples inadimplemento contratual quando o pagamento não ocorre na data devida, não se tratando de operação de crédito. Entender de modo diverso transformaria qualquer relação obrigacional da União em operação de crédito, dependente de autorização legal, de modo que o sistema resultaria engessado. E essa obviamente não era a intenção da LRF", continuou.

Uma "pedalada" muito semelhante à do PSI do BNDES é uma das duas bases do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, afastada do cargo desde 12 de maio por decisão do Congresso. O processo leva em conta que a permanência de atrasos no pagamento da equalização das taxas de juros do Plano Safra representou uma operação de crédito. Uma perícia no curso do processo do impeachment concluiu que não houve ato direto de Dilma nesse episódio. A "pedalada" com o Plano Safra também é objeto do procedimento criminal no MPF, mas ainda não houve conclusão a respeito.

No despacho de arquivamento parcial, o procurador da República exclui da investigação penal o atual ministro interino do Planejamento, Dyogo de Oliveira, e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho. "Dos possíveis praticantes do ato, apenas Dyogo e Coutinho não estão incluídos em qualquer outro item apontado pelo TCU", escreveu Marx. Dyogo, como ministro interino da Fazenda, havia assinado portaria confirmando um prazo de 24 meses para o pagamento do PSI. O mesmo foi feito por Nelson Barbosa, também na condição de interino. O titular era Guido Mantega. Barbosa e Mantega são citados em outros itens relacionados às "pedaladas" e continuam a ser investigados.

O procedimento criminal foi retomado no MPF em 17 de maio, quando o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, devolveu o inquérito à Procuradoria da República no DF por conta da perda de foro privilegiado de ex-ministros de Dilma. O inquérito civil público já vinha tramitando normalmente, pois não há foro para investigações na esfera cível. A base dos dois procedimentos é um processo do TCU que listou 17 autoridades responsáveis pelas "pedaladas" praticadas em 2014. A repetição da manobra em 2015 ampliou as investigações, tanto no TCU quanto no MPF.

Mantega, Barbosa, Dyogo e o ex-secretário do Tesouro Nacional Arno Augustin, considerado o artífice das "pedaladas" no governo Dilma, prestaram depoimento no inquérito civil. Tanto este procedimento quanto o inquérito criminal investigam as "pedaladas" com programas sociais. A União atrasou repasses para a Caixa Econômica Federal pagar o Bolsa Família, o seguro-desemprego e o abono salarial. A instituição financeira foi obrigada a arcar com os programas, o que considerado operação de crédito pelo TCU.

Fonte: O Globo – (08/07/2016)

CNI defende carga de 80 horas semanais para trabalhador brasileiro

Após mais de duas horas de reunião com o presidente interino Michel Temer e com cerca de 100 empresários do Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, disse hoje (8) que, para o governo melhorar a situação do déficit fiscal, serão necessárias "mudanças duras" tanto na Previdência Social quanto nas leis trabalhistas.

Temer deixou o evento sem falar com a imprensa. Em entrevista depois do encontro, Robson Andrade sugeriu que o Brasil adote iniciativas similares às do governo francês, que, de forma independente do Parlamento, conseguiu autorizar uma carga horária de até 80 horas semanais e de 12 horas diárias para os trabalhadores.

"Um déficit de R$ 139 bilhões [para 2017]. Acho que foi uma demonstração de responsabilidade do governo apresentar as dificuldades que têm e o esforço que será feito para contornar essas dificuldades", afirmou o presidente da CNI.

Segundo ele, ao considerar que, em 2016, o déficit será R$ 170 bilhões, a conclusão é que haverá, em algumas áreas, crescimento de despesas governamentais. "É claro que a iniciativa privada está ansiosa para ver medidas duras, difíceis de serem apresentadas. Por exemplo, a questão da Previdência Social. Tem de haver mudanças na Previdência Social. Caso contrário, não teremos no Brasil um futuro promissor", acrescentou.

Robson Andrade defendeu também a implementação de reformas trabalhistas. Para ele, o empresariado está "ansioso" para que essas mudanças sejam apresentadas "no menor tempo possível".

"Vimos agora o governo francês, sem enviar ao Congresso Nacional, tomar decisões com relação às questões trabalhistas. No Brasil, temos 44 horas de trabalho semanal. As centrais sindicais tentam passar esse número para 40. A França, que tem 36 passou, para a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanal e até 12 horas diárias de trabalho. A razão disso é muito simples. A França perdeu a competitividade de sua indústria com relação aos demais países da Europa. Agora, está revertendo e revendo suas medidas, para criar competitividade. O mundo é assim e temos de estar aberto para fazer essas mudanças. Ficamos ansiosos para que essas mudanças sejam apresentadas no menor tempo possível", argumentou o empresário.

Robson Braga de Andrade reiterou a posição da CNI, contrária ao aumento de impostos.

"Somos totalmente contra qualquer aumento de imposto. O Brasil tem muito espaço para reduzir custos e ganhar eficiência para melhorar a máquina pública antes de pensar em qualquer aumento de carga tributária. Acho que seria ineficaz e resultaria, neste momento, na redução das receitas, uma vez que as empresas estão em uma situação muito difícil", disse ele.

Também presente no evento, a presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Silvia Bastos Marques, informou que o banco investiu R$ 6 bilhões em inovação nos últimos dois anos.

Maria Silvia defendeu o diálogo cada vez maior com o setor privado. "Inovação é uma das prioridades do banco. Produtividade e competitividade são fundamentais para a retomada do crescimento sustentável", disse a presidente do BNDES.

Também participando do encontro, Ricardo Felizzola, presidente do Grupo Parit – holding de investimentos que controla as empresas Altus Sistemas de Automação S/A, Teikon Tecnologia Industrial S.A e HT Micron Semicondutores Ltda – disse que o Brasil precisa aumentar o apoio e financiamento em inovação tecnológica para aumentar a competitividade.

A MEI, com quem Temer se reuniu, agrega mais de 100 líderes empresariais das maiores empresas do país. Com o objetivo de formular propostas de políticas públicas e estimular e construir nas empresas um ambiente em que a inovação ocupe um papel central de forma a gerar empregos e inserir de forma mais efetiva a indústria brasileira nas cadeias globais de valor.

Para 2016, a MEI tem como agenda prioritária a atualização do marco regulatório da inovação, o aperfeiçoamento do marco institucional da inovação, aprimoramento dos mecanismos de financiamento à inovação, estruturação da inserção global de empresas brasileiras via inovação, modernização do currículo das engenharias e o fortalecimento da atuação de pequenas e médias empresas inovadoras.

Fonte: Agência Brasil – (08/07/2016)

Meirelles defende teto de gastos e não descarta aumento de impostos

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, voltou a defender a aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta que cria um teto para os gastos públicos e de uma reforma da Previdência. De acordo com o ministro, se as duas medidas não forem aprovadas pelos congressistas, o governo terá que fazer "aumentos pontuais" de tributos para reequilibrar as contas públicas.

Meirelles deu as declarações em evento promovido pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e realizado na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

"Até o dia 31 de agosto, que é o prazo legal [para o governo enviar a proposta do Orçamento de 2017 ao Congresso], vamos analisar. Primeiro, o crescimento das receitas públicas previstas para dezembro e 2017 e o possível ingresso de privatizações, concessões e outorgas. Se necessário, em último caso, faremos aumentos pontuais de impostos que sejam de fato, de verdade, temporários. Porque a carga tributária brasileira é muito elevada", declarou o titular da Fazenda.

Sobre a reforma da Previdência, Meirelles disse que é mais importante garantir o direito dos aposentados. O ministro e outros integrantes do governo vêm defendendo a instituição de uma idade mínima para se ter direito à aposentadoria pelo INSS, mas, nesta segunda, ele não adiantou qual será ela.

"A melhor alternativa para o equilíbrio fiscal é controlar os gastos públicos em conjunto com a reforma da Previdência", disse.

Teto

Pela proposta, que ainda terá de ser aprovada pelo Congresso, os gastos do governo em um ano terão um limite para crescer: o índice de inflação do ano anterior. Em 2017, portanto, as despesas não poderiam aumentar além do IPCA (inflação oficial) registrado em 2016.

O governo pode tomar a decisão de investir acima da inflação em educação e saúde, desde que isso seja compensado com a redução dos repasses para outras áreas na mesma proporção.

Esse teto atinge todas as áreas e seria válido por 20 anos. O objetivo dela é tentar equilibrar as contas do governo, que vêm registrando déficits (despesas superiores à arrecadação com impostos) bilionários.

Sobre a reforma da Previdência, em maio o governo criou um grupo de trabalho para discutir as medidas. Como houve "dissensos", segundo relatos de integrantes, o governo decidiu criar um outro grupo, menor, para tentar encontrar um acordo.

Ajuste de longo prazo

O ministro afirmou ainda que o desafio para a retomada do crescimento passa necessariamente pelo ajuste das contas, e será de longo prazo. Entretanto, os efeitos poderão ser sentidos a partir destas mudanças, graças a um eventual aumento de confiança do mercado.

Esse ajuste é necessário porque o governo vem gastando nos últimos anos mais do que arrecada, gerando um déficit. Para 2016, há previsão de que esse rombo chegue a R$ 170,5 bilhões. Na semana passada, porém, o governo federal apontou que há "riscos fiscais" adicionais da ordem de R$ 16,5 bilhões no orçamento deste ano, em relação ao cenário feito anteriormente.

Com a incorporação dos chamados "riscos fiscais", a previsão de rombo nas contas públicas em 2016 subiu para R$ 186,99 bilhões. Estes riscos, portanto, podem comprometer o atingimento da meta fiscal.

Entretanto, o Executivo também diz no documento que há uma reserva de contingência existente na peça orçamentária para acomodar estes riscos.

Já para 2017, o governo enviou ao Congresso uma proposta de meta fiscal com pedido de autorização para que seus gastos superem a arrecadação com impostos, sem contar os juros da dívida pública, em até R$ 139 bilhões.

Fonte: G1 – (25/07/2016)

Brasil fecha mais de 500 mil vagas de empregos formais no 1º semestre

As demissões superaram as contratações em 531.765 vagas formais no primeiro semestre deste ano, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta quarta-feira (27) pelo Ministério do Trabalho.

Foi o pior resultado para um primeiro semestre desde o início da série histórica do Ministério do Trabalho, que, neste caso, começa em 2002.

O desemprego avança no país em meio à maior recessão da economia brasileira dos últimos 25 anos. Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) “encolheu” 3,8% e, para este ano, a previsão do mercado financeiro é de nova queda da atividade econômica.

Os números de criação de empregos formais do primeiro semestre, e de igual período dos últimos anos, foram ajustados para incorporar as informações enviadas pelas empresas fora do prazo nos meses de janeiro a maio. Os dados de junho ainda são considerados sem ajuste.

Apenas no mês de junho, ainda segundo dados oficiais, as demissões superaram as contratações em 91.032 vagas formais.

Este foi o décimo quinto mês seguido de fechamento de vagas com carteira assinada. O último mês com contratações acima das demissões foi março do ano passado, quando foram criados 19,2 mil postos de trabalho.

Apesar de negativo, o resultado do mês passado foi menos ruim do que o registrado em junho de 2015, quando foram fechados 111.199 postos de trabalho - pior resultado para meses de junho desde o início da série histórica do indicador, em 1992.

“A economia está num processo de recuperação lento. Mês a mês, o estoque negativo de desemprego vem reduzindo. Se você comparar o mês de junho [deste ano] com o mês de junho de 2015, nós podemos comemorar”, disse o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

Em 12 meses, mais de 1,7 milhão de demissões

O Ministério do Trabalho informou também que, nos últimos doze meses até junho, foi registrada a demissão de 1.765.024 trabalhadores com carteira assinada.

Ao final de junho, o país tinha um total de 39,16 milhões de trabalhadores empregados formalmente. No mesmo mês do ano passado, eram 40,92 milhões.

No primeiro semestre deste ano, de acordo com o Ministério do Trabalho, quase todos os setores da economia demitiram trabalhadores, com exceção da administração pública, que abriu 18.790 vagas, e da agricultura (+89.954 empregos com carteira assinada).

O comércio liderou o fechamento de vagas com carteira assinada nos seis primeiros meses deste ano, com 253.855 demissões. Em segundo lugar está a indústria de transformação, com 139.927 vagas fechadas.

O setor de serviços fechou 123.799 vagas com carteira assinada, ao mesmo tempo em que a construção civil registrou a demissão de 114.099 postos formais no primeiro semestre de 2016.

A indústria extrativa mineral demitiu 4.908 empregados nos seis primeiros meses deste ano, enquanto que os serviços industriais de utilidade pública registraram o fechamento de 3.921 vagas formais.

Números regionais

Segundo o Ministério do Trabalho, houve o registro de demissões em quase todas as regiões do país no primeiro semestre de 2016, com exceção do Centro-Oeste, que abriu 12.848 vagas neste período.

A região Sudeste foi a que teve mais trabalhadores demitidos nos seis primeiros meses deste ano, quando 263.892 pessoas perderam o emprego.

A região Nordeste, por sua vez, registrou a demissão de 201.037 trabalhadores, enquanto a região Norte contabilizou o fechamento de 41.797 vagas formais. Já a região Sul fechou 37.887 empregos com carteira assinada no primeiro semestre deste ano.

Fonte: G1 – (27/07/2016)

Mercado melhora perspectiva para economia brasileira em 2016

Os analistas de mercado ouvidos pelo BC (Banco Central), que contribuem para a produção do boletim Focus, indicaram um encolhimento menor das riquezas brasileiras em 2016.

A perspectiva passou de 3,27%, na semana passada, para 3,24% nesta semana. Os dados foram divulgados pelo BC nesta segunda-feira (1º).

Isso quer dizer que o PIB (Produto Interno Bruto) deve diminuir, mas em ritmo menor. Para 2017, o mercado espera que a geração de riquezas seja positiva de 1,1% — mesma projeção da semana passada.

A perspectiva para a inflação oficial, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), permaneceu inalterada de uma semana para a outra, e os analistas apostam que o aumento natural dos preços será de 7,21% em 2016.

Para o ano que vem, a previsão é que fique em 5,20%, contra a previsão de 5,29% de uma semana atrás.

Para 2016, o mercado aposta ainda em uma taxa básica de juros (Selic) de 13,5% ao ano — um aumento em relação aos 13,25% ao ano calculados na semana anterior.

Para 2017, a Selic deverá ficar em 11% ao ano.

Fonte: R7.com – (01/08/2016)

Governo estuda rever contratos de aeroportos já concedidos

O governo do presidente em exercício, Michel Temer, estuda fazer mudanças em contratos de concessão já firmados, entre os quais os dos aeroportos de Guarulhos, Brasília, Campinas, Galeão e Confins, informou o secretário-executivo do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Moreira Franco.

“Isso [alteração em contratos] está sendo debatido tecnicamente, nas agências [reguladoras]”, afirmou Moreira Franco. Segundo ele, os contratos de concessão de rodovias também estão sendo avaliados.

De acordo com o secretário, o valor das outorgas (pagamento anual feito pelas concessionárias ao governo pelo direito de explorar um serviço ou bem público) é um dos itens contratuais que estão na mira de um grupo encarregado de avaliar as mudanças.

Recentemente, o governo atendeu a um pedido das concessionárias de aeroportos e adiou para dezembro o pagamento das parcelas das outorgas de 2016. Entretanto, serão cobrados juros e multas.

As empresas apontam queda de receita devido à redução na demanda por transporte aéreo, consequência da crise econômica.

E dizem não ter dinheiro em caixa para honrar os compromissos. Só neste ano, as concessionárias devem pagar ao governo R$ 2,5 bilhões em outorgas.

Eventuais ajustes no valor das outorgas podem beneficiar também a Infraero. Sócia dos grupos privados nesses aeroportos, com 49% de participação, a estatal também tem que contribuir com os pagamentos. Porém, como não tem receita própria, quem arca com a conta é o Tesouro Nacional.

"A agência está estudando, está vendo, porque a situação econômica está muito delicada", disse Moreira Franco. Delicada inclusive para o governo, que só neste ano deve registar déficit (gastos acima da arrecadação com impostos) de pelo menos R$ 170,5 bilhões.

O governo já decidiu alterar o modelo para o próximo leilão, que vai entregar à iniciativa privada o controle dos aeroportos de Florianópolis, Salvador, Fortaleza e Porto Alegre. Nestes, a Infraero não terá qualquer participação.

Gatilhos

Outra mudança contratual em estudo, segundo Moreira Franco, é nos chamados "gatilhos", que exigem das concessionárias novos investimentos na ampliação da estrutura de um aeroporto ou rodovia, por exemplo, para garantir que acompanhem o crescimento da demanda por transporte ao longo dos anos.

No Galeão (RJ), o contrato prevê, entre as obras obrigatórias, a construção de um sistema de pistas independentes quando o aeroporto atingir o gatilho de 262.900 movimentos (pousos e decolagens) por ano.

Já em Confins (MG), o gatilho para a construção de uma segunda pista independente é o ano de 2020 ou quando o aeroporto atingir a marca de 198.000 movimentos por ano.

Para Moreira Franco, a ampliação da estrutura deve estar ligada à demanda e não a uma determinada data, por exemplo, a fim de evitar que as concessionárias façam investimentos desnecessários.

"Todas essas relações [assinatura de contratos de concessão] não se deram com pessoas, elas se deram com instituições: governo e empresas. [...] Para que você consiga dar credibilidade futura, ser sério, tem que resolver os problemas que você criou", disse o ministro.

Agências

Durante a entrevista, o ministro também defendeu que as agências reguladoras deixem de concentrar esforços nas áreas de atendimento direto aos clientes e se preocupem mais com a regulação do setor e a fiscalização da execução de contratos.

"Quem cuida de punir e avaliar o serviço prestado não é a agência, é o Procon. [...] A agência tem que se concentrar em fazer um bom contrato e acompanhar a execução de um bom contrato", afirmou.

O volume de reclamações registrado pelas agências, aponta Moreira Franco, não contribui para melhorar o serviço prestado pelas empresas reguladas.

"Hoje, do ponto de vista tecnológico, a informação [sobre reclamação] é facílima. O difícil é fazer contratos que sejam claros, transparentes e que sejam cumpridos. O que vai melhorar o serviço não é o volume de reclamação, é você gerar expectativa de que o mau serviço prestado, não previsto no contrato, tem punições".

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) contrata uma empresa terceirizada para atender aos consumidores, por telefone ou pela internet. Neste ano, a agência vai pagar R$ 29 milhões à empresa, que conta com 440 funcionários, para registrar as reclamações. O valor corresponde a 35,4% do orçamento da agência previsto para 2016 (R$ 82 milhões, sem contar gastos com pessoal).

Segundo a agência, essa ferramenta é uma forma de proteger e garantir o direito dos consumidores. Além desse serviço, a Anatel tem uma superintendência, com 47 dos 1,6 mil servidores do órgão, encarregada de zelar pelos direitos dos consumidores.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que, do total de R$ 100 milhões gastos no ano passado, cerca de R$ 20 milhões (20%) foram com seu sistema de atendimento a consumidores. Cerca de 220 pessoas, entre terceirizados e servidores da própria Aneel, trabalham na Ouvidoria.

Já a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) informou que prevê gastar R$ 10,6 milhões em 2016 com a sua estrutura de atendimento a queixas de passageiros, 7,2% do total de seu orçamento para o ano (R$ 146,4 milhões).

Além de uma central telefônica, que funciona 24 horas e oferece atendimento em português, inglês e espanhol, a Anac conta com 22 Núcleos Regionais de Aviação Civil (Nurac) nos principais aeroportos do país.

No total, a estrutura de atendimento a reclamações de passageiros conta com 207 pessoas, das quais 74 não são servidores da Anac (atuam na empresa que presta o serviço telefônico). A agência tem 2.162 funcionários.

Fonte: G1 – (28/07/2016)

ECONOMIA INTERNACIONAL

Economia dos EUA cresce 1,2% no 2º tri com queda dos estoques, menos que o esperado

A economia dos Estados Unidos cresceu bem menos do que o esperado no segundo trimestre uma vez que os estoques caíram pela primeira vez em quase cinco anos, mas a alta dos gastos do consumidor indica força implícita.

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa anual de 1,2%, após avanço ao ritmo revisado de 0,8% no primeiro trimestre, informou o Departamento do Comércio nesta sexta-feira (29). Anteriormente havia sido divulgada expansão de 1,1 por cento% no primeiro trimestre.

Economistas consultados pela Reuters esperavam expansão de 2,6% no segundo trimestre.

Embora a queda nos estoques tenha pesado sobre o crescimento do PIB no trimestre passado, ele deve dar um impulso à produção para o resto do ano. Excluindo os estoques, a economia cresceu a uma taxa de 2,4%. A medida de demanda doméstica expandiu 2,7%.

O Federal Reserve, banco central norte-americano, disse na quarta-feira que os riscos de curto prazo ao cenário econômico tinham "diminuído".

O governo também publicou revisões dos dados desde 2013 até o primeiro trimestre de 2016. As revisões tratam parcialmente de questões de medição, que tendem a reduzir as estimativas do PIB do primeiro trimestre.

O crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2015 foi revisado fortemente para cima a 2%, ante 0,6% informado anteriormente.

Gastos dos consumidores

Os gastos do consumidor foram responsáveis por quase toda a recuperação do crescimento do PIB no segundo trimestre.

Os gastos dos consumidores, que correspondem a mais de dois terços da atividade econômica dos EUA, aumentaram a uma taxa de 4,2%. Esse foi o ritmo mais rápido desde o quarto trimestre de 2014.

Essa taxa de crescimento é provavelmente insustentável, mas economistas dizem que o aperto do mercado de trabalho, o aumento dos preços de moradias e as poupanças mais elevadas devem sustentar os gastos pelo resto de 2016.

O acúmulo de estoques por parte das empresas caiu a uma taxa de US$ 8,1 bilhões no segundo trimestre, a primeira queda desde o terceiro trimestre de 2011, ante um aumento de US$ 40,7 bilhões no primeiro trimestre.

Como resultado, o investimento em estoques subtraiu 1,16 ponto percentual do crescimento do PIB no último trimestre, maior peso em mais de dois anos. Esse foi o quinto trimestre consecutivo em que os estoques pesaram na produção.

Apesar dos efeitos prolongados da alta do dólar e da demanda global fraca, as exportações cresceram no segundo trimestre, ajudando a reduzir o deficit comercial. O comércio somou 0,23 ponto percentual ao crescimento do PIB.

Os gastos das empresas em equipamentos se contraíram pelo terceiro trimestre consecutivo, o mais longo período desde a recessão de 2007 a 2009, embora o ritmo de declínio tenha desacelerado. Os gatos das empresas em equipamentos caíram a uma taxa de 3,5%, depois de terem recuado a um ritmo de 9,5% no primeiro trimestre.

Os gastos das empresas foram afetados pelos preços mais baixos do petróleo, que têm comprimido os lucros no setor de energia, forçando as empresas a cortar os orçamentos com gastos de capital.

Economistas dizem que a incerteza com a demanda global e a eleição presidencial nos EUA também estão deixando as empresas cautelosas com os gastos.

O investimento em estruturas não residenciais caiu 7,9%. Houve quedas também no investimento em construção residencial e gastos do governo.

Fonte: Uol Notícias – (29/07/2016)

Síria perdeu metade da sua economia com guerra civil

O Produto Interno Bruto (PIB) da Síria despencou 57% em termos reais desde 2010, de acordo com um relatório recente do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O número é incerto e vem de diversas fontes, já que o governo não coleta mais estatísticas oficiais e a economia está cada vez mais informal em meio ao conflito.

O país é hoje efetivamente uma série de territórios autônomos; o governo controla as áreas mais povoadas (como Damasco), mas o Estado Islâmico tem cidades importantes, como Raqqah; boa parte do país é árida e não habitada.

A Síria sofre desde 2011 um embate que descambou para uma guerra civil entre o presidente Bashar Al Assad e grupos de oposição seculares e religiosos.

Histórico

Quando chegou ao poder em 2000 após a morte de seu pai, que governou a Síria por 30 anos, Bashar Al Assad inspirou esperanças de que poderia modernizar o país.

Na economia, fez algumas reformas de desregulação e diversificação que ajudaram a garantir estabilidade, inflação controlada e crescimento robusto (média de 4,4% entre 2000 e 2009).

Mas a pobreza voltou a subir na segunda metade da década, o nível de emprego não acompanhou o crescimento da população e a abertura política seguiu apenas como uma promessa - sem falar na corrupção.

“Mais de 80% das empresas diziam que era esperado que dessem presentes para oficiais para ‘fazer as coisas acontecerem’, comparado com uma média de 37% na região”, diz o FMI.

Crise social e econômica

Os protestos começaram no início de 2011, na esteira da Primavera Árabe, e degringolaram para o conflito atual. Os números do relatório do FMI são chocantes: há estimativas de mais de meio milhão de mortos, e a expectativa de vida caiu 20 anos, de 76 anos para 56.

O órgão da ONU para refugiados contabiliza desemprego em 60%, dois terços dos habitantes na extrema pobreza, 7,6 milhões deslocados internamente e mais de 5 milhões fugidos apenas para 4 países vizinhos.

Já a economia vive uma combinação desastrosa de escassez de produtos, moeda depreciada, inflação galopante, sanções, fuga de capital e mão de obra e o colapso dos setores agrícola e de petróleo.

“Há evidências anedóticas de que companhias e empreendedores, em particular em torno do Aleppo, saíram do país e levaram com eles equipamento e capital pela fronteira para países vizinhos”, diz o texto.

A queda estimada de 57% do PIB rivaliza com outros grandes desastres econômicos da história moderna.

Recuperação

Ainda não dá para saber como (e se) a Síria vai se recuperar, o que vai depender de acordos políticos e de muito apoio internacional.

Se o país voltar a crescer em 2018 a uma taxa de 4,5% por ano, vai demorar 20 anos para chegar no seu PIB antes da guerra. Foi o tempo que levou para o Líbano se recuperar após 16 anos de conflito. O Kuwait, que só viveu 2 anos de guerra, levou 7 na recuperação.

“Reconstruir a infraestrutura física danificada será uma tarefa monumental, mas reconstruir o capital humano e a coesão social será um desafio ainda maior e mais duradouro”, diz o relatório.

Fonte: Exame.com – (28/07/2016)

Banco do Japão anuncia ajustes em política monetária

O Banco do Japão (BoJ) anunciou nesta sexta-feira (29) ajustes em sua política monetária, citando a decisão dos britânicos de abandonar a União Europeia, que aumenta a incerteza mundial.

O banco do Japão decidiu deixar intacto seu programa de compra de ativos, a 80 bilhões de ienes anuais (690 bilhões de euros), mas optou por multiplicar por dois a quota concedida aos fundos cotados na bolsa (ETF) e ao programa de empréstimos em dólares americanos. Sua taxa de depósito se mantém a -0,1%.

“Com o voto britânico e a desaceleração das economias emergentes como pano de fundo, a incerteza internacional aumentou e a volatilidade continua nos mercados financeiros”, escreveu o banco central em um comunicado.

Portanto, decidiu tomar medidas para evitar que "este contexto tenha um impacto negativo nas empresas e nos consumidores".

Este anúncio ocorre dois dias após o primeiro-ministro Shinzo Abe divulgar um plano de reativação econômica de US$ 266 bilhões.

O BoJ espera que "estas medidas monetárias e as iniciativas do governo produzam efeitos sinérgicos sobre a economia".

Fonte: G1 – (29/07/2016)

Economia da Grã-Bretanha cresce 0,6% no segundo trimestre

O crescimento da economia britânica se acelerou a 0,6% no segundo trimestre (abril-junho), antes do referendo do Brexit, anunciou nesta quarta-feira o Escritório Geral de Estatísticas.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Reino Unido, que havia sido de 0,4% entre janeiro e março, é explicado principalmente pela produção industrial, segundo o Escritório.

Os números são melhores que o 0,5% previsto pelos analistas consultados pela Bloomberg.

"A maioria das pessoas pensava que a Grã-Bretanha votaria para ficar na UE, razão pela qual os temores de antes do referendo não foram tão intensos quanto o esperado", explicou Alan Clarke, do Scotiabank, para justificar o aumento.

O governo comemorou o resultado e o ministro das Finanças, Philip Hammond, afirmou que "economicamente entramos em posição de força nas negociações para sair da UE".

Fonte: G1 – (27/07/2016)

Após Brexit, FMI prevê desaceleração na economia da Europa

O Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu que o PIB da Europa deverá sofrer desaceleração após o referendo pela saída do Reino Unido da União Europeia. De acordo com as projeções feitas pela instituição, o crescimento da economia da Europa deverá baixar de 1,6% neste ano para 1,4% no ano que vem.

A inflação também deverá subir no continente, impulsionada pela alta dos preços de energia, passando de 0,2%, em 2016, para 1,1% em 2017.

As perspectivas para a zona do euro permaneceram baixas se comparadas com os últimos relatórios do FMI. Em abril, o Fundo indicou crescimento de 1,5% para este ano e de 1,6% para o próximo. Em janeiro, a previsão era de crescimento de apenas 1,7% em 2016 e também em 2017. Mas o relatório divulgado nessa sexta-feira advertiu para o crescimento de fatores de riscos. No plano doméstico, o Fundo indicou que os riscos para a Europa são fundamentalmente políticos. Há a possibilidade de efeitos de contágio no continente após o Brexit bem como a elevação das preocupações dos países com segurança, o que contribui para aumentar as incertezas, prejudicar o crescimento e afetar o progresso nas políticas e reformas necessárias para alavancar as economias dos países membros. O continente ainda tem que lidar com a crise dos refugiados e com riscos financeiros, como o enfraquecimento dos bancos em alguns países.

"O prolongado crescimento baixo e a inflação fazem a zona do euro cada vez mais vulnerável a choques", informou o FMI.

No plano externo, um aumento na desaceleração da economia global também poderá trazer efeitos de contágio à Europa, afetando a recuperação liderada pela demanda doméstica.

As perspectivas de médio prazo foram consideradas medíocres, segundo o FMI, com os legados da crise financeira global ainda em vigor, como o aumento do desemprego, a elevação das dívidas pública e privada e fraquezas estruturais que impedem o crescimento da produtividade. Como resultado desses fatores, o Fundo estima que a Europa deverá crescer 1,5% nos próximos cinco anos e que a inflação deverá atingir 1,7%.

As projeções foram divulgadas no relatório do artigo IV – o capítulo do estatuto do FMI que prevê a realização de um diagnóstico da economia dos países membros.

Os diretores do Fundo recomendaram que os formuladores de políticas de zona do euro façam reformas estruturais no sentido de reduzir barreiras à entrada nos segmentos do varejo, reduzam a carga fiscal dos empregos de mais baixos salários e busquem políticas de reequilíbrio fiscal e de expansão de investimentos.

Fonte: Valor Econômico – (08/07/2016)

LEI Nº 14.911/2004

LEI Nº 14.911, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Estabelece normas para a realização de concurso público.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 23. § 7o, da Constituição Estadual, decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o As provas de concursos públicos estaduais, além das matérias específicas de cada carreira, deverão conter questões atinentes à realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás.

Art. 2o O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 3o Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 11 de agosto de 2004.

Fonte:

http://www.gabinetecivil.go.gov.br/leis_ordinarias/2004/lei_14911.htm